

1º Colóquio Anual de Lusofonia SLP Porto 2002

**Repensar a Lusofonia como instrumento de
promoção e aproximação de culturas**

FUNDAÇÃO ENG.º ANTONIO DE ALMEIDA
Rua Tenente Valadim, 291 / 925, 4100-479 Porto,
Tel. 226067418 Fax. 226004914



**Um Colóquio para debater, explorar e
analisar as questões de divulgação,
expansão e revitalização da Língua
Portuguesa, à luz dos debates
contemporâneos sobre a língua visando a
articulação com outras comunidades
culturais, históricas e linguísticas lusófonas,
com agentes fundamentais de mudança.**



Sociedade da Língua Portuguesa
Instituto de Cultura

1º COLÓQUIO ANUAL DA LUSOFONIA SLP - NORTE - 2002

Local Fundação Eng.º António de Almeida R. Tenente Valadim, 231/325, 4100-479 Porto
Tel. 226067418 Fax. 226004314 Correio eletrónico: fundacao@feaa.pt

PROGRAMA 18 e 19 outubro 2002

[Repensar a Lusofonia como instrumento de promoção e aproximação de culturas.](#)
Áreas/Temas de abordagem

TEMAS

Língua, Multimédia e Comunicação Social
Desenvolvimento curricular
Cidadania e Participação Política
Tradução e Cultura (inter e transcultural), Estudos Interculturais
Diversidades Culturais

Moderadores:

Dr. José Manuel Matias,
Chrys Chrystello (Mestre),
Professor Doutor Embaixador José Augusto Seabra representado por
Dr. António José Queirós e
Dra. Helena Chrystello

Sexta/Sáb. 09.30 – 10.00 Registo Presenças

Sexta 10.00 – 10.30 Apresentação/Cerimónia de Abertura, José Manuel Matias, Vice-Presidente da SLP, Instituto Camões, [Chrys Chrystello*](#), University of Technology Sydney, UTS Australia

Sábado 10.00 – 10.30 Apresentação/Cerimónia de Abertura, Leitura da Nota de Encerramento Dra. Elsa Rodrigues dos Santos, Presidente da SLP, [Chrys Chrystello*](#), University of Technology Sydney, UTS, Australia

18.30 -19.30 Fado Português Amador e Porto de Honra

DISCURSO DE ABERTURA *

Antes de mais queria agradecer a todos os que se dignaram honrar-nos com a vossa presença e participação nesta Jornada que visa contribuir para debater a problemática da língua portuguesa no mundo não somente em termos das suas formulações históricas e teóricas mas e sobretudo, de analisá-las nas suas modalidades práticas com as necessárias correspondências em articulação com outras comunidades culturais, históricas e linguísticas lusófonas como agentes fundamentais de mudança. Pretende-se repensar a Lusofonia, como instrumento de promoção e aproximação de povos e culturas. O Porto foi a cidade escolhida porque foi perdida a oportunidade, como Capital Europeia da Cultura, de fazer ouvir a sua voz nos média nacionais e internacionais como terra congregadora de esforços e iniciativas em prol da língua de todos nós da Galiza a Cabinda e Timor, passando pelos países de expressão portuguesa e por todos os outros países onde não sendo língua oficial existem Lusofalantes.

Por este motivo, foi escolhida a seguinte temática para o 1º Colóquio da Sociedade de Língua Portuguesa no Porto:

- Repensar a Lusofonia como instrumento de promoção e aproximação de culturas: através de cinco áreas temáticas

1. Língua, Multimédia e Comunicação Social;
2. Desenvolvimento curricular;
3. Cidadania e Participação Política
4. Tradução e Cultura (inter e transcultural), Estudos Interculturais; e
5. Diversidades Culturais

Pretendíamos receber propostas de temas abarcando uma vasta área, quer geográfica quer tematicamente, a fim de permitir uma visão globalizante e abrangente do tópico do colóquio e os candidatos corresponderam totalmente a essa nossa intenção, pelo que serão premiados com a publicação dos seus trabalhos na Revista da Língua, da Sociedade de Língua Portuguesa. Convém aqui fazer uma curta resenha do historial atribulado mas nem por isso, menos glorioso desta instituição que teve a visão e a coragem de organizar este evento sem subsídios nem apoios.

BREVE HISTORIAL DA SLP

Fundada em 14 de novembro de 1949, a Sociedade da Língua Portuguesa (SLP), nasce vocacionada para a investigação, difusão e defesa da Língua Portuguesa. Foi uma ideia do Prof. Vasco Botelho do Amaral tornada pública aos microfones do RCP, Rádio Clube Português, em 26 de março de 1949. Em

1979, passa a Instituição de Utilidade Pública e, em 1982 a Membro-Honorário da Ordem do Infante Dom Henrique. Em 1989, passa a designar-se Sociedade da Língua Portuguesa, Instituto de Cultura.

A SLP afirma-se pelo modo continuado qualitativo como desenvolve o seu trabalho. As suas atividades são diárias e abarcam não só a área específica da língua portuguesa como outras da cultura. Desde 1981, a SLP insiste na criação do Dia Internacional da Língua Portuguesa. Esta ideia, levada ao conhecimento do presidente da Assembleia da República, foi apresentada ao seu Plenário e saudada por aclamação e de pé por todos os Deputados, como vem no Diário das Sessões de 12-9-81, p. 3145.

Funcionou ainda na SLP o Tribunal da Língua Portuguesa, tribunal de pressão junto da opinião pública, onde, por um lado são apreciadas queixas e julgadas agressões públicas à Língua Portuguesa e, por outro, questões relativas ao seu ensino. Em sua substituição, foi criada em 1996 a Provedoria da Língua Portuguesa, com o intuito de alertar a opinião pública e o poder instituído para a situação caótica em que se encontra o nosso idioma.

A sua ação traduz-se por um alerta constante às instituições que violam as atuais normas ortográficas. Neste âmbito, procurará sensibilizar o Registo Nacional de Pessoas Coletivas no sentido de assegurar a correta grafia das novas designações. Tem sido sua missão denunciar casos como os de docentes estrangeiros que impõem, nas aulas e nas reuniões, o Inglês como língua! Desenvolve, também, ações concretas relativas ao uso de estrangeirismos (especialmente anglicismos) quando existem termos equivalentes na Língua Portuguesa.

No âmbito da sua atividade, a Provedoria da Língua procura denunciar a falta de apoio às comunidades portuguesas dispersas pelo Mundo, sobretudo no que diz respeito ao ensino da língua aos lusodescendentes.

Só através de uma política efetiva de língua se poderá defender e promover o ensinamento salutar do espaço cultural lusófono, contribuindo decisivamente para a sedimentação do Português como um dos principais veículos de expressão. O seu propósito maior é mobilizar todos no sentido de conseguir que nenhum se demita da responsabilidade que efetivamente tem na defesa do idioma pátrio.

A SLP ainda toma como função o alertar para os atentados ao Património Cultural.

No estrangeiro, os destinatários do Boletim trimestral «Língua Portuguesa» distribuem-se por 40 países. Recebem-no sócios da SLP, Associações de Emigrantes Portugueses, espalhados por 27 países e, ainda, todas as Universidades e Bibliotecas Públicas de Angola, Cabo Verde, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Três prémios internacionais são atribuídos pela SLP: Grande Prémio Internacional de Linguística, Prémio Internacional de Tradução e Troféu de Estudos Portugueses e ainda Certificado de Capacidade de Conversação, que é entregue a todo o estrangeiro nacional de países de língua não-portuguesa que visite a SLP e fale correntemente o Português. Recentemente foi criado o Prémio Fernando Sylvan que se destina a galardoar a melhor obra literária ou linguística de temática timorense.

Uma importante biblioteca de cerca de 20 000 títulos pertence aos associados e consente leitura domiciliária. O seu livro mais antigo, «Las Obras dei Exceill'ète Poëta Garcilasso de la Vega», é do «Año 1570». A SLP detém os direitos de propriedade de várias obras: Charlas Linguísticas, de Raul Machado e o Grande Dicionário de Língua Portuguesa de José Pedro Machado, de que já incentivou 4 grandes edições.

A SLP é frequentemente chamada para participar em comissões. Fez parte da Comissão Executiva das Comemorações do Cinquentenário de Fernando Pessoa (1988). Foi ouvida na organização do Centro Português de Terminologia da Academia das Ciências de Lisboa e é membro permanente da Comissão Nacional da Língua Portuguesa (CNALP). A SLP tem feito parte de júris literários, quer por convite direto, quer por indicação da Associação Portuguesa de Escritores (APE).

Hoje como ontem, a nossa língua é vítima de banalização e do laxismo, pois os portugueses, infelizmente, estão pouco conscientes da força e do valor do seu património linguístico. Falta-lhes o gosto por falar e escrever bem, e demitem-se da responsabilidade que lhes cabe na defesa da língua que falam, fator de identidade nacional.

Há outros aspetos de que, por serem tão correntes, já mal nos apercebemos: o mau uso das posições, a falta de coordenação sintática, a violação das regras de concordância, estão a atingir a capacidade de raciocínio e, logicamente, afetam a estrutura do pensamento e a expressão. Além dos tratos de polé que a língua falada sofre nos meios de comunicação social, uma nova frente se está a abrir com o ciberespaço e com as novas redes de comunicação.

Urge pois apoiar os órgãos de comunicação social, promover uma verdadeira formação dos professores desta área, zelar pela dignificação da língua portuguesa nos organismos internacionais, dotando-os com um corpo de tradutores e intérpretes eficazes. A crise atual portuguesa reflete uma nação em crise, a crise de valores, a crise atual de identidades. É certo que jamais podemos esquecer que a língua portuguesa mudou através dos tempos, e vai continuar a mudar. A língua não é um fóssil. A mudança dá-se por certas estruturas, produtivas em fases anteriores, estarem já ultrapassadas. Hoje, a mudança está a fazer.

A SLP, criada essencialmente para defender a norma, não pode nem deve afastar-se dos seus objetivos estatutários, porque se o fizesse estaria a trair a sua história. Foram mais de 50 anos de desinteressado trabalho de muitos dirigentes, sócios e simpatizantes, animados exclusivamente pelo gosto e pelo amor à língua portuguesa que vemos florescer "altiva" por todos os cantos do mundo, e de uma forma muito especial, pelo espaço da Lusofonia aqui representada hoje."

Recentemente o emérito linguista anglófono Professor David Crystal escrevia dizendo "O Português parece-me que tem um futuro forte, positivo e promissor, garantido à partida pela sua população-base de mais de 200 milhões, e pela vasta variedade que abrange desde a formalidade parlamentar até às origens de base do samba. Ao mesmo tempo, os falantes de português têm de reconhecer que a sua língua está sujeita a mudanças, tal como todas as outras, e não se devem opor impensadamente a este processo."

"Quando estive no Brasil, no ano passado, por exemplo, ouvi falar dum movimento que pretendia extirpar todos os anglicismos. Para banir palavras de empréstimo doutras línguas pode ser prejudicial para o desenvolvimento da língua, dado que a isola de movimentações e tendências internacionais. O inglês, por exemplo, tem empréstimos de 350 línguas, incluindo Português, e o resultado foi ter-se tornado numa língua imensamente rica e de sucesso. A língua portuguesa tem a capacidade e força para assimilar palavras de inglês e de outras línguas mantendo a sua identidade distinta. Espero também que o desenvolvimento da língua portuguesa seja parte dum atributo multilingue para os países onde é falada, para que as línguas indígenas sejam também faladas e respeitadas, o que é grave no Brasil dado o nível perigoso e crítico de muitas das línguas nativas.¹

Posteriormente contactei aquele distinto linguista preocupado com a extinção de tantas línguas e a evolução de outras, manifestando-me preocupado pelo desaparecimento de tantas línguas aborígenes no meu país e espantado pelo desenvolvimento de outras. Mostrava-me preocupado sobretudo pelos *ismos* que encontrara em Portugal após 30 anos de diáspora.

Mesmo admitindo que as línguas só podem ter capacidade de sobrevivência se evoluírem eu alertava para o facto de recentemente terem sido acrescentadas ao léxico 600 palavras pela Academia Brasileira em 1999 das quais a maioria já tinha equivalente em português.

Sabendo como o inglês destronou línguas em pleno solo do Reino Unido, tal como Crystal afirma no caso dos idiomas Cúmbrico, Norn e Manx, perguntava ao distinto professor qual o destino da língua portuguesa, sabendo que o nível de ensino e o seu registo eram cada vez mais baixos, estando a ser dizimados por falantes ignorantes, escribas, jornalistas e políticos sem que houvesse uma verdadeira política da língua em Portugal e alguns esforços para criar uma no Brasil.

A sua resposta² em março último pode-nos apontar um de muitos caminhos, que espero ver tratados neste fórum aqui hoje. Diz Crystal:

As palavras de empréstimo mudam, de facto, o carácter duma língua, mas como tal não são a causa da sua deterioração. A melhor evidência disto, é sem dúvida a própria língua inglesa que pediu de empréstimo mais palavras do que qualquer outra, e veja-se o que aconteceu ao Inglês. De facto, cerca de 80% do vocabulário inglês não tem origem Anglo-Saxónica, mas sim das línguas Românticas e Clássicas incluindo o Português. É até irónico que algumas dos anglicismos que os Franceses tentam banir atualmente derivem de latim e de Francês na sua origem.

Temos de ver o que se passa quando uma palavra nova penetra numa língua. No caso do Inglês, existem triunviratos interessantes como **kingly** (Anglo-saxão), **royal** (Francês), e **regal** (Latim) mas a realidade é que linguisticamente estamos muito mais ricos tendo três palavras que permitem todas as variedades de estilo que não seriam possíveis doutro modo. Assim, as palavras de empréstimo enriquecem a expressão. Até hoje nenhuma tentativa de impedir a penetração de palavras de empréstimo teve resultados positivos. As línguas não podem ser controladas. Nenhuma Academia impediu a mudança das línguas.

¹ Carta de David Crystal 16/02/2001 a Pedro Kaul do governo brasileiro, citada no fórum Ajudar Timor em 16/03/2001

² Carta de David Crystal ao autor (Chrys Chrystello) em 25 Março 2002

Isto é diferente da situação das línguas em vias de extinção como por exemplo debati no meu livro *Language Death*. Se as línguas adotam palavras de empréstimo isto demonstra que elas estão vivas para uma mudança social e a tentar manter o ritmo.

Trata-se dum sinal saudável desde que as palavras de empréstimo suplementem e não substituam as palavras locais equivalentes. O que é deveras preocupante é quando uma língua dominante começa a ocupar as funções duma língua menos dominante, por exemplo, quando o Inglês substitui o Português como língua de ensino nas instituições de ensino terciário. É aqui que a legislação pode ajudar e introduzir medidas de proteção, tais como obrigação de transmissões radiofónicas na língua minoritária, etc. existe de facto uma necessidade de haver uma política da língua, em especial num mundo como o nosso em mudança constante e tão rápida, e essa política tem de lidar com os assuntos base, que têm muito a ver com as funções do multilinguismo.

Recordo ainda que não é só o inglês a substituir outras línguas. No Brasil, centenas de línguas foram deslocadas pelo Português, e todas as principais línguas: Espanhol, Chinês, Russo, Árabe afetaram as línguas minoritárias de igual modo.”

Por partilhar a opinião do professor David Crystal espero que no final deste encontro possam os presentes voltar para os seus locais de residência com soluções e propostas viáveis de – [Repensar a Lusofonia como instrumento de promoção e aproximação de culturas](#) sem exclusão das línguas minoritárias que com a nossa podem coabitar.

TEMAS APRESENTADOS NO

**1º COLÓQUIO ANUAL DE LUSOFONIA
SLP PORTO 2002**

1. AFONSO, CARLOS

Carlos Alberto Conceição Afonso, Licenciado em Filologia Germânica pela Universidade de Coimbra, Mestre em Educação – Educação e Desenvolvimento, pela Universidade Nova de Lisboa, Doutorado (Ph. D.) em Educação pelo King's College, Universidade de Londres. Atualmente, é Professor-Adjunto na Escola Superior de Educação de Portalegre, no Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras. Nesta Escola exerce as seguintes funções: Vice-Presidente do Conselho Diretivo, Coordenador do Curso de Jornalismo e Comunicação, Coordenador do Centro de Recursos e Animação Pedagógica, Coordenador do Gabinete de Relações Internacionais. É, ainda, membro do Gabinete de Relações Públicas e Cooperação do Instituto Politécnico de Portalegre, responsável pelas Relações Internacionais. É autor do livro *Professores e Computadores*, Porto: Edições ASA, 1993, e coautor do livro *Dinâmicas de Integração, Organização e Funcionamento numa Escola Básica Integrada - Estudo de Caso*, Ministério da Educação, GEF, 1998, e, ainda, autor de diversos artigos no âmbito da educação em publicações nacionais e estrangeiras.

CARLOS ALBERTO C. AFONSO, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE PORTALEGRE SINOPSE : HISTÓRIAS QUE AS PALAVRAS CONTAM

Todas as palavras têm uma História. Nasceram, vivem, evoluem. Algumas morrem. Muitas são adotadas de outras línguas. Nesse processo de adoção e de integração no nosso léxico, perde-se, em grande parte dessas palavras, a raiz etimológica, não sendo raros os casos em que o significado que hoje lhes atribuímos se afasta dessa raiz.

É evidente que esse afastamento se justifica com as características de um “organismo vivo”, como é a nossa língua. Mas até que ponto é aceitável perder-se uma ligação etimológica que enquadra a própria evolução linguística e ajuda a compreender o significado de cada palavra? A partir de um conjunto de palavras de origem estrangeira utilizadas em Português, sobretudo oriundas da Língua Inglesa, pretende-se discutir a sua raiz etimológica e evolução, tendo em vista, sobretudo o modo como a nossa língua as adotou. Discutem-se, também, de um ponto de vista não especializado, alguns casos polémicos na relação significado-significante e grafia-pronúncia.

HISTÓRIAS QUE AS PALAVRAS CONTAM

Todas as palavras têm uma História. Nasceram, vivem, evoluem. Algumas morrem. Muitas são adotadas de outras línguas. Nesse processo de adoção e de integração no nosso léxico, perde-se, em grande parte dessas palavras, a raiz etimológica, não sendo raros os casos em que o significado que hoje lhes atribuímos se afasta dessa raiz.

É evidente que esse afastamento se justifica com as características de um “organismo vivo”, como é a nossa língua. Mas até que ponto é aceitável perder-se uma ligação etimológica que enquadra a própria evolução linguística e ajuda a compreender o significado de cada palavra?

A partir de um conjunto de palavras de origem estrangeira utilizadas em Português, sobretudo oriundas da Língua Inglesa, pretende-se discutir a sua raiz etimológica e evolução, tendo em vista, sobretudo o modo como a nossa língua as adotou.

Discutem-se, também, de um ponto de vista não especializado, alguns casos polémicos na relação significado-significante e grafia-pronúncia.

O que une a comunidade lusófona, e que constitui, mesmo, a razão de ser para a sua existência, é, sem dúvida, o facto de todos falarmos a mesma língua. Mas será que, de facto, falamos todos a mesma língua? Será, talvez, mais apropriado dizer, não que falamos a mesma língua, mas que cada um dos povos da comunidade fala uma língua com uma origem comum a todos os outros, mas diferente de cada uma delas.

É verdade que “em Português nos entendemos”, mas cada um de nós fala um Português diferente – a não ser assim, não haveria necessidade, como me dizem que acontece, que, por exemplo, uma audiência constituída maioritariamente por brasileiros tenha que usar tradução simultânea quando um português usa da palavra...

Haverá, então, uma matriz, um padrão que contenha em si os traços identificativos daquilo que é comum a todos nós? E será legítimo considerar que só essa matriz é que é Português?

Duas perguntas para duas respostas diferentes: afirmativa para a primeira, isto é, existe, de facto, uma matriz que identifica todos os nossos “Portugueses” como Português; negativa para a segunda, ou seja, que não é legítimo, longe disso, considerar que só essa matriz é que é Português.

Deixo para os especialistas a tarefa de apelarem à diversidade dos fenómenos que explicam o nascimento e a evolução de uma língua, de cada um dos “Portugueses” que falamos. Eles são, parece-me, **científicos**, isto é, sobretudo linguísticos, **históricos**, isto é sobretudo os que explicam como o contacto entre os povos se iniciou e como evoluiu, e **culturais**, isto é sobretudo os que derivam da riqueza dos contributos locais e autóctones, mas também do contacto com outras culturas e outras línguas. Mas também podem ser **políticos, económicos, sociais**... Como veem, é uma tarefa demasiado complicada para ser devidamente abordada aqui e agora – sobretudo por mim, que não sou especialista em nenhuma das áreas.

Parafraseando Mia Couto, legítimo representante de um dos registos da nossa língua comum, “venho aqui brincar no Português, a língua. Essa que dá gosto a gente namorar e que nos faz a nós, moçambicanos, ficarmos mais Moçambique” (Couto, 2001) ou, permito-me alterar, que nos faz a nós, comunidade lusófona, ficarmos mais comunidade...

Limito-me, pois, neste “*gosto da palavra, o mesmo que a asa sente aquando o voo*” (Id.) - as palavras continuam a ser de Mia Couto -, a fazer a constatação de que, falando todos Português, falamos um Português diferente.

E falamos todos Português porque temos a tal matriz comum que, depois, é enriquecida pela ocorrência dos tais fenómenos de que falava há pouco e que, por conseguinte, a modificam. E qual é, então, a nossa matriz comum? É um código linguístico que deriva do Indo-Europeu, do ramo Românico, constituído como *corpus* neste minúsculo retângulo à beira-mar, de onde derivou para outras partes do mundo. Como língua românica, o Português sofre, por definição, uma forte influência do Latim. Mas, seja na variante europeia ou africana, ou americana, foi incorporando outros contributos, de outras culturas, que fizeram dele a língua que cada um de nós hoje fala. E é, precisamente, o contributo da cultura anglo-saxónica no Português atual que me leva a partilhar convosco as reflexões que apresento de seguida.

Cientificamente chamados de “estrangeirismos”, os vocábulos que entram no *corpus* de uma língua vindos de uma outra língua, transformam-se, mais ou menos rapidamente, em vocábulos que perfilhamos e de cuja origem, não raro, perdemos a noção. Vou apresentar-vos três exemplos, que correspondem à influência de outros tantos fenómenos, de três vocábulos ou expressões que todos os “Portugueses” adotaram e incorporaram no seu dia-a-dia.

1. FUTEBOL – UMA PALAVRA “COXA”

Quem, hoje, tem consciência de que a palavra **futebol** é um estrangeirismo? Em todos os cantos onde se fala Português, se usa o vocábulo. Teremos, no entanto, a noção de que, paradoxal e nada apropiadamente, se trata de um vocábulo “coxo”?

Como se sabe, **futebol** designa um jogo, em que duas equipas de onze jogadores disputam uma bola, usando os pés, com o objetivo de a introduzir na baliza adversária. Trata-se de uma deturpação do Inglês *football*, em que *foot* significa pé e *ball* significa bola. Quase todas as línguas adotaram a

designação proveniente da origem britânica da palavra, embora algumas a tenham adaptado ao seu idioma. Em castelhano, por exemplo, o jogo designa-se, muitas vezes, por *balonpié*, e em alemão *Fussball* (de *Fuss*, pé, e *Ball*, bola).

Já em italiano, o jogo designa-se por *calcio*, ou seja *pontapé*, criando-se, assim, uma palavra nova, que tem pouco que ver com a palavra original inglesa, a não ser à alusão implícita a *pé*, mas que tem o mérito de transmitir a mesma ideia através de uma palavra totalmente original.

Em português, optou-se por deturpar a palavra inglesa, adaptando apenas a grafia, perdendo-se, neste processo, a raiz original. Ou seja, nem se utiliza uma palavra portuguesa que transponha para a nossa língua a ideia original, como fazem espanhóis e alemães, nem se usa o original. Aliás, o mesmo se passa com outros desportos, como andebol (de *hand*, mão, e *ball*, bola), ou basquetebol (de *basket*, cesto e *ball*). O “problema” resolve-se no uso da língua, já que o jogo é, muitas vezes, designado, em linguagem popular por *bola*, como na expressão, “Vamos à bola!”

Curioso é o caso do inglês americano, em que *football* designa um jogo que constitui uma mistura, porventura mais musculada, como, geralmente, acontece na transposição de alguns desportos para os Estados Unidos, entre futebol e *râguebi*. Por isso, se distingue entre *football* e *soccer*. Este último, deriva da expressão *Football Association*, constituindo, assim, uma abreviatura sincopada de *asSOciation*.

Já agora, *Football Association* foi uma associação criada na Inglaterra, no final do século XIX, com o objetivo de definir as regras do futebol que, até então, e desde o seu nascimento como jogo, vivia uma fase de grande confusão e falta de regras bem definidas - qualquer jogador podia, por exemplo, jogar a bola com a mão (como faziam em Rugby). Muitas das regras então impostas por aquela Associação são as que se mantêm ainda hoje.

Aliás, a entidade que regulamenta o futebol na Inglaterra continua a ser a Football Association. Para distinguir o jogo que obedece às regras definidas por esta associação, passou-se a chamar-se-lhe *soccer*. E aqui está um fenómeno linguístico em operação: a metonímia. Esse mesmo fenómeno está presente na própria designação original do jogo, em Inglês, uma vez que *football* designa a bola que se joga com o pé e passou a designar o jogo que se joga com tal objeto.

Ou seja, neste caso concreto e, igualmente, no caso de outros vocábulos e expressões ligados a este desporto – como *golo*, *penálti*, *chutar*... – deu-se um “aportuguesamento” dos vocábulos, não tendo eles vida própria fora do respetivo contexto. Parece-me que, no caso de *futebol*, todos escrevemos do mesmo modo, embora o possamos pronunciar de modo distinto.

2. UM BIFE DE SOJA?!

A história das designações utilizadas na língua inglesa para referir as diversas carnes de consumo humano é das mais curiosas e interessantes. E conta-se em poucas palavras.

Acontece que a Inglaterra foi invadida no século onze pelos Normandos, povo vindo do Norte de França, e cujo chefe, Guilherme da Normandia, foi, após a conquista da ilha, entronado como chefe também da então Inglaterra, ou terra dos Anglos. Como sempre sucede nestes casos, os conquistadores passaram, naturalmente, à categoria de senhores, enquanto a maioria dos conquistados era remetida a um papel de servidão. Ora, os senhores, de origem francesa, recordemo-lo, quando entendiam que era chegada a hora de tomarem a sua refeição, ordenavam aos servos, Ingleses, tenhamos em conta, que lhes preparassem o banquete. E então os servos escolhiam o animal que haveriam de preparar e cozinhar para levar à mesa dos seus amos. Para eles, servos e Ingleses, aquele animal de cauda pequena e retorcida e narinas avantajadas, que gostava de chafurdar na porcaria, era um *pig*. O problema é que para os senhores, Franceses, o mesmo animal, já preparada e pronto a comer que chegava à sua mesa era, nem mais nem menos, do que um *porc*, designação que lhes chegara do Latim *porcus*. Sucedia, portanto, esta coisa curiosa de a mesma criatura ter duas designações: uma para o animal vivo (*pig*), como era conhecida pelos Ingleses, e outra para o animal morto (*porc*), ou seja a respetiva carne, como era usada pelos Franceses... Esta distinção subsistiu e existe ainda hoje no Inglês.

Não se espere, pois, que um Inglês diga, olhando para um porco na pocilga, *What a fine pork!* (*Que belo porco!*); ele dirá, isso sim, *What a fine pig!* Já num restaurante em Inglaterra, ninguém espere encontrar no menu, “*roasted pig*” (“*porco assado*”), porque o que encontrará é, sim “*roasted pork*”...

E o que sucedeu ao pobre suíno foi a sorte de outros animais usados no consumo humano. Para os Ingleses *veal* (*vitela*), para os Franceses *veau*; para os Ingleses *sheep* (*carneiro*), para os Franceses *mutton*, e por aí adiante. Do Francês transferiram-se, ainda, para o Inglês, nesta área vocabular, *loin* (de *loigne*), *lombo*, *sausage* (de *saussiche*), *salsicha* ou *chouriço* e outras. Nem todos os animais de consumo humano, no entanto, sofrem deste problema de dupla identidade, desconhecendo-se a razão.

O caso mais curioso, no entanto, até pelas implicações que tem na nossa língua é o da palavra inglesa *beef*. Esta tem origem no Francês *boeuf* e designa carne de animal vacuum. É um caso de dupla identidade: aquilo que para Ingleses era *cow* (*vaca*) ou *ox* (*boi*), para os Franceses, era *boeuf*. Assim sendo, *beef* não designa um pedaço de carne de determinada parte do corpo do animal apropriado para grelhar ou fritar inteiro, mas quer dizer, simplesmente, “carne de vaca”.

Foi esta confusão que deu origem ao nosso **bife**. Para nós um *bife* é, de facto, um pedaço de carne grelhado ou frito, indistintamente do animal de onde sai – apesar de o Dicionário da Academia das Ciências registar a palavra como designando uma “fatia de carne de bovino, que se serve grelhada ou frita...”, referindo-se à sua origem etimológica como derivando “do ingl. ‘carne de vaca’”. O que é certo é que utilizamos *bife* no sentido mais lato, acima descrito. Temos, assim, *bifes* de vaca, o que constitui um pleonasma, mas temos também, o que constitui uma grande asneira, *bifes* de peru, *bifes* de porco e, até, *bifes* de atum. Mas a maior incongruência, neste particular, até pelo desrespeito pelos princípios seguidos pelos vegetarianos, é a existência, calcule-se, de *bifes* de soja!

Acontece, ainda, uma outra curiosidade à volta do bife e que demonstra bem as voltas que, por vezes, as palavras levam. É que os Ingleses usam o vocábulo *steak* para designar aquilo a que nós chamamos, impropriamente, *bife*. Temos, assim, um *porksteak*, ou *bife de porco* ou *beefsteak*, *bife de vaca*. Ora, os Franceses utilizam hoje *bifteck* com o mesmo significado de *beefsteak* – trata-se, aliás, de uma evidente deturpação da expressão original. Em França se utiliza, também, *rosbif*, que deriva do Inglês *roastbeef* – e que nós em Português designamos de *rosbife*. Ou seja, tendo sido os *Françeses*, mais propriamente os Normandos, a “ensinar” aos Ingleses a palavra *boeuf*, que estes últimos adaptaram para *beef*, foram, depois, os Ingleses a introduzir no léxico francês o vocábulo *bifteck*, o qual tem, na sua raiz, a mesma palavra que os *Françeses* levaram para Inglaterra...

3. OS MASS MEDIA – OU UM CASO DE DUPLA IDENTIDADE

Ora aqui está uma expressão que anda, literalmente, nas bocas do mundo, sendo, muitas vezes, usada abreviadamente como **[os] media**. A expressão, propriamente dita, foi vulgarizada na Língua Inglesa, a qual a foi buscar, sem dúvida, ao Latim.

Esta circunstância levanta uma série de questões, nem sempre pacíficas. Uma delas diz respeito à etimologia da própria expressão. O Dicionário da Academia das Ciências atribui a etimologia da expressão à língua Inglesa: na entrada respetiva a referência etimológica é descrita como derivando “(...) (Do ingl. <mass> *media* ‘meios de comunicação de massas’, do lat. *media* ‘meios’”). Ora, se não há dúvidas de que *mass*, deriva do Latim *massa/ae*, que significa *conjunto*, já a origem de *media* não é tão clara. Na verdade, em Latim existem os vocábulos *medium/ii*, como substantivo, significando *meio*, *centro*, *lugar central*, *lugar público*, *bem comum de interesse geral*, ou *medius/a/um*, como adjetivo, aqui tomando o significado de *o que está no centro*, *central*, ou *intermediário*. Nos dicionários consultados, não se encontra nenhuma referência à existência, em Latim, de *media* com o significado de ‘meios’, isto é, instrumentos, recursos.

Porém, o Dicionário da Academia regista, assim o vocábulo meio:

Meio (...) s.m. (Do lat. *medium*) “ (...) 9. Recursos empregues para alcançar um objetivo. ~_ Expediente, método (...) 11. Aquilo que exerce uma função intermediária na realização de alguma coisa. ~_ Via (...) meios de comunicação (...) meios de comunicação social, veículos de difusão de informação à opinião pública”

Nesta aceção, independentemente do significado final, *medium* é sempre entendido como constituindo a origem etimológica de *meios*. Deve registar-se, no entanto, que qualquer recurso que se utilize “para alcançar um objetivo” (definição 9. acima) é, nem mais nem menos, do que um intermediário, isto é, “exerce uma função intermediária” (definição 11. acima) entre o que se pretende fazer e o que se faz – se eu quero transmitir aquilo que escrevi utilizo a minha voz, ou um acetato, *como meios* para o fazer.

No mesmo sentido, o Larousse (1988) regista **media** como “*n. m. (amér. mass media, intermediaires de masses) (...)*”.

Ou seja, a expressão **mass media**, significará, à letra, *aquilo que serve de intermediário* entre a mensagem e o público, constituindo, assim, *o canal de comunicação* que transporta a mensagem entre o emissor e o recetor (o público, ou *as massas*) – cf. definições do Dicionário da Academia e do Larousse. Sendo assim, a origem etimológica de **media** deverá, parece-me, situar-se na forma neutra de **medius**, isto é, *medium*, e não em *medium/ii* (cf. acima). Não será, pois, legítimo considerar que a expressão significa algo como “ (conjunto de) meios de (comunicação de) massas”.

A outra questão a esclarecer diz respeito ao modo como deve ser pronunciada a expressão. Uma vez que ela chega ao nosso vocabulário através do Inglês – como reconhecem quer o Dicionário da Academia, quer o Larousse, quer o próprio Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (Machado, 1977) - devemos utilizar a pronúncia inglesa, isto é [mæss/mass mídia]? Ou, apesar disso, o que conta

para nós é que a expressão se forma a partir de dois vocábulos latinos e, portanto, não é legítimo utilizar a pronúncia inglesa, antes se devendo usar a “portuguesa”, como reflexo direto da influência latina?

Para responder a esta dúvida, analisemos, com um pouco mais de detalhe a composição da expressão. Na língua Inglesa existem os dois vocábulos, *mass* e *medium*. O primeiro designa, entre outros, um conjunto grande de objetos ou de pessoas, dele derivando o adjetivo *massive*, como significado de *impressionante, invulgarmente grande*; não há dúvidas, também, que o vocábulo deriva do Latim, como se explicita acima – apesar de, ao que parece, o Latim o ter ido buscar ao Grego *maza*. Por sua vez, a palavra *medium*, em Inglês significa, entre outras coisas, *pessoa que comunica com os espíritos*, isto é, *intermediário* entre o mundo dos vivos e o dos mortos, bem como outras formas de intermediação, ou, no plural *media* [mídia], *meios usados para comunicar* alguma coisa; igualmente, não há dúvidas de que o vocábulo deriva do Latim.

Por seu lado, em Português também se usa o vocábulo massa ou massas, para significar um *conjunto grande de pessoas* – como na expressão “grande massa de gente”, ou “falar às massas”. Existe, também, meio, para, entre outros significados, designar *instrumento* ou *forma de*, ou *através de* – como nas expressões “enganar alguém *por meio de* um estratagema”, ou “o computador é um *meio de* comunicação”.

Assim, de forma a designar em Português o conjunto de *meios* utilizados para alcançar um *grande número de pessoas* (ou *massa(s)*), deveríamos dizer, para manter a construção e estruturas frásicas da nossa Língua, *media massa* e não **mass media**. É que esta última estrutura é tipicamente inglesa ou anglo-saxónica, com a inversão da ordem que nós consideramos natural: em expressões compostas, como é o caso, a Língua Inglesa coloca em segundo lugar aquilo que nós, em Português, dizemos em primeiro lugar e vice-versa – atente-se, a título de comparação e de exemplo, nas expressões *goal keeper*, que significa “guarda (*keeper*)-redes (*goal*)”, ou *passenger train*, isto é “comboio (*train*) de passageiros (*passenger*)”.

Em suma, se é verdade que cada um dos componentes da expressão **mass media**, deriva de vocábulos latinos, e, por essa circunstância, se deveria utilizar a pronúncia portuguesa, também não deixa de ser verdade que a expressão, no seu conjunto, é de origem inglesa. Ela surge no vocabulário de variadíssimas línguas mundiais, incluindo o Português, por empréstimo da Língua Inglesa, tratando-se, por conseguinte, de um *estrangueirismo*, na maioria dessas línguas. Ora, se nas línguas românicas, com origem direta no Latim, se deverá usar a pronúncia “latina”, nas outras línguas, admite-se que a pronúncia utilizada seja a inglesa.

No nosso caso específico, deverá, pois, pronunciar-se como se escreve – *mass media* – apesar de tal constituir, por assim, dizer, um “aportuguesamento” da expressão – sublinha-se, da expressão como um todo, e não de cada um dos seus componentes. Se se utilizar, apenas, um dos componentes da expressão, como muitas vezes se faz, dizendo-se “os *media*”, para designar os *meios* (de comunicação social), então, aí, não deve haver dúvidas em dizer como se escreve, e não como se diz em Inglês, isto é [mídia].

Reconheço que não é pacífica a forma como acabei de apresentar a questão. É que há dois fundamentalismos aqui, que eu procurei evitar: o dos puristas que defendem que sendo a expressão constituída por dois vocábulos de origem latina, se deverá dizer sempre *mass media*. A isto respondem os mais cosmopolitas, digamos assim, com o argumento de que foram os Ingleses que inventaram a expressão e que, portanto, se deverá dizer [*mass media*]. Marques (2001), por exemplo, é perentório na defesa da pronúncia “latina”, acusando os que defendem a pronúncia “inglesa” de ignorantes ou snobes... (Marques, 2001: 34-35).

Acabei de apresentar três exemplos de vocábulos ou expressões que foram incorporados na língua Portuguesa, vindos do Inglês. Foram, como vimos, sujeitos a um processo de “aportuguesamento”, com diferentes efeitos. No caso de **futebol**, perdeu-se qualquer ligação etimológica ao vocábulo original. Em **bife**, aconteceu uma completa adulteração da origem etimológica e da justificação histórica para o surgimento da palavra. Em **mass media**, o “aportuguesamento” também aconteceu, mas, vá lá, manteve-se a grafia e a origem etimológica.

Como explicar, então, que no Brasil não só se diga mas se escreva *midia*? Neste caso, tal como no caso em que se opta pela pronúncia Inglesa, estamos em presença da emergência de um dos outros fenómenos de que falava no início: são as influências culturais, fruto do contacto com a cultura inglesa e americana, que o *exigem*...

O que se faz no Português do Brasil com *media* é, assim, o que se faz no Português europeu e nas outras variantes, além de outras línguas, em relação a **futebol**: utiliza-se um vocábulo cuja grafia e pronúncia foram adaptados, nesse processo se perdendo a respetiva raiz etimológica.

Pode a Língua Portuguesa, que todos falamos, alguma vez combater a força da cultura anglo-saxónica e “proteger-se” da “intrusão” de vocábulos ou expressões como os que apresentei? A questão será tanto mais pertinente num momento em que parece que caminhamos para uma globalização acelerada e, tantas vezes, “cega” e em que, neste como noutros domínios, não conseguimos resistir à força das manifestações culturais da cultura anglo-saxónica - no cinema, na música, etc.

A dimensão da nossa comunidade, no entanto, talvez justificasse um esforço mais consistente na defesa do património linguístico, de cuja manutenção e enriquecimento, todos somos responsáveis.

Termino, recorrendo, uma vez mais a Mia Couto, que, interrogando-se sobre quantas são as dimensões da vida: “Meu desejo é desalisar a linguagem, colocando nela as quantas dimensões da vida. E quantas são? Se a vida tem é idimensões (...)” (id.), afirma: “a língua que quero é essa que perde função e se torna carícia. Assim, embarco nesse gozo de ver como escrita e o mundo mutuamente se desobedecem...” (id.)

4. BIBLIOGRAFIA

- Couto, Mia (2001), in Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea – Academia das Ciências de Lisboa, 2001. Lisboa: Editorial Verbo
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea – Academia das Ciências de Lisboa, 2001. Lisboa: Editorial Verbo
- Ferreira, A. G. (s/d), Dicionário de Latim-Português. Porto: Porto Editora
- Langenscheidts Taschenwörterbuch – Zweiter Teil – Deutsch-Portugiesisch, 1969. Langenscheidt.
- Larousse – Dictionnaire de la Langue Française – Lexis, 1988. Paris : Larousse.
- Longman Dictionary of Contemporary English, 2001. Pearson Education
- Machado, J. P. (1977), Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. Lisboa: Livros Horizonte.
- Marques, A. (2001), Tenta na Língua!... – galhas que por aí grasnam... erros que por aí grassam, Lisboa: Plátano.
- Petit Larousse Illustré, 1979. Paris : Larousse
- Sykes, J. B. (Ed.) (1976), *The Concise Oxford Dictionary*. Oxford: Oxford University Press
- Webster's Encyclopaedic Unabridged Dictionary of the English Language, 1978. New York: Gramery Books.

2. LAURA BRANCO, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E LÚCIA VIDAL SOARES, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE LISBOA

2.1 BRANCO, LAURA

Laura Fernandes Cravo Branco, professora requisitada no Departamento de Educação Básica, no Núcleo de Ensino Português no Estrangeiro - Setor Pedagógico, natural de Angola, 49 anos de idade, realizou a sua formação inicial na Escola do Magistério Primário - Luís Gomes Sambo de Benguela, Angola, iniciando a sua vida profissional como professora do 1º ciclo em setembro 1974, em Angola, e posteriormente em Portugal, até junho de 1983.. No início desse ano letivo ingressou nos “Serviços de Ensino Básico e Secundário de Português no Estrangeiro”, onde tem desenvolvido a sua atividade, no setor de Apoio Pedagógico, quer na área de materiais pedagógico-didáticos, quer na gestão pedagógica dos dossiers de diversos países onde se lecionam cursos de Língua e Cultura Portuguesas, junto das diversas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, coordenando diversos projetos, quer em Portugal, quer no estrangeiro. Ao longo dos anos tem participado em “fora” no âmbito das temáticas ligadas à língua portuguesa no mundo, sua promoção e divulgação, quer num registo de língua materna, quer num registo de língua não-materna. Nos anos letivos de 1992/93 e 1993/94 lecionou cursos de Língua e Cultura Portuguesas nos EUA, na Costa Leste, no estado de Rhode Island. Em 1997 realizou um CESE na área de Ciências da Educação, nomeadamente em Supervisão e Gestão Pedagógica da Formação, com 17 valores. Em 1998/99 realizou a área curricular do mestrado de Relações Interculturais estando, neste momento, para defesa a Dissertação subordinada ao tema “Percurso da Língua Portuguesa em Timor”.

2.2. SOARES, LÚCIA

Lúcia Maria Vidal Soares, professora adjunta da Escola Superior de Educação de Lisboa, mestre em Relações Interculturais pela Universidade Aberta e licenciada em Linguística - Românicas pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa. Professora de português e francês, em diferentes níveis de ensino, com Estágio Pedagógico do Ensino Preparatório (2º grupo). Desde 1979 tem estado diretamente ligada à formação contínua de professores e, a partir de 1988 até ao momento, tem sido responsável também pela sua formação inicial . Participou em vários Programas Europeus e nacionais, no âmbito dos quais produziu alguns documentos. Na sequência da investigação realizada para a obtenção do grau de mestre em relações interculturais, na área da sociolinguística, e no âmbito específico do ensino de línguas, tem continuado a apostar num trabalho de investigação direcionado para a relação língua, cultura e sociedade, envolvendo abordagens não só interculturais, mas também interdisciplinares, sobretudo ligado a práticas de sala de aula. O ensino do português como língua não materna tem sido um outro objetivo da sua vida profissional.

LAURA BRANCO, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E LÚCIA VIDAL SOARES, Escola Superior de Educação de LISBOA

SINOPSE: A LÍNGUA PORTUGUESA COMO TRAÇO DE UNIÃO ENTRE CULTURAS: O CASO DO MANUAL ESCOLAR

Quem elabora **manuais escolares** não pode contentar-se em levar em linha de conta unicamente os eixos pedagógicos (como?) e científicos (o quê?). O seu trabalho inscreve-se num quadro mais vasto que tem que responder ao "porquê?". No caso do manual de língua, ele reflete uma sociedade. E que representação da sociedade subentende o manual? Como representa outras sociedades? Estas preocupações não visam apenas o autor de manual, mas dependem igualmente de todo o contexto cultural no qual este se insere. Encontram-se, normalmente, expressas na denominada política educativa. Mas uma política educativa não nasce do nada.

Fundamenta-se em opções de base que levam em conta as prioridades individuais e sociais; valores; na conceção do conhecimento e da cultura, etc. ... Uma metodologia construída à volta da relação Língua/Civilização retém o princípio de uma ligação unívoca e indissociável entre a língua e a cultura ensinada e também sobre uma coerência intracultural. Hoje, apregoa-se o ensino comunicativo da língua, mas comunicar não é apenas um meio através do qual se enviam mensagens, mas é sobretudo um meio de interagir com o Outro; comunicar com alguém requer igualmente o estabelecimento de uma relação humana. Mas é ao aprendente de língua estrangeira que compete estabelecer a ligação entre as duas culturas (a sua cultura de origem e a cultura da língua que está a adquirir), este tem que adquirir não só uma certa forma de **comunicação intercultural**, isto é, capacidade de comunicar (no sentido de estabelecer uma relação humana e ainda no sentido de apreender os significados específicos da cultura corporizados nessa língua).

(trabalho final não recebido)

3. CHRYSTELLO, CHRYS

J. Chrys Chrystello prestou serviço no exército colonial português sendo destacado para o CTIT (Comando Territorial Independente de Timor) onde chegou em setembro 1973, regressando a Portugal dois anos mais tarde. Começou então a escrever o seu livro "Timor Leste 1973-75, O Dossier Secreto" antes de rumar a Macau em 1976 e posteriormente à Austrália onde se fixou e naturalizou. Ao longo de mais de três décadas de jornalismo político, trabalhou em rádio, televisão e imprensa escrita, tendo sido correspondente estrangeiro durante vários anos da agência noticiosa portuguesa ANOP/LUSA, da RDP/Rádio Comercial, TDM (Macau), J. N., Europeu, PÚBLICO, tendo sido publicado em inúmeros jornais e revistas em todo o mundo, para além de ter escrito guiões de filmes e documentários australianos sobre Timor. Entre 1976 e 1994, data em que se reformou do jornalismo ativo, esforçou-se por divulgar a saga do povo timorense que o mundo (incluindo a Austrália e Portugal) teimava em não querer ver. Tendo-se interessado pela linguística ao ser confrontado com mais de 30 dialetos em Timor, descobriu na Austrália provas da chegada ali dos Portugueses (1521-1525) mais de 250 anos antes do capitão Cook, e da existência de tribos aborígenes falando Crioulo Português (herdado quatro séculos antes). Membro Fundador do AUSIT (Australian Institute for Translators and Interpreters) e Examinador da NAATI (National Authority for the Accreditation of Translators and Interpreters) desde os anos 80, e pertencendo a vários órgãos internacionais congéneres, Chrys dedicou as últimas décadas à sociolinguística e tradução, tendo apresentado trabalhos em dezenas de conferências internacionais (da Austrália a Portugal, Espanha, Brasil, EUA e Canadá) onde os temas da língua e cultura portuguesas estão presentes. Tendo concluído em 1999 o seu Master of Arts (mestrado com Major in Applied Social and Communication Studies.) publicou nesse ano, o ensaio político (versão portuguesa) Dossier Timor Leste 1973-1975 cuja primeira edição esgotou ao fim de 3 dias. Mais tarde publicou a monografia Crónicas Austrais 1976-1996. Atualmente continua a ser Assessor de Literatura (Portuguesa) no Australia Council, UTS (Universidade de Tecnologia de Sydney) e leciona numa instituição universitária.

E CHRYSTELLO, HELENA

Desde cedo ligada aos estudos franceses, Helena continua a ensinar e a traduzir com o mesmo vigor, energia e dedicação com que iniciou a sua carreira. Nos últimos anos, tem estado ativa em conferências internacionais e em estudos de tradução, tendo organizado seminários internacionais de tradução para académicos e profissionais. Na Austrália impressionou-a o elevado número de turistas que afinal eram habitantes dessa multicultural nação. Depois de estudar o percurso do AUSIT (Australian Institute for Translators and Interpreters) e da NAATI (National Accreditation Authority of Australia) para se estabelecerem na vanguarda do profissionalismo na Tradução, foi ao Canadá estudar a situação naquele país onde a Tradução e o Ensino andam de mão em mão. Depois, regressou a Portugal para terminar uma licenciatura na área da Educação e está a fazer um mestrado em Relações Interculturais aplicadas ao Ensino de Línguas Estrangeiras. É Membro da CATS/ACT (Association Canadienne de Traductologie).

J. CHRYS CHRYSTELLO, AUSTRALIA COUNCIL, UNIVERSITY OF TECHNOLOGY, SYDNEY, AUSTRALIA e HELENA CHRYSTELLO, UNIVERSIDADE ABERTA, INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA (ESE) PORTUGAL

SINOPSE: UMA EXPERIÊNCIA HÍBRIDA AUSTRALIANA EM COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL PARA TRADUTORES E COMUNICADORES PROFISSIONAIS NUM MERCADO GLOBAL

Esta apresentação atualiza diversos estudos estratégicos, baseados em anteriores experiências de sucesso na Austrália: como ultrapassar barreiras culturais e preconceitos, desenvolvendo perícias apropriadas às necessidades específicas dos clientes. A preocupação principal era a falta de consulta prévia, coordenação, disseminação de anteriores sucessos e uma necessidade de educar aqueles que lidam com comunidades étnicas. É essencial haver fundos apropriados para pesquisa e seguimento destes programas, a fim de que possam ter sucesso. Muitas vezes, as pessoas que lidam com outras línguas e culturas nem sequer se apercebem das diferenças e do problema intercultural e adotam atitudes paternalistas. No caso australiano, a que me reporto, as dificuldades que as pessoas nascidas no estrangeiro enfrentam são a falta de comunicação efetiva e de participação na vida ativa. Eles devem ser ouvidos antes de se lhes tentar passar qualquer mensagem. Só depois de estabelecido esse público-alvo se pode definir o que deve ser enfatizado. A mensagem mais bem traduzida perde-se, muitas vezes, devido a pormenores relativos a convicções, raça, antecedentes culturais, ou a diferenças regionais do país de origem. A língua não é igual para todos os seus falantes. Recordo-me de perder dias infundos em reuniões para encontrar um fraseado comumente aceite por todos os níveis de falantes de Grego. No caso do português a demora era menor, mas nem por isso menos complexa, para satisfazer os originários do Brasil, dos PALOP's, Goa, e Macau. Só após essa plataforma comum ser atingida se podia passar à produção da mensagem final. Algumas ideias da atual sociedade ocidental podem estar irrevogavelmente em contradição com as crenças e os costumes de algumas comunidades. Não interessa ser apenas multicultural, multilingue, ou empático mas nada substitui a necessidade de se fazer um estudo aprofundado, direto e face a face com essas comunidades. A versão a traduzir, seja ela em inglês ou em português tem de ser plana, direta, sem jargão, sem siglas nem terminologia que só os burocratas entendem, para que possa ser transmitida em qualquer idioma. Pode soar difícil de conceber, mas já aconteceu e foi recompensador.

UMA EXPERIÊNCIA HÍBRIDA AUSTRALIANA EM COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL PARA TRADUTORES E COMUNICADORES PROFISSIONAIS NUM MERCADO GLOBAL.

1. INTRODUÇÃO

A intenção deste trabalho foi a atualização de anteriores planos estratégicos governamentais sobre comunicações interculturais num meio ambiente multiétnico como a Austrália, num mercado global. Baseados em anteriores experimentações australianas neste campo, tentou-se mostrar como corrigir barreiras culturais e preconceitos e desenvolver perícias ajustadas às necessidades específicas dos utentes.

A preocupação mestra foi a falta de consulta, de coordenação de disseminação de anteriores tentativas bem-sucedidas e uma necessidade de educar as pessoas que lidam e se dirigem às comunidades como um todo, face às necessidades específicas dos NESB (pessoas de língua mãe não inglesa ou *Non-English speaking background*) nesta sempre mutante era de comunicações globais interculturais. Subsídios adequados aliados a uma pesquisa e programas de avaliação posterior são essenciais para o sucesso de qualquer iniciativa deste teor. Os profissionais de comunicação, tradutores e intérpretes muitas vezes não estão conscientes do problema ou adotam atitudes paternalistas de pseudoempatia .

Na Austrália, os maiores obstáculos, que as pessoas nascidas no exterior do país enfrentam, são uma efetiva falta de comunicação e de participação ativa; elas têm de ser ouvidas primeiro se queremos transmitir-lhes algum tipo de mensagem. Só depois de se definir o público-alvo, se definirá o que se vai enfatizar e como, para transmitir uma mensagem básica que possa ser transferida eficazmente para várias culturas e línguas sem as implicações normais à perda na tradução.

A mensagem mais bem traduzida perde-se, muitas vezes, devido a pormenores relativos a etnia, credos, antecedentes culturais ou diferenças regionais no país de origem. Outras vezes, a tradução falha por ser demasiado generalista e ter jargão em excesso, para atingir um padrão linguístico básico ou por ser "*localizada*" para as elites em vez de se dirigir às minorias/(maiorias) em desvantagem que muitas vezes são o verdadeiro público-alvo a quem a mensagem se dirige.

Decorreram dias infundos – muitas vezes infrutíferos – em reuniões de trabalho para encontrar um fraseado comum aceitável a todos os níveis dos falantes de Grego, com vista a um grande projeto dum ministério australiano. Só depois de se ter encontrado um consenso era possível passar-se à fase seguinte para a pré-produção da mensagem final desse ministério governamental.

Alguns serviços, tais como os cuidados da criança subsidiados pelo governo australiano, e atitudes típicas das sociedades ditas ocidentais jamais postas em causa, podem estar irrevogavelmente em oposição às crenças e costumes de algumas comunidades étnicas australianas. Por mais multicultural, multilingue, ou empático que se seja nunca tal será suficiente nem pode substituir um exercício bem pesquisado da realidade, quer por encontros face a face, quer por inquéritos escritos com as próprias comunidades.

As versões inglesas a serem traduzidas/comunicadas tinham de ser concisas, sem jargão nem nacionalismos e em Inglês Simples (Plain English) a fim de serem convenientemente transmitidas em cada uma das línguas comunitárias.

Tudo começou por volta de 1950³ no tempo em que havia “wogs⁴” como as pessoas doutras origens étnicas eram então chamadas. Se a polícia prendia um “wog” tinha de ir procurar outro para poder comunicar. Assim, o *pobre “wog”* que era vendedor numa banca de frutas passou a ter cada vez menos tempo para o seu negócio, pois passava a vida a ser solicitado pelos polícias. Como isto acarretava custos, a polícia decidiu remunerá-lo pelos seus “serviços de tradução”. Foi então, que este Luigi da Sicília descobriu que assim fazia mais dinheiro do que a vender fruta. A ele, rapidamente se juntou Nick da Grécia, Abdul do Líbano, José de Portugal, Milan da Jugoslávia e muitos outros.

Rapidamente se tornaram pessoas importantes nas suas comunidades e com elevado relevo social, sempre a acompanharem oficiais da polícia. Um deles foi cônsul português e outro diretor duma rádio.

Durante a década de 1970, a Austrália sofreu muitas alterações: deixou de ser um país só para brancos e passou a aceitar imigrantes de todo o mundo. Foi então que surgiram o Serviço de Interpretes pelo Telefone [Telephone Interpreting Service TIS], Comité Contra a Discriminação [Anti-Discrimination Board], Comité para a Igualdade de Oportunidades de Emprego [EEO Equal Employment Opportunity], Ministério Estadual dos Assuntos Étnicos [Ethnic Affairs Commission], etc.

Os funcionários públicos bilingues começaram a ser recrutados na década de 1980 para fazerem de tradutores e intérpretes, tendo de se submeter a testes e a demonstrar a sua ligação às comunidades étnicas que iriam servir, e a sua empatia para com as minorias étnicas.

O governo da Commonwealth criou a NAATI [National Accreditation Authority for Translators and Interpreters] em 1977, encarregue de estabelecer e monitorizar os padrões de profissionalismo e, para assegurar o desenvolvimento da profissão. Isto viria a conduzir à criação da AUSIT em 1987 [The Australian Institute of Interpreters and Translators Inc.], uma entidade profissional responsável pelo estabelecimento e cumprimento de normas éticas, pela formação contínua dos seus afiliados e de ações para o reconhecimento do valor da profissão.

Na Austrália, a NAATI é responsável única pela acreditação de profissionais em 90 línguas comunitárias, existindo já cursos, sob a sua orientação, ministrados em universidades. Passou-se assim da fase de ajudar o “wog” para uma participação mais ativa na sociedade em todas as suas vertentes: legais, de saúde, educação. Como não havia exemplos no resto do mundo, que pudéssemos imitar, tivemos de criar as nossas normas, aprendendo à medida que cometíamos erros. Não havia estudos metodológicos nem teorias. Foi então que nos deram o projeto a traduzir para “*ajudar os imigrantes a entender os programas de subsídios governamentais para o apoio a cuidar de crianças*”.

2. ESTUDO DE CASO

Sabendo as dificuldades que enfrentam as cerca de 200 comunidades étnicas e linguísticas existentes na Austrália, optou-se, no caso em estudo, por uma disseminação completa e o mais abrangente possível da informação de forma a estabelecer canais comunicativos capazes de reduzir as barreiras linguísticas e as diferenças culturais.

Quase 30% (trinta por cento) da população australiana nasceu no estrangeiro, e desses um quinto fala LOTE⁵ em casa. Existem inúmeras bolsas de população – na sua maior parte recém-chegados (sob programas de reunião familiar, programas humanitários ou para refugiados) que nada falam de Inglês e se sentem perdidos num ambiente tão distinto linguística e culturalmente.

Embora se possam explicar os antecedentes socioculturais distintos, a diferente organização política e a falta de sociedades baseadas no bem-estar coletivo social, torna-se difícil atingir um público-alvo tão vasto e heterogêneo com resultados reconfortantes quando se fala de “*cuidar de crianças*” que é uma noção alienígena e inexistente em muitos países. Com as limitações próprias do orçamento do projeto, houve necessidade de estabelecer e quantificar as línguas comunitárias que seriam abarcadas pelo exercício. Imediatamente após, pesquisou-se a quantas delas se poderia tornar extensivo este projeto, investigando-se as suas redes étnicas, quer de organismos quer de indivíduos, que se não totalmente representativos numa visão democratizante seriam capazes de reduzir o fosso que separava o governo dos utentes dessas comunidades.

3 Nasir, Mike (Janeiro 2001), The future of the interpreting and translation profession, Sydney Language centre.

4 Por oposição a WASP: White Anglo Saxon Protestant. WOG significa basicamente pessoa de compleição e aparência tipicamente mediterrânica ou com essa origem. Na 2ª Grande Guerra era usado para explicitar pessoas do norte de África ou Médio Oriente. Usado dentro duma mesma comunidade não tem significado pejorativo, mas é derogatória a sua utilização por membros de outras comunidades

5 (outra língua que não a Inglesa ou language other than English)

Esta parte do projeto, bastante morosa, permitiu aumentar através de rebuscada pesquisa a capacidade de intervenção direta [*input*] dessas comunidades no objeto específico do projeto. Para que este exercício tivesse sucesso, não só no número de média escrita/audiovisual ou da quantidade de línguas abrangidas, houve a necessidade de recorrer ao máximo de cobertura através das organizações étnicas, grupos de assistência social, lóbis (lobbies), e todas as formas de comunicação social étnica pois todas estas entidades definiriam e decidiriam em última análise o destino deste megaprojeto. Após meses de contactos pessoais, ações de seguimento [*follow-up*], foi possível pensar que se havia amalgamado o suficiente para se atingirem resultados a longo prazo.

Do ponto de vista do “*vendedor*”, realizaram-se encontros com todas as pessoas do ministério que, de algum modo, poderiam estar envolvidas ou ligadas ao projeto, em sessões de “*brainstorming*” sobre o que tinham em mente e achavam adequado para se atingirem os fins de disseminação da mensagem e pontos de vista do Governo. A seguir atualizou-se a informação a ser transmitida às comunidades étnicas elaborando alvos imediatos para todos os próximos passos do projeto sempre sujeitos às limitações orçamentais e ao enorme tamanho da Austrália.

Até onde poderiam ir? Dever-se-ia cingir o exercício às áreas metropolitanas (5 e 4,5 milhões de habitantes só em Sidney e Melbourne) ou às cidades e zonas interurbanas a nível estadual, ou dever-se-ia ir até ao interior mais profundo (o “mato”⁶)? Após esta decisão teriam de se estabelecer as línguas a atribuir para cada uma dessas áreas, antes de se organizar uma equipa de tradutores e revisores profissionalmente acreditados, capazes de entregarem o produto acabado dentro dos prazos previstos para a tradução e revisão, impressão e produção em massa.

Foi feita a recolha e a análise duma miríade de dados formais e estatísticos para identificar as necessidades de cada grupo NESB⁷, criando padrões de perfis dos clientes/utentes, com mecanismos de coleção de dados para futuros exercícios, e níveis de conhecimento dentro de cada grupo das funções do ministério. Ao mesmo tempo mantiveram-se os contactos interministeriais e interdepartamentais numa base regular para interação dentro das suas fronteiras de jurisdição, tendo-se concluído que apesar de existirem numerosas recomendações de IOE (Iguar Oportunidade de Emprego)⁸ elas nunca haviam sido totalmente implementadas, monitorizadas ou estabelecidas, daí resultando obviamente um défice de dados estatísticos capazes de auxiliarem à definição do público-alvo. Houve necessidade de seguir vagas recomendações governamentais para a colheita de dados étnicos (*National Guidelines for Collection of Ethnicity Data*), para tentar compreender a vasta disparidade de participação NESB e pessoas de língua inglesa.

Só então se iniciaram os contactos incontáveis com trabalhadores étnicos, meios de comunicação social étnica, e indivíduos locais. Esta parte do projeto teve de ser faseada, dado muita dessa gente estar fisicamente a centenas ou milhares de milhas de distância.

Nesses contactos discutia-se “*ad nauseam*” os vários significados, tonalidades, e sombras de muitas palavras que eram transferidas para cada uma das 18 línguas comunitárias selecionadas, a fim de apurar se essas palavras tinham a tonalidade e o registo mais apropriado ou as que menos induziam em ofensa as sensibilidades das gerações mais idosas.

Foi tido em consideração o facto de existirem diferentes níveis de registo em línguas tão complexas e alienígenas como o Grego ou o Farsi da Pérsia e Afeganistão, para que a mensagem pudesse ser transportada numa forma culturalmente aceite, sendo politicamente correta e bem-sucedida na sua receção e compreensão.

Só então se definiram os grupos de alta necessidade em termos de data de chegada ao país, nível ou falta de conhecimentos da língua inglesa, diferenças culturais ou antecedentes em assistência social, idade, estatuto de imigração (i.e. refugiado/a, reunião familiar, imigrantes profissionalmente qualificados, imigrantes qualificados mas sem reconhecimento profissional, desempregados, desempregáveis, etc.).

O apoio recebido através de críticas fortes e construtivas dos membros da comunidade levaram a acreditar que a viabilidade e sucesso do projeto eram possíveis.

Ainda se processavam os dados antes de definir as línguas finais selecionadas e já se registavam resultados totalmente diferentes aos que eram tidos como aceitáveis e prováveis quanto às verdadeiras necessidades das comunidades, dos centros urbanos ao interior, das cidades capitais estaduais às pequenas cidades. Houve necessidade de rever o total de impressos e brochuras, o total de línguas e outros instrumentos, de acordo com o orçamento previamente estabelecido.

6 vulgo “bush”

7 Non-English speaking background, pessoas cuja língua mãe não é o Inglês

8 EEO (Equal Employment Opportunities)

Era um verdadeiro pesadelo pois nunca tinha sido feito um tal exercício de comunicação em tão grande escala para tantas línguas e tanta gente. Definiram-se então as 20 línguas principais⁹, e as línguas a seguir classificadas que poderiam vir a ser incluídas, havendo então que escolher ainda entre Arménio, Sinalês, Khmer, Tailandês, Russo, Húngaro, e Maltês.

Depois fez-se uma campanha maciça nos meios de comunicação social para obter o máximo de exposição e cobertura jornalística enquanto se determinavam os parâmetros para avaliação da campanha, garantindo que todo o retorno [feedback] seria constantemente tratado e analisado com o devido seguimento.

A Tradução/Interpretação e Comunicação subitamente adquiriram novas dimensões desconhecidas para todos os seus intervenientes. Tal como Steven Pinker afirmou¹⁰: “*De todos os comportamentos linguísticos de que o cérebro humano é capaz, a tradução e interpretação devem ser os mais exigentes.*”

Nesta instância, os intervenientes no projeto depararam com uma problemática com que nenhuma formação, formal ou outra, os havia preparado. Não existiam obras de referência para consultar, nem colegas com experiência similar, nenhuma associação profissional capaz de indicar linhas mestras de atuação e decisão.

Mas o apoio veio de todos os setores: grupos comunitários, grupos étnicos, municípios e indivíduos, que entusiasmados pela novel aproximação se interrogavam porque é que isto não havia sido tentado antes, para se obter uma aceitação cultural da noção alienígena de “*cuidar de crianças*” que o governo tentava disseminar.

O projeto que começou por uma campanha a nível estadual australiano transformou-se numa campanha a nível federal, abarcando a maior parte dos Estados e Territórios da Commonwealth Australiana, e desta forma usurpando feudos dos planificadores federais na capital, Camberra... embora estes não dispusessem de planos semelhantes nem tivessem jamais executado ou sequer considerado projetos similares.

O vastíssimo processo de pesquisa e consulta que aparentemente era demasiado intensivo na sua componente de dimensão temporal foi vital para se explorarem todas as avenidas de informação. Esse processo foi fundamental para se aferir o sentimento comunitário e as suas erróneas ideias, para produzir material gramatical e culturalmente aceitável na ótica do utilizador¹¹, e para criar as fundações para produções subsequentes de material de disseminação de atividades e iniciativas governamentais.

Este nível de consulta foi amplamente aclamado e bem recebido pelas comunidades NESB, tendo resultado num enorme fluxo de cartas e ofícios de apoio à iniciativa. Novos compromissos foram capazes de elevar as expectativas habitualmente reduzidas das comunidades étnicas, o que conduziu a uma colaboração interministerial raramente observada.

Os panfletos e brochuras acabaram por ser distribuídos a nível nacional em todos os Estados e Territórios, de acordo com a concentração específica de grupos étnicos, e em conjunto com as agências de informação, centros de recursos comunitários, representantes de agremiações étnicas e até mesmo consulados.

No fim, após todas as elegias, o projeto acabou por ser nomeado para a final dos “Yearly Media Ethnic Awards”¹², mas os burocratas de Camberra acabaram com todas as veleidades recusando a renovação de fundos para futuros projetos, ou a continuação deste.

Em termos culturais, os intervenientes no projeto ficaram enriquecidos, capazes de entender melhor as diferenças culturais e os antecedentes linguísticos em áreas onde nem sequer suspeitavam existir qualquer discriminação ou ignorância cultural.

Este tipo de projeto foi posteriormente reutilizado pelos intervenientes noutras áreas de comunicação, desde projetos de “*localização*” na Internet a meros projetos de tradução destinados a países longínquos partilhando uma mesma língua comum, como o Inglês ou o Português.

9 Chinês	Árabe	Espanhol	Vietnamita	Português
Italiano	Grego	Polaco	Croata	Turco
Tagalo (Filipino)	Hindí	Macedónio	Coreano	Bahasa Indonesia
Tonga ***	Farsi (Afegão/Persa)	Fiji ***	Lao	Samoa ***

*** excluídos da primeira fase de impressão

10 Pinker, Steven (1998) in Language International, vol. 10.6

11 ‘user-friendly’ é o termo inglês utilizado

12 Prémios Anuais da Comunicação Social Étnica

3. CONCLUSÃO

Umberto Eco disse algures¹³: “Os tradutores são os principais artesãos de transferências culturais e de comunicação e, os únicos capazes de parar a supremacia da língua inglesa, responsável por mais de um século de superioridade econômica da América do Norte.”.

Agora que Portugal contraria uma tradição secular de colonizar o mundo e está a ser “colonizado” através de habitantes de locais tão distantes como a Ucrânia, Moldávia, Brasil, e as ex-colónias de África¹⁴, não falta muito para que também os Portugueses tenham de aprender a coexistir com esse influxo de pessoas de quadrantes tão diversos cultural e linguisticamente, devendo proporcionar-lhes apoio e informação. Também os portugueses se encontraram nessa situação em países não tão distantes, como a França, Luxemburgo, Alemanha, e Suíça nos últimos 50 anos.

Sem os conhecimentos como os deste projeto não poderemos interagir com eles, mesmo que já haja uma língua franca, portuguesa, de intercâmbio comunicacional. Antes porém, poderíamos começar a tentar entender as culturas diversas que compõem o leque da lusofonia e das quais tivemos neste colóquio alguns representantes. Falamos todos a mesma língua com contornos culturais, tradicionais e traducionais distintos. Uma língua com sete variantes políticas só pode sobreviver se continuar a enriquecer-se com as contribuições de todos os seus quadrantes.

Parafrazeando o que o professor David Crystal escreveu para este encontro: “Se as línguas adotam palavras de empréstimo isto demonstra que elas estão vivas para uma mudança social e a tentar manter o ritmo. Trata-se dum sinal saudável desde que as palavras de empréstimo suplementem e não substituam as palavras locais equivalentes.

O que é deveras preocupante é quando uma língua dominante começa a ocupar as funções duma língua menos dominante, por exemplo, quando o Inglês substitui o Português como língua de ensino nas instituições de ensino terciário. É aqui que a legislação pode ajudar e introduzir medidas de proteção, tais como obrigação de transmissões radiofónicas na língua minoritária, etc.”

Existe de facto uma necessidade de haver uma política da língua, em especial num mundo como o nosso em mudança constante e tão rápida, e essa política tem de lidar com os assuntos base, que têm muito a ver com as funções do multilinguismo.

4. BIBLIOGRAFIA

OMA, *Making it work*, Office of Multicultural Affairs, Dept of the Prime Minister and Cabinet, 1995.

NAATI, *Ethics of Interpreting & Translation*, National Accreditation for Translators & Interpreters, **Canberra 2000**

EAC, *The people of NSW*, Ethnic Affairs Commission NSW, 1991

OMA, *National Agenda for Multicultural Australia*, Office of Multicultural Affairs, Canberra 1989

DSS, *Freedom of Information [FOI]*, Department of Social Security, 1982-1995

DSS, *The new family Income Supplement*, Department of Social Security, 1982-1995

DSS, *Help for families*, Family Allowance, Child Allowance, Department of Social Security, 1982-1995

DSS, *Supporting parent's benefits*, Department of Social Security, 1982-1995

AUSIT, *Antipodean*, *Australian Translation Journal* **Feb. 1996**.

Nasir, Mike, *The future of the Interpreting and Translation Professions*, **Sydney Language Centre 2001**

ETHNOLOGUE 12th Edition 1992

DIEA, *Affairs How to communicate with a non-English speaker*, Dept of Immigration and Ethnic, s/d

DCSH NSW, **Services for you**, Public Relations and Communications Unit, Dept. of Community Services and Health, May 1991.

DHHCS, *Work at Home as a family Day Carer*, Federal Dept of Health, Housing and Community Services, August 1991

DHHCS, *Child Care: We help with Fee Relief (Reduced Fees)*, Federal Department of Health, Housing and Community Services, August 1991

DHHCS, *Child Care: We help*, Federal Department of Health, Housing and Community Services, August 1991

Para ver a **LISTA DE ILUSTRAÇÕES** carregar aqui [Chrys pps.ppt](#) (se não abrir imediatamente carregue em CTRL + botão esquerdo do rato)

Línguas seleccionadas para este projeto

Árabe	Bahasa Indonesia
Chinês	Coreano
Croata	Espanhol
Farsi (Persa)	Grego

13 citação de origem desconhecida

11Dados do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) sobre legalização de estrangeiros em Portugal, 2001

Hindi	Inglês
Italiano	Lau (Laociano)
Macedónio	Polaco
Português	Tagalo (Filipino)
Turco	Vietnamita

5. ALGUMAS NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS BROCHURAS

Até à fase de impressão propriamente dita, foram tidos em consideração:

A necessidade de inversão dos logótipos, desenhos e demais grafismos em línguas escritas da direita para a esquerda como o árabe.

A necessidade de identificar as três brochuras através de três cores distintas quer no topo (Azul, Vermelho, cor de laranja) quer na base (Verde, Azul e Lilás)

A necessidade de conseguir uma linguagem universalmente acessível e facilmente compreendida por todos os falantes de cada língua,

A necessidade de ter em conta regionalismos dialetais e país de origem dos leitores na seleção de palavras ou expressões, que, por exemplo, em brasileiro teriam outro significado. Assim se mantinha a compreensibilidade universalista dos lusófonos, dos gregos, dos falantes das inúmeras variedades de espanhol, etc., que, nalguns casos assumiu dúbia correção linguística (ex. Cuidados de infância, cuidadoras, etc.) mas permitiu serem universalmente compreensíveis.

A necessidade de criar uma identificação visual fácil de cada idioma, a qual aparece num canto superior para permitir ao pessoal administrativo e monolíngue a distribuição das brochuras.

Nalguns casos de palavras intraduzíveis (Fee Relief) foi necessário recorrer a uma explicação adicional como por exemplo em português: “Redução de custos (propinas)”

A necessidade de as brochuras abrirem “ao contrário” em línguas como o árabe, implicando uma impressão suplementar e uma orientação de dobra N --> S oposta às restantes.

4. DE BRITO, REGINA

Regina Helena Pires de Brito é bacharel e licenciada em Letras Clássicas e Vernáculos pela Universidade de São Paulo, onde obteve os títulos de Mestre (1993) e Doutora (1998) em Semiótica e Linguística Geral. Há 14 anos exerce atividades ligadas à educação – passou pelas salas de ensino fundamental e médio, ao mesmo tempo em que começava a ministrar aulas para graduandos de Cursos de Letras (Universidade Presbiteriana Mackenzie e Faculdades Metropolitanas Unidas, ambas em São Paulo). Hoje, além da graduação, atua no curso de Pós-Graduação em Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, ministrando cursos e orientando candidatos ao título de Mestre. Como linguista do Projeto Brasileiro “Alfabetização Solidária” esteve em Timor Leste onde, além do contacto com as dezenas de línguas locais, pôde começar a estudar a variante do português ali praticado e participar da seleção e capacitação de timorenses que atuam como alfabetizadores de adultos no país. Esteve, também, em Moçambique, discutindo com linguistas locais acerca da problemática do português no país. Atualmente, estuda a problemática da “Língua e Identidade no Universo da Lusofonia”, tema de pesquisa de Pós-Doutoramento, sob a orientação do Dr. Moisés de Lemos Martins, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

REGINA HELENA PIRES DE BRITO, UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE – SÃO PAULO – BRASIL QUATRO CONTEXTOS, UMA LÍNGUA: REFLEXÕES EM TORNO DA LUSOFONIA ¹⁵

Sinopse - Entendida como um sistema de comunicação linguístico cultural no âmbito da língua portuguesa e nas suas variantes diatópicas e diastráticas, a lusofonia compreende os países que a adotam como língua materna (Portugal e Brasil); língua oficial (PALOP e Timor-Leste); língua de uso (Macau, Goa, Damão, Malaca); além das comunidades constituintes da chamada “diáspora lusófona”.

Esta síntese do mundo lusófono, que se expande pelos quatro cantos do mundo e é abarcada no conceito de lusofonia – pretende conciliar diversidades linguísticas e culturais com a unidade estruturante do sistema linguístico. Examinar a língua portuguesa como instrumento construtor da identidade em países lusófonos, no caso Timor-Leste e Moçambique - esta é a direção que seguem as reflexões aqui apresentadas.

QUATRO CONTEXTOS, UMA LÍNGUA: REFLEXÕES EM TORNO DA LUSOFONIA ¹⁶

1. PRELIMINARES

É comum afirmar que a lusofonia surge com a primeira globalização: a aventura dos descobrimentos marítimos portugueses e a conseqüente difusão de sua língua e cultura. De fato, percorrer o mundo, apesar das diversidades e especificidades sócio-econômico-culturais de cada comunidade onde se fala o

¹⁵ Parte de pesquisa de Pós-Doutoramento em curso, sob a orientação do Prof. Dr. Moisés de Lemos Martins (Instituto de Ciências Sociais - Universidade do Minho).

¹⁶ Parte de pesquisa de Pós-Doutoramento em curso, sob a orientação do Prof. Dr. Moisés de Lemos Martins (Instituto de Ciências Sociais - Universidade do Minho).

português, significa, via de regra, deparar-se com novos e conhecidos sons, cores e sabores da nossa língua.

Ter estado em Timor-Leste (por duas ocasiões, em 2001) propiciou-nos vivenciar uma decorrência dessa aventura: no encontro com portugueses, moçambicanos, angolanos, brasileiros e timorenses, diversos discursos, múltiplas vozes - aparentemente harmoniosas – entrecruzam-se na nova nação, delineando identidades várias no universo indelével da lusofonia que nos une. Receber declarações de apego à língua portuguesa manifestadas por timorenses era constante: *Foi a língua portuguesa que os nossos dirigentes usaram para contactar um ao outro, no interior e no exterior; isto é, nos países amigos da língua oficial portuguesa para convocar a SOLIDARIEDADE. Por isso, não há razão nenhuma de rejeitar a adoção da língua portuguesa como nossa língua oficial porque não estamos a andar sozinhos...* (depoimento de um candidato a alfabetizador do Distrito de Cova Lima)

Não foi por acaso que, por decisão do Congresso do Conselho Nacional de Resistência Timorense, em 29 de agosto de 2000, o português foi declarado língua oficial de Timor Loro Sae, nas palavras de Xanana Gusmão: *Tendo em mente a nossa história, nós devemos fortalecer a nossa língua materna, o tétum, disseminar e aperfeiçoar o domínio da língua portuguesa e manter o ensino da língua Indonésia.*

Em Maputo (em 2002), durante o V LUSOCOM, participamos de uma série de debates envolvendo a problemática das línguas faladas em Moçambique. Neste outro cenário discute-se o papel das línguas autóctones na comunidade lusófona, como faz Liphola (2002:1): *sabendo-se que a comunicação desempenha um papel fundamental na transformação da comunidade lusófona, a realidade linguística de Moçambique obriga-nos a fazer a seguinte pergunta: a comunicação em que língua?* Ou, como quer Lopes (2002: 1-5), destacando o desenvolvimento e a necessidade do estudo do Português Moçambicano, *cuja moçambicanidade torna esta variedade distinta da variedade do Português na sua dimensão europeia* E, ainda, como coloca Firmino (2002: 304) acerca do reconhecimento dos papéis que as línguas locais e o Português assumem como consequência da sua incorporação nas atividades sociais ocorrentes em Moçambique, *ou seja, o Português e as línguas autóctones associam-se para executar tarefas no contexto dos sistemas retóricos, indiciais e ideológicos configurados pela natureza das relações sociais que caracterizam a sociedade contemporânea moçambicana.*

Num contexto tão disperso geograficamente, naturalmente multicultural, de sistemas linguísticos vários e de diferentes normas do português é que vamos pensar a língua e a identidade no âmbito da lusofonia.

2. A LÍNGUA ADORMECIDA – O PORTUGUÊS EM TIMOR-LESTE

Meia ilha de colonização lusitana, situada entre o sudoeste asiático e o Pacífico sul, a 500 km da Austrália, Timor-Leste foi colônia portuguesa desde o século XVI, esteve ocupada pelo Japão durante três anos, na altura da Segunda Guerra Mundial, foi palco da invasão indonésia (de 1975 a 1999) e explorada pelos australianos.

Timor-Leste acaba de sair de um longo período em que falar português poderia significar a morte. Nesse contexto, se no novo país tudo está em reconstrução - das casas à identidade do povo, da organização da Nação ao papel de cidadão – a reintrodução da língua portuguesa reveste-se de um papel fundamental de resgate de valores socioculturais:

A opção política de natureza estratégica que Timor-Leste concretizou com a consagração constitucional do Português como língua oficial a par com a língua nacional, o Tétum, reflete a afirmação da nossa identidade pela diferença que se impôs ao mundo e, em particular, na nossa região onde, deve-se dizer, existem também similares e vínculos de caráter étnico e cultural, com os vizinhos mais próximos. Manter esta identidade é vital para consolidar a soberania nacional. (Xanana Gusmão¹⁷)

Durante duas décadas e meia, com reduzidas oportunidades para empregar a fala, a leitura e a escrita da língua portuguesa, o povo resistiu em defesa de seu território e de sua liberdade – são conhecidas as referências ao uso do português como língua de resistência, como afirmou um alfabetizador do Suco Lahane Oriental: *Os timorenses querem manter viva a sua fé que durante vinte e quatro anos de ocupação é um dos principais instrumentos de resistência, juntamente com a língua portuguesa.* Os timorenses, no entanto, sabem que não poderão se desenvolver de forma democrática com 90% da população iletrada.

As dezenas de línguas originais do país pertencem à família das línguas austronésias (ou malaio-polinésias) ou à família das línguas papuas (ou indo-pacíficas), diversidade linguística que se explica principalmente pelo fato de Timor ter sido parte de rotas de migrações várias. Como língua integradora dessas línguas, fala-se o **tétum**, reconhecido oficialmente como língua nacional a partir de outubro de

17 Alocução do Presidente Xanana Gusmão, proferida em Brasília, no dia 1 de agosto de 2002, durante a IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. www.cplp.org/noticias/ccegc/di7.htm [cap. em 03/08/02].

1981, e que se apresenta de duas formas: como língua materna de algumas regiões e como forma veicular na generalidade do território. No entanto, antes mesmo da chegada dos portugueses, o tétum já era a língua franca, pois era falada pela tribo dos beloneses, a mais poderosa do lugar. Mais tarde, a adoção do tétum como língua oficial da Igreja Católica de Timor foi, em parte, responsável por sua rápida propagação, adoção e efetiva utilização pelos timorenses.

É importante lembrar que o modelo de colonização portuguesa, em que se destacam o processo de miscigenação com os timorenses (que levou à assimilação de hábitos) e a conversão ao catolicismo, dentre outros aspetos, contribuíram para a incorporação natural de estruturas sintáticas e de elementos lexicais portugueses às línguas locais.

É evidente que a administração colonial privilegiava o português como língua de instrução, ensinada nas escolas, veiculando conteúdos da cultura lusa, e que se empregava na modalidade escrita, em atividades ditas culturais ou administrativas. Por outro lado, em termos de comunicação espacial e entre pessoas de línguas maternas diferentes, o tétum era usado nas situações cotidianas. De modo geral, portanto, antes dos acontecimentos de 1974-75, a situação linguística apresentava-se em três níveis: (1) o das *línguas locais* – veículos de comunicação nas diversas localidades, como o Bunak, o Kémak, o galole, etc.; (2) o da *língua veicular* – o tétum, funcionando como elemento de integração e conhecido como “tétum praça”, variante do tétum Terik gramaticalmente simplificada e mesclada com elementos do português; (3) o da *língua administrativa* – o português – única língua normalmente escrita, que também exercia uma função integradora, no tocante à camada dirigente e ao ambiente letrado. (cf. Thomaz, 2002: 140-4)

Diversamente do que ocorreu em muitos países na época de descolonização, em 1975, Timor-Leste tinha uma certa unidade linguística, garantida, como vimos, pelo uso do tétum. Além disso, apesar de criticar o colonialismo salazarista, tanto a Fretilin (Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente) quanto a Apodeti (Associação Popular Democrática Timorense, favorável à indexação pela Indonésia) continuaram a valorizar a *língua portuguesa como elemento ancestral e integrado na cultura nacional* (Hull¹⁸: 2001: 37).

Durante o domínio indonésio, Timor-Leste sofreu brutal repressão, como tortura e assassinatos, e exploração, como trabalho escravo e semiescravo, tendo sido mortos cerca de 300 mil timorenses. Ao lado disso, com a política de “destimorização” aplicada, incluiu-se uma nova forma linguística, que se traduziu na imposição da bahasa indonésia (variante do malaio) como língua do ensino e da administração, na minimização do uso do tétum e na perseguição sumária da língua portuguesa.

Como resultado, atualmente, em termos linguísticos, o país se apresenta como um complexo mosaico: além do tétum e das dezenas de outras línguas locais, os timorenses falam a bahasa indonésia e procuram se expressar em português e inglês. Estimativas¹⁹ apontam que as crianças, em fase pré-escolar, falam tétum (repleto de palavras do português), os adolescentes e adultos jovens utilizam-se do malaio e a geração com mais de 40 anos fala (ou traz na memória) o português; complementariamente, as pesquisas revelam que o português é falado por 20% da população de 800 mil habitantes. Segundo dados da ONU²⁰, 70% da população de Timor-Leste é analfabeta e apenas cerca de 15% da população fala o português, conforme atesta Thomaz (2002: 90): *Se aos alfabetizados que falam, leem e escrevem o português juntarmos os analfabetos que melhor ou pior o falam, obteremos, quando muito, uma percentagem de 15 a 20 % da população total.*

Embora o tétum seja a língua de comunicação cotidiana dos timorenses, em algumas localidades, como em Cova Lima (quase fronteira com a Indonésia, onde se fala também o Bunak), parece-nos que a bahasa indonésia funciona com maior intensidade como língua veicular, como revela breve inquérito que realizamos in loco: de 30 timorenses, com idade entre 20 e 35 anos, 6 sabem se expressar (ainda que precariamente) em português, 11 em inglês, 28 em bahasa indonésia e 19 em tétum. Outros exemplos do uso concomitante de diferentes línguas: em *Ainaro*²¹, onde se fala o nogo-nogo e o Mambae - utilizada

18 O linguista australiano Geoffrey Hull é um dos maiores especialistas em tétum e línguas nativas do Timor, além de árduo defensor da oficialização da língua portuguesa em Timor-Leste.

19 Jornal Digital – Notícias dos Países de Língua Portuguesa (www.jornaldigital.com) – [p. Capítulo 16/04/2001].

20 Escrevendo as páginas do futuro. Relatório de quatro anos de atividade. Programa Alfabetização Solidária. Jan/1997 – dez/2000. DF, p. 40.

21 Cabe aqui um registro: em visita à escola primária de Ainaro, mantida pela Igreja Católica, encontramos 4 salas, com uma média de 40 alunos por classe, com faixa etária variando entre 4 e 10 anos, num espaço físico quase nunca superior a 6 m². As crianças recebem noções de Língua Portuguesa utilizando material enviado por Portugal. O acesso às salas dos alunos maiores de 10 anos não foi possível no momento. Contudo, pudemos conversar com alguns desses alunos e apuramos que frequentam aulas de língua portuguesa, tétum, bahasa indonésia e inglês. A bahasa indonésia, língua na qual foram alfabetizados, é utilizada como língua-instrumento para o ensino sistematizado do tétum (trabalhado apenas oralmente) e para a chamada “reintrodução” ou “revitalização” do português. Procura-se falar o inglês por toda a parte, por indivíduos de diferentes faixas etárias, mas em especial pelos jovens, seduzidos pela presença maciça dos estrangeiros, detentores de alto poder aquisitivo e símbolos de melhor condição de vida.

somente em situação familiar e, em especial, pelos mais idosos - e que pertence à mesma família do tétum; em *Baucau* temos o uaimaa e o Makasae; em *Lautém*, fala-se o falatuko, o makalere e o Dagada; em *Bobonaro*, há o Bunak e o Kémak; em *Manatuto*, fala-se o galole; em *Viqueque*, aparece o naiti, o Midiki e o oso-moko; no *Oé-cusse* temos o baikenu e assim por diante.

De modo geral, o português²² aparece, na modalidade oral, truncado, reticente, praticamente construído em uma base lexical, ou seja, os usuários parecem “traduzir” diretamente palavras e categorias do tétum para as possíveis correspondentes portuguesas, sem preocupação com uma sistematização da estrutura morfossintática.

No *plano fonético*, verifica-se dificuldade na articulação de alguns fonemas específicos do português, revelando interferência do substrato linguístico local. As confusões mais recorrentes dão-se quanto aos fonemas do português que não encontram oposição fonológica no sistema do tétum ou em outra língua nacional (confusão de /p/, /f/ e /b/, redução das sibilantes e chiantes (/s/, /z/, /ʃ/ e /Σ/). No tocante à escrita, os textos recolhidos revelam problemas ortográficos, em geral decorrentes de questões relativas à oralidade. No *plano morfológico*, dificuldades na declinação dos pronomes, na conjugação verbal e na flexão nominal (notadamente a omissão da marca de plural) - praticamente inexistentes no tétum, nas demais línguas locais ou na bahasa indonésia.

No *plano sintático*, são comuns as impropriedades ligadas à sintaxe da regência, à ordenação frástica, à concordância (também em decorrência de ser categoria inexistente nas demais línguas de Timor) além de substituição do infinitivo pelo presente em formas perifrásticas (como *pode fala*, por “pode falar”). No *plano semântico*, são perceptíveis problemas ligados ao desconhecimento dos significados (o que se deve a um domínio vocabular restrito) e à dificuldade de construção de sequências coerentes.

Apesar dessa exposição fragmentada e incipiente que apresentamos da variante do português em Timor-Leste, convém lembrar que uma língua vai além do aspecto gramatical acima colocado. Na verdade, o fenômeno linguístico integra-se à prática social, à dinâmica cotidiana, às necessidades discursivas da comunidade que partilha uma mesma realidade.

Fazer projeções acerca do destino do português em Timor-Leste está na dependência dos caminhos políticos a serem efetivamente percorridos pela nova nação. Se assim for, pode-se vislumbrar que o português despertará do sono forçado e reencontrará o seu espaço como língua de cultura:

Se Timor-Leste deseja manter uma relação com o seu passado, deve manter o português. Se escolher outra via, um povo com uma longa memória tornar-se-á numa nação de amnésicos, e Timor-Leste sofrerá o mesmo destino que todos os países que, voltando as costas ao seu passado, têm privado os seus cidadãos do conhecimento das línguas que desempenharam um papel fulcral na gênese da cultura nacional. (Hull, 2001: 39)

3. O PORTUGUÊS EM/DE MOÇAMBIQUE

Quando falo Português sinto que estou a usar a vantagem de um instrumento que é estrategicamente viável para mais expansão e inserção nas várias comunidades linguísticas existentes no nosso país. Apesar do facto de que alguns diriam que é um elemento de alienação cultural, a influência que as línguas africanas exercem ou exerceram sobre o Português permitem-me dizer com alguma plausibilidade que efetivamente não há espaço para tal alienação, porque o Português pode também ser já uma língua africana. (depoimento de cidadão moçambicano - pesquisa realizada por Firmino, 2002: 240)

Na prática, falar do português em Moçambique significa falar de uma minoria escolarizada e habitante dos centros urbanos, apesar de seu status de oficial (sendo utilizada como meio de instrução e comunicação pública nacional) e de língua de unidade nacional. Dados do Instituto Nacional de Educação (1999) apontam que apenas 8,7% de moçambicanos em idade superior a 5 anos falam português como língua materna e que quase a totalidade dos falantes adultos, cujas línguas maternas²³ pertencem ao grupo Bantu, utilizam o português como segunda língua – o que significa o seu contato constante com outras variedades linguísticas. Esta situação do português relaciona-se com a

22 A descrição apresentada leva em conta falantes do português com idade superior aos 35 anos e é resultado parcial de análises que realizamos como linguista do “Alfabetização Comunitária em Timor-Leste” (Projeto brasileiro conhecido como “Alfabetização Solidária”). Tal participação levou-nos a um levantamento bibliográfico e possibilitou-nos a realização de pesquisa in loco (junho/2001 – seleção de alfabetizadores e agosto/2001 – curso de capacitação). Gravamos entrevistas com candidatos a alfabetizadores e com a população em geral (de diferentes faixas etárias, profissões e sexo). Analisamos, ainda, textos produzidos pelos candidatos, no processo seletivo, e durante a capacitação, pelos alfabetizadores, além de outros elementos coletados (letras de músicas, receitas culinárias, jornais, anúncios publicitários, fotos com inscrições e cartazes).

23 O relatório do Censo de 1980 contabiliza 23 línguas, que constituem a língua materna para a maioria dos moçambicanos: bitonga, chope, chuabo, koti, kunda lomwe, maconde, macua, marendje, mwani, ngulu, nsenga, nyanja, nyungwe, phimbi, ronga sena, shona, suaili, suazi, tsonga, tswa, yao , zulu.

administração do território na época colonial: até a segunda metade do século XVIII o governo era feito via Índia, sendo que a presença portuguesa só ocorre a partir de 1918, quando se inicia, de fato, a difusão do português na região. O final dos anos 30 (com o Estado Novo em Portugal) marca o início de um período de desenvolvimento econômico e da forte emigração portuguesa para Moçambique – em decorrência disso, a força da língua portuguesa se intensifica.

Durante o período pré-independência, a população de Moçambique adquiria a língua portuguesa motivada, essencialmente, pelo status que esta mantinha nos sistemas sociocultural, econômico e, porque não, ideológico (já que, do ponto de vista ideológico, a assimilação e o conhecimento do português pelos africanos possibilitaria a mobilidade social).

Quando, em 1962, a luta armada contra a metrópole se inicia, a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) escolhe o português como língua de comunicação entre os moçambicanos de origens diferentes envolvidos na ação. Na verdade, era a única língua que poderia nivelar as diferenças linguísticas, propiciar uma certa unidade no próprio movimento, além, claro, de ajudar a conhecer o opositor comum. Será, portanto, o português a língua dos dois lados da luta: do poder da metrópole e da resistência da colônia. Apesar disso, vale destacar que, no início, a grande maioria dos homens (...) não dominavam nem utilizavam a língua portuguesa como meio de comunicação. (...) Usavam na sua maioria o inglês e o suaíli, que tinham sido as línguas em que se formaram politicamente e profissionalmente. Durante os primeiros anos da Frelimo essas línguas surgem com frequência decrescente na comunicação interna da Frelimo.

É certo que não surgiu nenhuma resolução do 1º Congresso sobre a língua, mas foi unânime e tacitamente aceite que os documentos do Congresso fossem redigidos em Português porque, no meio da diferença, era aquela que encontrou denominadores comuns em todos. (conforme Ganhão, 1979; apud Gonçalves, 1996:16)

Com a independência, o português foi legitimamente escolhido como língua oficial, pois, além de permitir a comunicação internacional, funcionava, segundo o discurso oficial, como língua de unidade nacional. E não poderia ser diferente, já que essa escolha foi uma decorrência previsível dada a história do seu uso em Moçambique, *o tipo de diversidade linguística prevalecente no país, as premissas ideológicas relacionadas com o tipo de sociedade concebida com o país, bem como a necessidade de cooptar as elites na estrutura do poder e nas instituições burocráticas do país.* (Firmino, 2002: 232)

A despeito de ser a língua da escola, da informação escrita e de ascensão social, a condição de difusão do português é permeada por dificuldades, uma vez que a sua disseminação é um processo basicamente escolar (pois é ensinada num meio em que é pouco falada), e os alunos não têm outro espaço que não a sala de aula para a praticarem, com a agravante de ser limitado o desempenho linguístico do professor (cf. Gonçalves, 1996:16-18).

Ao mesmo tempo em que o português, tornando-se língua de prestígio e recebendo influências das línguas locais, caminha para a constituição de uma norma do português moçambicano, há lampejos de preocupação com as línguas autóctones. Tanto é que, em 1983, a Secretaria de Estado da Cultura lança um documento em que considera *necessário promover o uso das línguas nacionais, uma vez que a política linguística deve refletir a identidade moçambicana. (...) chama a atenção para o fato de o português não ser reconhecido pela maioria da população, não podendo ser considerado uma língua moçambicana.* (apud Gonçalves, 1996:31).

De todo modo, é preciso considerar que, em Moçambique, diferentemente do que ocorre em muitos países africanos, a situação da língua portuguesa não é a de herança incômoda com caráter provisório enquanto se não encontra uma língua genuinamente africana. (...) É um projeto que visa anular todas as consequências da arbitrariedade do traçado geográfico do País, dar-lhe uma identidade nacional e uma consciência cultural, através do povo que nele habita. (Rosário, 1982: 64-5)

A diversidade etnolinguística que caracteriza o atual espaço social moçambicano precisa considerar o uso das diferentes línguas (locais, português e línguas estrangeiras, como o inglês), que os indivíduos praticam nas variadas situações de interação comunicativa, reconhecendo os papéis sociais que as línguas portuguesa e autóctones desempenham, como resultado da sua incorporação nas atividades sociais ocorrentes em Moçambique. Este reconhecimento é fundamental uma vez que não há (como se verifica em Timor-Leste, com o tétum) uma língua local que sirva como integradora do território, não existindo (pelo menos até o momento), em Moçambique, uma dessas línguas que possa funcionar como língua nacional, como conclui Firmino (2002: 240): *À medida que a ideologia oficial promove o Português como língua oficial e língua de unidade nacional, a consciência da importância dos valores sócio-simbólicos ligados a esta língua é mais consolidada. Por esta razão, o Português poderá ser atualmente o único símbolo que é amplamente reconhecido pelos moçambicanos e através do qual a ideia de uma nação é imaginada e experimentada, especificamente entre os moçambicanos urbanizados.*

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É o contexto de uso de uma língua revelador do papel que ela desempenha numa determinada comunidade, uma vez que, ao mesmo tempo em que se refere às atividades sociais constitui, também, uma prática social.

Assim é que, no amplo domínio da lusofonia – espalhado por todos os continentes, aqui metonimicamente representados por quatro deles: um olhar americano, que se debruça sobre a África e a Oceania, num espaço europeu – entende-se a língua como práxis, como ação e interação, como processo historicizado. Uma língua não tem outro sujeito senão aqueles que a falam, nela se falando. Ninguém é seu proprietário, pois ela não é objeto, mas cada falante é seu guardião, podia dizer-se a sua vestal, tão frágil coisa é, na perspectiva do tempo, a misteriosa chama de uma língua (Lourenço, 2001: 123). Não há, portanto, uma delimitação geográfica visível: lusofonia é um lugar qualquer em que valores incorporados, compartilhados e conjugados ao longo de um percurso histórico, indelevelmente convergente, são introjetados, transformados e projetados socialmente. Por isso se pode falar de um português que *desperta* em Timor-Leste, de um português que se vai *nativizando* em Moçambique – são contextos sociais diferentes processando, a partir de um mesmo sistema linguístico, novos complexos discursivos e ideológicos, polifonicamente representativos de si mesmos e de todos nós.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FIRMINO, Gregório (2002) *A questão linguística na África pós-colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Promédia.
- GONÇALVES, Perpétua (1996) *Português de Moçambique – uma variedade em formação*. Maputo: Editora da Universidade Eduardo Mondlane.
- HULL, Geoffrey (2001) *Timor-Lorosa'e - Identidade, Lian no Política Edukasionál* (Timor-Leste - Identidade, Língua e Política Educacional). Lisboa: Instituto Camões.
- LIPHOLA, Marcelino (2002) "O espaço das línguas moçambicanas na comunidade lusófona no contexto da globalização". Maputo: Comunicação apresentada no V LUSOCOM.
- LOPES, Armando Jorge (2002) Em direção ao primeiro léxico de usos do português moçambicano. In: *Veredas 3 – II*. Revista da Associação Internacional de Lusitanistas. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida.
- LOURENÇO, Eduardo (2001) *A nau de Ícaro e imagem e miragem da lusofonia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ROSÁRIO, Lourenço (1982) "Língua Portuguesa e cultura moçambicana: de instrumento de consciência e unidade nacional a veículo e expressão de identidade cultural". In: *Cadernos de Literatura*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa. pp. 58-66.
- THOMAZ, Luís Filipe (2002) *Babel Loro Sa'e. O problema linguístico de Timor-Leste*. Lisboa: Instituto Camões.
-

5. MARIA DO CARMO LEITE DE OLIVEIRA E SÔNIA BITTENCOURT SILVEIRA

5.1. M.^a DO CARMO LEITE DE OLIVEIRA

Maria do Carmo Leite de Oliveira é Doutora em Letras, na área de discurso empresarial. É professora Associada do Departamento de Letras da PUC - Rio, orientando teses e dissertações sobre a comunicação nas Organizações. Tem prestado consultoria a empresas públicas e privadas, nas áreas de comunicação interna e externa; comunicação intercultural e atendimento a cliente. É coordenadora de dois projetos de pesquisa: um nacional, desenvolvido com o apoio do CNPq, cujo foco de estudo é o atendimento a cliente; e outro binacional, desenvolvido com o apoio da CAPES e do ICCTI, sobre as normas de interação de brasileiros e portugueses em reuniões empresariais.

5.2. SILVEIRA, SÔNIA

Sônia Bittencourt Silveira é Doutora em Letras e professora de Linguística da Graduação e Pós-Graduação (Mestrado em Linguística) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Minas Gerais, Brasil. Coordena, no momento o Projeto de Pesquisa "A produção da fala em situações de conflito", financiado pelo CNPq, processo 470879/2001-7. A pesquisa está sendo realizada junto ao PROCON (Órgão De Defesa Do Consumidor), tendo como objetivo principal identificar as estratégias discursivo-interacionais, utilizadas por reclamantes (consumidores), reclamados (fornecedores de bens e serviço) e mediadores (representantes do PROCON) para resolver o conflito que deu origem à "audiência de conciliação" entre as partes, a partir das contribuições teórico metodológicas da Sociolinguística Internacional e da Análise da Conversação, de base etnometodológica. É também membro do Projeto de Pesquisa, coordenado pela Prof.^a Dra. Maria do Carmo Leite de Oliveira que tem como foco central as normas de interação de brasileiros e portugueses, em reuniões empresariais.

SINOPSE: DESLOCAMENTOS GEOGRÁFICOS E DE IDENTIDADE: UM ESTUDO DA (RE-) CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE DE IMIGRANTES PORTUGUESES E BRASILEIROS

Narrativas têm sido reconhecidas como uma poderosa forma de criar e negociar identidades (cf. Linde, 1993). Histórias de vida constituem um locus privilegiado para o exame das singularidades e

generalidades envolvidas no processo de adaptação e mudança de identidade dos imigrantes (cf. Ting-Toomey, 1999:255). Este trabalho tem como foco os relatos das trajetórias de imigração de portugueses, vindos para o Brasil no início do século XX, e de brasileiros, indo para Portugal no fim do século XX. A partir do modelo tipológico de identidade cultural e étnica, proposto por Berry et al (1987), pretendemos investigar que fatores antecedentes são relevantes para a construção da identidade dos imigrantes. Tomamos como parâmetros para nossa análise os fatores influentes nos processos de adaptação intercultural e mudança de identidade, discutidos por Ting-Toomey (op. cit.). Nossa análise revela que, além das diferenças dos momentos históricos em que ocorreram as imigrações, são determinantes, para o sentimento de diferentes graus de "pertencimento" ao novo grupo, os seguintes fatores relacionados à cultura hóspede:

as condições socioeconômicas;

a atitude frente ao processo imigratório e

a distância/ proximidade entre as culturas.

Mostraram-se relevantes, em termos de fatores pessoais,

a orientação que motivou a imigração,

os tipos de expectativas trazidas;

os atributos individuais e

o grau de conhecimento dos imigrantes com relação à cultura hóspede e, em particular, às suas normas de interação.

(trabalho final não recebido)

6. DE OLIVEIRA, SUSANA, SAINT DOMINIC'S INT'L SCHOOL, PORTUGAL

SINOPSE: O PLE NO PROGRAMA DE ENSINO DO IB – INTERNATIONAL BACCALAUREAT: O MODELO DA ESCOLA SAINT DOMINIC'S INTERNATIONAL SCHOOL, PORTUGAL

Proponho-me a apresentar o currículo de PLE adotado na escola Saint Dominic's International School, escola que pertence ao sistema de ensino do IB. O International Baccalaureat é um sistema de ensino comum a muitas escolas internacionais espalhadas pelo mundo fora, que tem as suas próprias normas, exames, etc. O IB contempla o português como língua estrangeira e materna (nomeadamente nas escolas em Portugal, no Brasil, nos outros países dos PALOP e em algumas outras escolas no mundo). O IB está subdividido em vários programas desde a primária até ao secundário: Ensino primário e médio: Primary Years Program; Ensino secundário: Middle Years Program; Últimos dois anos do ensino secundário: IB Diploma. O meu objetivo é explicar como o português é integrado nestes programas e qual o currículo e os níveis de português envolvidos. Veja-se o esquema do sistema de ensino, para que seja de mais fácil entendimento.

O PLE NO PROGRAMA DE ENSINO DO IB – International Baccalaureate: o modelo da escola SAINT DOMINIC'S INTERNATIONAL SCHOOL

A escola Saint Dominic's International School criou os seus próprios níveis de PLE, dentro, claro está, do sistema do International Baccalaureate (IB). O IB é dividido em Primary Years Program (PYP), Middle Years Program (MYP) e Diploma Program.

1. PYP

O PLE inicia-se no ensino pré-primário – só oralidade. A partir dos 7 anos (Year 3) inicia-se o 1º nível de iniciação de PLE. No final, no Year 6 (10 anos) o aluno atingirá o nível 4º de iniciação.

Todo o esquema é, no entanto, flexível.

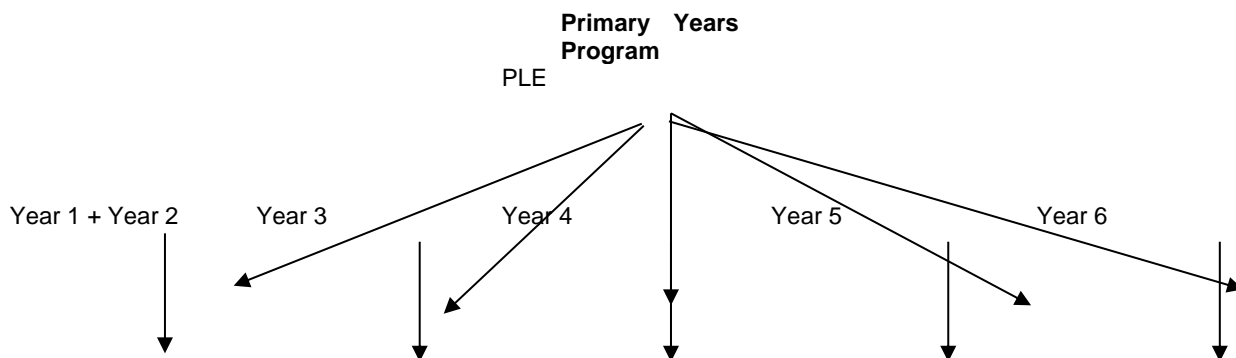
2. MYP

Do Year 7 ao Year 11, os alunos novos começam no nível iniciado e os nossos antigos alunos prosseguem o PLE em níveis intermédios.

3. DIPLOMA

No Year 12 e Year 13 os alunos alcançaram os níveis avançados (Portuguese B Standard e Portuguese B High). Os alunos são preparados para os exames finais escritos e orais (português europeu e brasileiro).

4. Esquema dos níveis de ensino de PLE



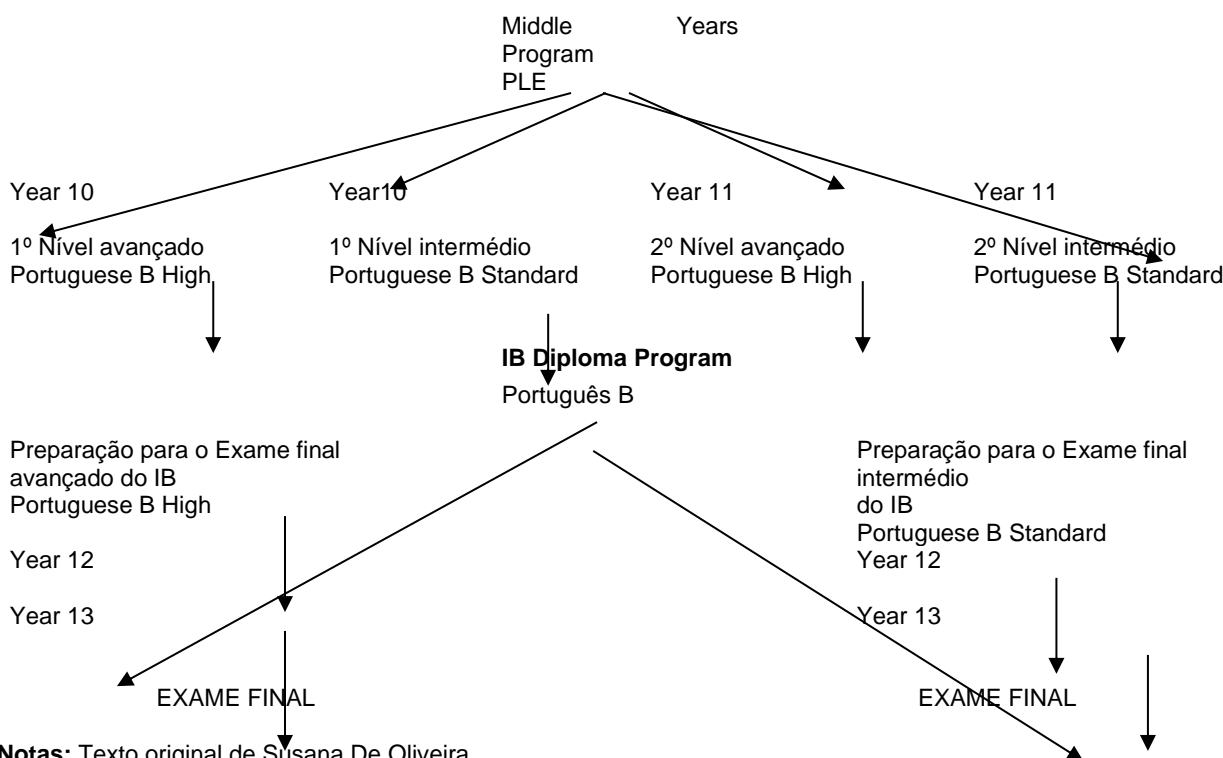
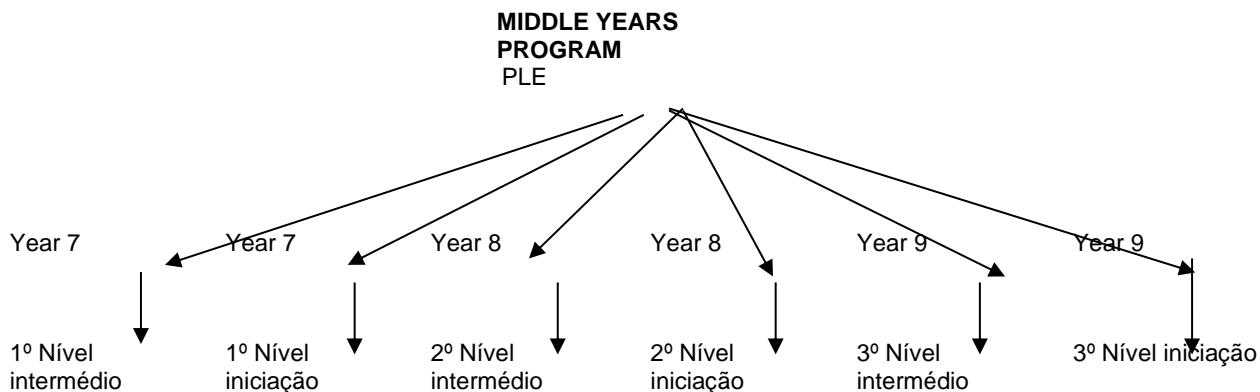
Nível elementar
Somente oralidade

1º Nível iniciação

2º Nível iniciação

3º Nível iniciação

4º Nível iniciação
(também pré-
intermédio)



1 **Notas:** Texto original de Susana De Oliveira

7. DIAZ FERRERO, ANA

Ana Maria Díaz Ferrero, Professora da Faculdade de Traducción e Interpretación de la Universidad de Granada desde o ano 1991. Apresentei a tese de doutoramento em 1996 sobre "A mulher nos provérbios portugueses" na Universidade de Granada. Principalmente trabalho na investigação da paremiologia e da tradução.

DIAZ FERRERO, ANA UNIVERSIDAD DE GRANADA

SINOPSE: EL MATRIMONIO Y LA MUJER EN EL REFRANERO PORTUGUÉS

O adagiário constitui uma das manifestações linguísticas mais características da cultura popular. É um claro transmissor dos valores e dos costumes socialmente estabelecidos e permite-nos obter valiosa informação sobre o Homem e a sua cultura. Neste artigo vamos estudar concretamente os provérbios referentes à mulher e ao casamento. A vida da mulher esteve vinculada durante séculos ao homem e este facto foi evidenciado no adagiário com a criação e a transmissão de um elevado número de provérbios sobre este assunto. Vamos analisar, portanto, provérbios sobre os seguintes temas: A vontade de casar ou não casar: Antes solteira toda a vida que um dia mal casada; a escolha do esposo ou esposa e os principais aspectos que é preciso ter em conta como a afinidade, a idade ou o lugar de origem: *Se queres bem casar, casa com teu igual; Não concorda com o velho a moça; De Espanha de bom vento nem bom casamento*. Comentaremos também provérbios relacionados directamente com o

casamento, como por exemplo: *À terça-feira, não cases a filha nem urdas a teia*; e por último, analizaremos alguns provérbios sobre as relações entre o marido e a mulher e o tratamiento que esta deve receber: *O homem barca, a mulher arca; A mula e a mulher com pau se quer*. Para realizar este estudio foi constituído um corpus de 2500 parémias que se referem directa o indirectamente à mulher, retirados de diferentes coleções portuguesas desde a mais antiga: o “*Adagiário português*” de Teófilo Braga que utiliza fontes medievais até ao *Livro dos Provérbios Portugueses* de José Ricardo Marques da Costa de 1999.

EL MATRIMONIO Y LA MUJER EN EL REFRANERO PORTUGUÉS

El refranero constituye una de las manifestaciones lingüísticas más características de la cultura popular. Es un claro transmisor de los valores y costumbres socialmente establecidos que nos permite obtener una valiosa información sobre la relación entre el hombre y su cultura. Como señala M^a Nieves Vila Rubio (1990:216-217) hay refranes denotativos y connotativos; los primeros simplemente pretenden transmitir una información sin doble sentido, muchas veces referida a una actividad determinada (meteorología, medicina...) y los segundos transmiten una ideología, una visión del mundo.

Al primer grupo pertenecen refranes como: Quando não há nuvens, não há chuva; o Quem come a correr, do estômago vem a sofrer y al segundo las paremias que están relacionadas con normas de conducta, costumbres sociales, valores y todos aquellos aspectos que han sido creados o asumidos por una comunidad. A este grupo pertenecen refranes como: O tempo é dinheiro, o resto é conversa; o Quem madruga Deus ajuda. Este segundo grupo comprende los refranes que vamos a estudiar en este artículo: los referidos al matrimonio y la mujer.

El ciclo vital de la mujer ha girado durante siglos en torno a su relación con el hombre y la paremiología lo ha reflejado creando y transmitiendo un elevado número de refranes. Para hacernos una idea, la colección de Maria de Sousa Carrusca, una de las más extensas y completas de las publicadas en Portugal, recoge en sus diferentes apartados temáticos 1.194 refranes sobre la mujer, muchos de los cuales se refieren directa o indirectamente al matrimonio. Existen paremias sobre las niñas en las que, a pesar de su corta edad, ya aparecen vinculadas a su dote y al futuro matrimonio; la joven casi siempre se presenta en el refranero como mujer casadera; la mujer adulta es generalmente esposa, madre o viuda e incluso la vieja aparece en muchas ocasiones relacionada con el matrimonio, ya sea como casamentera o como esposa potencial.

Para realizar este trabajo hemos utilizado un corpus de 2.500 refranes extraídos de diferentes fuentes paremiológicas portuguesas cuya descripción completa aparece en un anexo al final de este artículo.

En primer lugar, conviene destacar que la imagen que el refranero nos transmite no es totalmente homogénea dado que los refranes presentan connotaciones específicas del momento histórico en que nacen o se fijan y, por otra parte, responden a criterios propios de la persona o grupo social que los propaga (Forgas, 1982-1983:59), de ahí que muchos refranes se contradigan. Observamos, por ejemplo, discrepancias en cuanto a la edad propicia para contraer matrimonio, pues si no conviene casarse joven: De cedo casar e cedo madrugar arrepender-te-ás, mas muito mal tampoco se aconseja hacerlo viejo: De tarde madrugar e tarde casar te hás-de lamentar. De igual modo, comprobamos que no hay acuerdo respecto a la edad de los esposos, pues: Para o casal ser bem unido, deve ser a mulher mais nova que o marido y también leemos: Para o casal ser bem unido, deve ser a mulher mais velha que o marido.

A pesar de estas contradicciones y del límite de espacio, que nos obliga a seleccionar únicamente aquellas paremias más significativas, intentaremos reflejar, en líneas generales, la visión que el refranero transmite de la mujer y de su papel dentro del matrimonio. Comenzamos este estudio analizando aquellas paremias que hacen referencia al nacimiento y observamos que un parto difícil suele ir asociado a una niña. Las hijas no eran deseadas, la necesidad de darles una dote suponía una gran carga económica y ello se interpretaba como un castigo: Parto ruim, filha no fim; Mau parto, filha ao cabo; Pior é a moça de casar que de criar.

Cuando la hija ha crecido, conviene potenciar aquellas cualidades que debe reunir para ser elegida por el hombre y convertirse en una buena esposa: Honra e virtude eis aqui o mais precioso dote de uma filha. El deseo de casarla aumenta cada día y los refranes aconsejan hacerlo pronto: Filha crescida, dá-lhe marido; aos vinte, criada, logo casada.

Esta urgencia para contraer matrimonio quizás sea una forma de asegurarse un buen lugar en la sociedad y al mismo tiempo huir de la soltería o de otro tipo de vida menos deseado o recomendable: Melhor parece filha mal casada, que bem amancebada; Antes casada arrependida, que freira aborrecida. Aunque también existen refranes en los que la mujer prefiere la soltería a un mal casamiento: Antes *solteira toda a vida, que um dia mal casada*. Armando Côrtes-Rodrigues en su *Adagiário Popular Açoriano* (1982, I:94) incluye algunas cantigas del *Cancioneiro Popular Açoriano* que confirman este refrán:

Eu casei-me e cativei-me,
Troquei a prata por cobre,
Troquei minha liberdade
Por dinheiro que não corre.
(S. Miguel)

Sou casada, mãe de filhos,
Não me posso divertir;
Um chora, outro resmunga,
Outro diz que quer dormir.
(S. Miguel)

Casadinhas há três dias
Pelas ruas a chorar
Pela vida de solteiras
Sem na poder alcançar.
(Flores)

Quando eu era solteirinha,
Eu mesmo era serafim,
Agora, que sou casada,
Ninguém faz caso de mim.
(Terceira)

Casada, vida cansada,
Solteira, vida garrida,
Casada nem uma hora,
Solteira pra toda a vida.
(S. Miguel) (S. Miguel)

Rosa, que estás na roseira,
Deixa-te estar sossegada:
Mais te vale ser solteira
Do que um dia mal casada.

Pero, en el refranero, los detractores del matrimonio por excelencia son los hombres:

Antes só que em casa, ouvindo a miúdo a mulher a embirrar por tudo;
Homens honestos, casam cedo e os prudentes, nunca se casam;
Casamento feito, noivo arrependido.

Volviendo a las cualidades más apreciadas en la mujer, recordemos que el catolicismo estableció el paradigma de las virtudes femeninas. Como señala Maribel Aler Gay (1982:232-248) la Iglesia simboliza en Eva los comportamientos y valores más despreciables de la mujer y el polo opuesto lo representa María, obediente, sumisa, pasiva, desexualizada, virgen, esposa y madre, convirtiéndose así en modelo de virtudes y camino de salvación femenina. El refranero, haciéndose eco de este modelo femenino, verá en la castidad, la honradez, la obediencia y la discreción las principales cualidades de la mujer:

A mulher casta, Deus lhe basta;
Bela, boa, rica e casta é mulher de quatro andares;
A mulher que é boa e terna obedecendo governa.

Ahora bien, la mujer también manifiesta sus exigencias o preferencias a la hora de elegir esposo: Antes marido feio e laborioso que bonito e preguiçoso; Antes quero velho que me honre que moço que me assombre. La belleza parece estar en un segundo plano, no olvidemos que Quem ama o feio, bonito lhe parece. Es importante señalar, no obstante, que escasean este tipo de paremias en las que la mujer expone sus gustos, debido principalmente al papel pasivo que tradicionalmente ha adoptado la mujer. Ella no elige, sino que es elegida.

Otro factor que se debe tener en cuenta a la hora de elegir esposo, según el refranero, es la afinidad entre ambos: Se queres bem casar, casa com teu igual. Esta paridad también se extiende a la edad de los esposos. Sobre este asunto, D. Francisco Manuel de Melo en Carta de Guia de Casados distingue tres tipos de matrimonio en el mundo: "casamento de Deus, casamento do Diabo, casamento da morte. De Deus, o do mancebo com a moça. Do diabo, o da velha com o mancebo. Da morte, o da moça com o velho" (Melo s.d.:23-24). Sostiene Melo que deben tener ambos semejante educación, linaje y edad porque, "as velhas casadas com moços vivem em perpétua discórdia. Os velhos casados com as moças apressam a morte, ora pelas desconfianças, ora pelas demasias" (Melo, s.d.:24) y el refranero lo confirma: Não concorda com o velho a moça. Así pues, Melo es partidario de que no haya una gran diferencia de edad entre marido y mujer aunque conviene que ella sea muy joven para que el marido pueda educarla y "fazer que ela renasça com boas condições" (Melo, s.d.:27). Esta perspectiva de educar a la esposa y que el marido pueda estar seguro de su formación inculcándole las virtudes necesarias, también la expuso el humanista florentino del siglo XV, Leon Battista Alberti, en su descripción de la familia perfecta (Anderson/Zinsser, 1991, I:467)

También debe existir afinidad y proximidad entre los esposos respecto al lugar de origen: Quem ao longe vai casar, ou se engana ou vai enganar y una canción popular de la isla de San Miguel recogida por Armando Côrtes-Rodrigues (1944-1945:115), refleja esta misma idea:

Quem casa na terra alheia
na sua tendo com quem,
ou vai ficar enganado,
ou vai enganar alguém

Este último refrán nos lleva a relacionar geografía y matrimonio; algunos refranes advierten sobre las ventajas de casarse con mujeres de determinados lugares:

Quem casa em Portel, tem burra e mulher;
Quem casa em Cuba, tem mulher e burra,

pero los más frecuentes son los que aluden de forma negativa a las mujeres de determinadas zonas geográficas:

Venha o diabo de onde vier, venha a Viana escolher mulher.

Em mulher de Alfama, homem do mar e relógio das Chagas pouco há que fiar.

De Vieira, nem mulher, nem vinho, nem madeira.

Mulher de Avanca, porca de Murtosa e vaca de Veiros nunca saem boas.

De todos estos refranes, quizás el más conocido sea

De Espanha nem bom vento nem bom casamento

que por primera vez lo encontramos documentado en 1651 en el Adagiário de Delicado con la forma De Castela, nem vento, nem casamento. Este refrán, nos dice José Maria Adrião (1918:40), “foi provocado pelas nossas dissensões com Castela, sem que se possa marcar-se-lhe a época de produção. Estas dissensões — hoje desaparecidas — ainda, sobrevivem na tradição popular de Trás-os-Montes, onde se diz que ‘os Hespanhóis são como os Portugueses, menos na alma’, isto é, são entes irracionais”. Respecto a los matrimonios entre individuos de dos naciones, añade Adrião (1918: 40), “já Garcia de Resende na sua Miscelânea, depois de aludir à triste retirada da princesa D. Isabel para Castela, após o falecimento do príncipe D. Alfonso escreveu: Portugueses, castelhanos, Não hos quer Deus juntos ver”.

Manuel A. Costa Alves analiza este refrán en su libro *Mudam os Tempos, Mudam os Ventos* y cita el estudio que publicó José Machado Pais en la revista *Análise Social* sobre el enigma sociológico de esta paremia. Machado Pais presupone que esta paremia “simbolizaria, de modo redutor, a solidariedade das mulheres de uma comunidade perante as ameaças do exterior” (Alves 1996:21). Ladislau Batalha (1924:178-183) en su *História Geral dos Adágios Portugueses* al referirse a las hostilidades peninsulares señala que esta rivalidad entre pueblos no es exclusiva del refranero portugués dado que son numerosas las paremias con esta misma estructura que podemos encontrar en diferentes lenguas para referirse a pueblos limítrofes. Sirvan de muestra los siguientes ejemplos en francés, español y portugués:

De l’Auvergne, ne vient, ni bon vin, ni bon vent, ni bon argent, ni bonnes gens.

D’Angleterre, ne vient bon vent, ni bonne guerre.

De Jerez, ni buen viento, ni buen casamiento, ni mujer que tenga asiento.

El viento y el varón, no es bueno de Aragón.

De Aragón, ni viento ni varón.

De Jaén, ni hombre ni mujer, ni aire que venga de él.

De Soria, ni aire ni novia.

Do Nordeste, nem bom vento, nem bom casamento.

De S. Vicente, nem bom vento nem bom casamento.

Hasta aquí hemos comentado algunos aspectos que hay que tener en cuenta antes de elegir el futuro cónyuge. El siguiente paso es el juego de la seducción amorosa y para ello el refranero aconseja al hombre sobre el modo de conquistar a la mujer. Puede hacerlo con desdén y haciéndola sufrir: As damas ao desdém, parecem bem; A mulher consegue-se com o desdém; A mulher só ama a quem a faz sofrer o bien, puede conquistarla con elogios, promesas y buen trato: A mulher louvada, não tem espada; e se a tem, não mata ninguém; As promessas cativam as mulher; A mulher e a gata é de quem a (bem) trata. La mujer, por su parte, con un papel más pasivo, debe estar alerta para no dejarse engañar por la palabrería del hombre: A lisonjeiro, fazer mau rosto; A mulher que se fia de homem a jurar o que ganha é chorar.

Superada la fase de la seducción, sólo resta casarse y abundan los refranes sobre este tema. Muchos de ellos recomiendan la necesidad de reflexionar antes de dar un paso tan decisivo: *Antes que cases, olha primeiro o que fazes; Antes que cases, vê o que fazes, porque não é nó que desates*. Otros aconsejan no contraer matrimonio ciertos días de la semana y parece ser que lo acertado es hacerlo el sábado o el domingo, porque hay refranes que advierten sobre el peligro de casarse cualquier otro día:

À segunda-feira, não cases filha nem urdas a teia.

À terça-feira, não cases a filha nem urdas a teia.

À terça-feira, não cases a filha, não urdas a teia, nem partas em navio para terra alheia.

À quarta-feira, nem cases a filha, nem urdas a teia.

À quinta-feira não cases filha nem deites pinta.

À sexta-feira, não cases a filha nem lances a teia.

José María Iribarrem (1993:304) analiza el origen de la consideración del martes como día nefasto; los egipcios, por ejemplo, consideraban que era día de mal agüero, porque decían que era el del nacimiento de *Tifón*, uno de los gigantes que se atrevieron a escalar el cielo. Incluye Iribarrem una cita del capítulo 2º del libro 14 de la *Historia de España* del padre Juan de Mariana —obra de 1601— en la que se refiere a la derrota que infligieron los moros a las tropas aragonesas y valencianas de Jaime el Conquistador en los campos de Luxen el año 1276. “El estrago fue tal y la matanza —dice el padre Mariana— que desde entonces comenzó el vulgo a llamar aquel día, que era martes, de mal agüero y aciago”.

José M^a Adrião en la Revista Lusitana (1916:44-46) también explica el motivo por el cual estos días — martes y viernes— se consideran funestos. En Rusia, afirma Adrião citando el libro *A Rússia por dentro* de Ladislau Batalha, “o ‘mujik’ não pode lavar-se à sexta-feira nem partir para uma viagem à segunda-feira, porque a prática de qualquer destes actos constituiria prenuncio de grande desgraça”. Respecto al martes, añade, la superstición se debe a la casualidad de haber ocurrido, repetidas veces, fatalidades en esos días e incluye la cita anterior del padre Mariana. En relación al viernes, es probable, señala Adrião, “que se lhe ligasse uma ideia de desgraça, por ter Cristo morrido nesse dia, na cruz, e por causa do luto que reveste a Igreja no aniversário dessa morte, da tristeza dos seus cânticos e das suas cerimónias — muito embora, na opinião de alguns, devesse ser considerado como bendito o dia que foi testemunha do suplício da cruz e em que foi resgatado o género humano”. Afirma Adrião que también ha podido contribuir a crear esta antipatía hacia el viernes “a circunstância de, segundo alguns doutores da Igreja (Francisco Spirago, *Catecismo Popular Católico*), ter sido cometido o pecado original no sexto dia da criação do homem (sexta-feira). Y por último, sostiene Adrião, que en Portugal la superstición contra los martes y viernes puede deberse a la creencia de que en esos días deambulaban brujas y hechiceras.

Respecto a la vida conyugal y al modo de actuar para que exista felicidad entre los casados, tenemos abundantes ejemplos. Por un lado, es evidente que la influencia entre marido y mujer es mutua: *Mostrame a tua mulher e eu te direi que marido tem; A honra do casado depende de (a) sua mulher*. Pero cada uno tiene bien definido su papel. La mujer realiza las faenas domésticas, sobre todo las textiles: *À mulher a roca e ao marido a espada; Enquanto o marido cavar, a mulher deve fiar*; y es, por otra parte, responsable de la administración económica y del bienestar del marido: *O homem reina, a mulher governa; (O) homem barca, (a) mulher arca*. En definitiva, el lugar de la mujer está en el hogar, por ello, son frecuentes los refranes que la comparan con los animales domésticos pues éstos como la mujer se circunscriben al entorno de la casa y así lo afirma José Leite de Vasconcelos (1958:561) citando un artículo de Georg Brummer sobre “A modesta Mulher Portuguesa”: “O lugar da mulher é em casa e do homem na rua dizem os Portugueses, e assim é na verdade”: *Do homem a praça, da mulher a casa*. Y si se ausenta del hogar, conviene que, al igual que algunos animales, vuelva a casa cuando aún es de día: *A mulher e a galinha, com o sol recolhida; A mulher e a ovelha, com (o) sol à cortelha; A mulher e o passarinho com o sol ao ninho*. La relación mujer-animal sirve para ejemplificar algún defecto o para indicar el trato que debe recibir la mujer. *p*. Este último refrán pone de manifiesto que la mujer pertenece al hombre y a él debe obedecer *Mulher que sabe obedecer, em sua casa reina a valer*. Lo contrario, es decir, la inversión de los roles, suscita refranes de tono burlesco en los que se ridiculiza al marido sumiso y obediente y se advierte sobre la ausencia de armonía y paz en un matrimonio donde manda la mujer: *Mal vai a casa quando a roca manda a espada; Marido banana e efeminado depressa emparelha com o veado; Em casa de Gonçalo, mais pode a galinha que o galo; Em casa de mesquinho, mais pode a mulher que o marido*.

Esta sumisión y obediencia que la mujer debe al marido provoca en ellas hastío por lo que se sienten liberadas cuando el marido está ausente: *Folgar galinhas, que o galo é em (a) vindimas*; algunos refranes manifiestan, incluso, el deseo de ver al marido muerto: *Queres ver teu marido morto? Dá-lhe couves em agosto*.

No obstante, si la muerte llega realmente y la mujer enviuda su situación empeorará y, sin el marido, tendrá dificultad para educar y criar bien a los hijos: *Filho de viúva, ou malcriado, ou mal costumado*; se encontrará desamparada por no tener el soporte del varón: *Viúva é barco sem leme*. Una buena alternativa puede ser casar de nuevo y lo conseguirá fácilmente si es rica: *Viúva rica, casada fica* aunque esta solución no parece la más acertada porque éstas deben honrar la memoria del marido: *Boa e honrada, a viúva sepultada; A viúva com (o) luto, e a moça com (o) moço*.

Para terminar, podemos añadir que todos estos consejos para elegir esposo quizás no ayuden lo suficiente porque *O homem e a mulher estão mais no acertar que no escolher*. Por otra parte, conviene tener presente que un buen número de refranes de carácter general, es decir, sin dirigirse a hombres o mujeres, manifiestan una reacción adversa frente al matrimonio: *Quem casa não pensa; quem pensa, não casa; Casar, casar soa bem, e sabe mal; Ao casamento segue-se o arrependimento*. Y, por último, el refrán *Mãe, que coisa é casar? Filha, fiar, parir e chorar*, que localizamos por vez primera en el siglo XVII en la colección de Delicado y se repite con pequeñas variaciones en casi todos los repertorios posteriores, resume claramente la propia idea que las mujeres tenían del matrimonio. La repetición frecuente de este refrán, incluso dentro de un mismo repertorio, puede dar cuenta del uso generalizado que tenía entre la población.

Con esta pequeña muestra hemos querido evidenciar la imagen de la mujer que nos transmite el refranero portugués respecto a algunos aspectos relacionados con el matrimonio. En líneas generales, la mujer se muestra con una actitud pasiva y sumisa. Otros muchos temas relacionados con este asunto podrían ayudar a analizar de forma pormenorizada el papel que la mujer ha tenido tradicionalmente en la sociedad como son: su función de madre y educadora, su relación con la familia, con el trabajo y con el resto de la comunidad.

ANEXO COLECCIONES PAREMIOLÓGICAS

Hemos ordenado las siguientes colecciones siguiendo un criterio cronológico según el año de publicación. Ahora bien, este orden se altera en algunos casos porque hemos tenido en cuenta las fuentes utilizadas por el autor. Esto sucede, por ejemplo, con el “*Adagiário português*” de Teófilo Braga que utiliza fuentes medievales.

- BRAGA, Teófilo (1914). “*Adagiário português*”, in *Revista Lusitana*, XVII, 225-274.
- BRAGA, Teófilo (1915). “*Adagiário português*”, in *Revista Lusitana*, XVIII, 16-64.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (1905=1986). “*Tausend portugiesische Sprichwörter...*”; traducido al portugués por M^a Assunção Pinto Correia: “*Mil provérbios portugueses*”, in *Revista Lusitana* (Nova Série), 7, 29-71.
- DELICADO, A., (1651=1923). *Adágios Portugueses Reduzidos a Lugares Communs...*, Lisboa: Officina de Domingos Lopes Rosa; Lisboa: Universal. (Ed. de Luís Chaves)
- PEREIRA, P. (1928). *Florilegio dos modos de fallar e adágios da lingoa portuguesa...*, Lisboa: Paulo Craesbeeck.
- BLUTEAU, R., (1712-1728). *Vocabulario Portuguez e Latino...*, 10 vols., Coimbra: Colégio das Artes e Lisboa, Oficina de José Antonio da Silva.
- ROLLAND, F. (1780). *Adágios, Provérbios, Rifões e Anexins da Lingua Portuguesa...*, Lisboa: Typographia Rollandiana.
- MANIQUE, F. A. da Cunha de Pina. (1856). *Ensaio phraseologico ou collecção de phrases metaphoricas, elegancias, idiotismos, sentenças, proverbios e anexins da lingua portugueza*, Lisboa: Typographia da Nação.
- CHAVES, P. (1928). *Rifoneiro Português*, Porto: Imprensa Moderna.
- HESPANHA, J.R. (1936). *Dicionário de máximas, adágios e provérbios*, Lisboa: Procural Editora.
- LIMA, F. de Castro Pires de. (1963). *Adagiário Português*, Lisboa: Fundação para a Alegria no Trabalho, Gabinete Etnográfico.
- GOMES, M. J. (1974). *Nova Recolha de Provérbios e outros Lugares Comuns Portugueses*, Lisboa: Afrodite.
- CARRUSCA, M. de Sousa (1974;1977) *Vozes da Sabedoria*, 3 vols. Lisboa: União gráfica. Vol. 1: 1974; Vols. 2 y 3: 1977.
- CÔRTEZ-RODRIGUES, A. (1982) *Adagiário Popular Açoriano*, Angra do Heroísmo: Antília. 2 volumes.
- GHITESCU, M. (1992). *Novo Dicionário de Provérbios. Português, Espanhol, Francês, Italiano, Romeno*, Lisboa: Escher.
- MOREIRA, A. (1996). *Provérbios Portugueses*, Lisboa: Ed. Notícias
- MACHADO, J. P. (1996). *O Grande Livro dos Provérbios*, Lisboa: Ed. Notícias.
- COSTA, José Ricardo Marques. (1999) *O Livro dos Provérbios Portugueses*, Lisboa: Presença.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adrião, J. M. (1916) “*Retalhos de um adagiário*” in *Revista Lusitana* Vol. XIX, 40-62.
- Adrião, J. M. (1918) “*Retalhos de um adagiário*” in *Revista Lusitana* Vol. XXI, 33-57.
- Aler Gay, Maribel. (1982) “*La mujer en el discurso ideológico del catolicismo*”. In *Actas de las primeras jornadas de investigación interdisciplinaria*, Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 232-248.
- Alves, Manuel A. C. (1996) *Mudam os Ventos, Mudam os Tempos. O Adagiário Popular Meteorológico*, Lisboa: Gradiva.
- Anderson, B./ Zinsser, J. (1991) *Historia de las mujeres: una historia propia*, Vol. I, Barcelona: Editorial Crítica.
- Batalha, L. (1924) *História Geral dos Adágios Portugueses*, Paris-Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand.
- Côrtés-Rodrigues, A. (1944-1945) “*Adagiário popular açoreano*” in *Insulana*, vol. I, 108-122.
- Côrtés-Rodrigues, A. (1982) *Adagiário Popular Açoriano*, Angra do Heroísmo: Antília. 2 volumes.
- Forgas Berdet, Esther (1982-1983) “*¿Hacia una teoría del refrán? (Un nuevo intento de indagación paremiológica)*” in *Universitas Tarraconensis. Geografía e Historia*, Vol. 3, 49-64.
- Iribarren, José M^a . (1993) *El Porqué de los dichos*, Pamplona: Gobierno de Navarra.
- Melo, D. Francisco M. De. (1651= s.d) *Carta de Guia de Casados*, Lisboa: Craesbeckkiana; Porto: Domingos Barreira.
- Pais, José M. (1985) “*De Espanha nem bom vento nem bom casamento*”: sobre o enigma sociológico de um provérbio português” in *Análise Social*, vol. XXI, nº 86, Lisboa, 229-243.
- Vasconcelos, José Leite de. (1958) *Etnografia Portuguesa* Vol. IV, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Vila Rubio, María Nieves (1990) “*El refrán: Un artefacto cultural*” in *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares* Vol. XLV, 211-224.

8. FERREIRA, AMADEU JOSÉ, ASSISTENTE DA FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA E, PROFESSOR AUXILIAR CONVIDADO NA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA LA LHÉNGUA MIRANDESA, UA LHÉNGUA DE PERTUAL

Amadeu José Ferreira, natural de Sendim, Miranda do Douro, mestre em direito, assistente da Faculdade de Direito de Lisboa e, actualmente, professor auxiliar convidado na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Presidente da Associação de Lhéngua Mirandesa e membro da Comissao Ourganizadora de I Anstituto de Lhéngua i Cultura Mirandesas. Elaborou vários estudos sobre a língua mirandesa, em particular sobre o dialecto Sendinês e participou na organização, em Miranda do Douro, do V Simpósio de Línguas Europeias e legislações (abril de 2002). Foi professor de “Introdução ao Mirandês” (em conjunto com a Doutora Manuela Barros Ferreira) do 1º Curso de verão de Língua Mirandesa, ministrado pela UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2001). É organizador e professor dos Cursos Elementares de Mirandês em Lisboa (desde 2002). Publicou, entre outras, as

seguintes obras em língua mirandesa: - com o pseudónimo de Francisco Niebro, *Cebadeiros* (poesia), ed. Campo das Letras (2000); *Las Cuntas de Tiu Juquin* (contos), ed. Campo das Letras (2001); *L Ancanto de las Arribas de l Douro* (poesia), ed. INA e PNDI (2001); *Garabatos i Rodadeiras*, (teatro juvenil), Escola EB23 de Sendim (2002); com o pseudónimo de Marcus Miranda, *Poetas Lhatinos*, tradução para mirandés de poemas dos poetas latinos Horácio, Virgílio, Catulo e Ovídio, in <http://www.mirandes.no.sapo.pt> (2002). Além de contos e poemas em várias publicações, tem em curso a publicação dos *Evangelhos* traduzidos em mirandés (*Mensageiro de Bragança*) e insere crónicas regulares em mirandés em <http://www.diariodetrasmontes.com> desde abril de 2001.

LA LHÉNGUA MIRANDESA, UA LHÉNGUA DE PERTUAL

1. Un punto de la situacion

1.1 Adonde ye falada

La lhéngua mirandesa ye falada na parte mais a Nordeste de Pertual, l çtrito de Bergância, ne cunceilho de Miranda de l Douro, afuora dues aldés (Atanor i Teixeira) i la cidade, i an dues aldés de l cunceilho de Bumioso, Bilasseco i Angueira, nua ária al redror de 500 Km2. Sabe-se que yá tenerá sido falada nua region mais grande, mais ou menos la region que queda antre ls rius Sabor i Douro i la frunteira cun Spanha. An toda essa region inda hoije ancuntramos restos ne falar de las personas i, subretudo, nes chamadeiros (toponímia) i an algues tradiciones culturales como ls pouliteiros, dança que agarra ua region de Trás-ls-Montes muito mais lharga do que Miranda al cuntrairo de l que pènsan las personas.

Ls falantes de mirandés son bilingues, fálán mirandés i pertués. Las dues lhéngas ténen eisistido al lhargo de sieclos nua cumbibença mais ou menos pacífica, sendo l pertués ousado an muitas situaçones de to ls dies (amprego, scuolas, repartiçones públicas, etc.) i l mirandés mais ousado na família, antre bezinos, mas nunca cun personas stranhas. Até hai mi pouco tiempo las personas cunsiderában que l mirandés era un pertués mal falado, anque ls mirandeses siempre téngan tubido cuncência de que la sue fala era ua lhéngua defrente.

1.2 D'adonde bem

La lhéngua mirandesa ye ua lhéngua románica, cun ourige ne lhatin, pertenciente al ramo de las lhénguas astur-leonesas. La sue formacion ampeçou lhougo apuis la caída de l ampério romano i eibeluiu a la par de ls outros romances de la Península Eibérica, que dórun ourige a outras lhénguas, como l pertués, l castelhano i l catalan.

Ye possible que até als sieclos XIII-XIV fazisse parte dun *continuum* lhenguístico que, mais ou menos, correspondie al antigo Reino de Lhion. Zde l sieclo XI que ancuntramos decumientos escritos an lhionés, nua lhéngua yá mui acerca de l mirandés d'hoije. Son subretudo ls decumientos de ls mosteiros lhioneses de Moreiruola i San Martin de Castanheda.

Mas zde la fundacion de la nacionalidade pertuesa que la lhéngua mirandesa ten bibido nua situaçon dun eizolamiento, anque deba de dezir-se que outros dialetos astur-lhioneses, defrentes de l mirandés, son falados nas aldés raianas de l cunceilho de Bergância, Guadramil i Rio d'Honor. Por esso, podemos dezir hoije que stamos delante dun anclabe lhenguístico.

Hoije l mirandés i la lhéngua asturiana, cuntinando a ser lhénguas cun lhaços stóricos, aperséntan amportantes anfluências de l pertués, ne caso de l mirandés, i de l castelhano ne caso de l asturiano. Assi i todo, cunsidra-se que hai grandes parecências antre l mirandés i l chamado asturiano occidental. Anque esso se çcuta, hoije l mirandés cunsidra-se como ua lhéngua defrente de l asturiano.

1.3 Situacion atual

Nes dies d'hoije la lhéngua mirandesa ye falada por alredror de 12 mil personas, cuntando ende tanto las que bíben naqueilhes dous cunceilhos, como fuera deilhes.

La lhéngua mirandesa ye ansinada na EB2 de Miranda de l Douro, Agrupamento de Scuolas de Miranda de l Douro, Agrupamento de Scuolas de Sendin, i na UTAD – Ounibersidade de Trás ls Montes i Alto Douro. Zde 2001-2002, la Associaçon de Lhéngua Mirandesa ten benido a dar cursos an Lisboa, subretudo deregidos als mirandeses que móran nessa region.

Zde hai alguns anhos, subretudo apuis ls anhos 50-60 de l sieclo XX, l mirandés ten benido a perder delante l pertués, tanto por anfluência de la scuola, como de la Telbison, la rádio, ls jornales, etc. Ls pais cúidan que ansinar l mirandés als filhos nun ye cousa buona pa l sou feturo, rezon porque l mirandés nun ye yá ansinado an muitas famílias. Assiste-se hoije al que yá ten sido chamado un renacer de l mirandés, mas esse ye un mobimiento inda cun pouca cunsistença i que, solo por si, nun assegura la subrebibença de l mirandés.

1.4. Situación jurídica

Os dereitos lingüísticos da comunidade mirandesa foron recoñecidos pola Asemblea da República, por unanimidade. An 29 de xaneiro se publicara a lei n.º 7/99, e desde entón a lingua mirandesa pasa a ser considerada como a lingua oficial de Portugal. A publicación desta lei foi moi importante, como se ve polo recoñecemento de que a lingua mirandesa é digna de ter os seus niveis. Hai tamén que dicir que o seu uso foi regulamentado polo Decreto Normativo do Ministro da Educación n.º 35/99, de 5 de xullo de 1999.

1.5. Cumbeçon Ortográfica

Na pasada a lingua mirandesa non tiña un escrito uniforme, seguindo-se, sobre todo, o escrito fonético. An xullo de 1995, cunha participación de varios mirandeses e de especialistas lingüistas, foi elaborado un proxecto de Cumbeçon Ortográfica da Lingua Mirandesa. Despois de ser sometido a discusión pública, a Cumbeçon foi publicada an 1999. Já an Febreiro de 2000 foi aprobada a primeira Adenda a a Cumbeçon e está agora an discusión pública a segunda Adenda.

1.6. Unha nova literatura

Nos últimos 3 a 4 anos escribiuse máis an mirandés do que an toda a súa historia. Pola primeira vez a lingua mirandesa se ten desenvolvido na ficción, pero tamén na poesía, de algunhas traducións e de o escrito da literatura oral popular. Por outro lado, algunhas destas edicións teñen sido feitas an editoriais comerciais, como a 'Campo das Letras', a que acontece pola primeira vez.

1.7. Unha apertura

Se tamén é importante dicir que representantes da lingua mirandesa teñen sido a participar, desde entón, como membros, na BELMR – *Bureau European pour les Langues Moins Répandues*. Este proceso de apertura comezou cunha realización an Miranda, an abril de entón, do V Simposio Europeo de Linguas e Lexionamentos, que trouxo pola primeira vez a Miranda representantes de varias linguas europeas.

1.8. Novos medios de difusión

A lingua mirandesa ten cuidado de aproveitar o mellor posible os novos medios de comunicación, sobre todo a internet. Neste campo hai que apuntar a importancia do sitio <http://www.mirandes.no.sapo.pt/>, coordinado pola Doutora Manuela Barros Ferreira e que hoxe pode ser considerado como o sitio oficial do mirandés.

1.9. Conclusión

A publicación da Cumbeçon Ortográfica da Lingua Mirandesa, a aprobación da lei n.º 7/99, o uso do mirandés e o aparecer de institucións ligadas a a lingua mirandesa, entre outras cousas, teñen sido a abarcar un certo fatalismo que ameace a lingua e os seus falantes. Este renacemento do mirandés está aínda na súa infancia, pero pode dicirse que o mirandés ten hoxe novas condicións para dar o salto, al menos an parte, al camino de desenvolvemento que ten sido a andar. Al salir da rúa, aparecer-se como a lingua de cultura, cunha literatura propia o mirandés poderá ir ganhando unha dignidade adonde se asentará o respecto que debe de merecer.

2. Características da lingua mirandesa

2.1. O estudo da lingua mirandesa

A lingua mirandesa foi estudada pola primeira vez por José Leite de Vasconcellos que, an varias publicacións dou a coincidir as características do mirandés e estableceu os aspectos centrais de o gramática. Todo aconteceu desde 1882, época an que aquel sabio, aínda un estudante, se foi a a Terra de Miranda. Desde entón a o estudo da lingua mirandesa na ciencia e desde aí comeza tamén un novo camiño para esta lingua. Os traballos de J. Leite de Vasconcellos chegan al seu punto máis alto cunha publicación, an 1900 e 1901, de os dous volumes de os *Estudos Philologia Mirandesa*, onde se contéñen estudos de grande importancia sobre a lingua mirandesa e se publican moitos documentos an mirandés, sobre todo traducións de os poemas de Camões feitas polo mesmo Leite de Vasconcellos.

Hoxe a seguir son de grande importancia os estudos de Menéndez Pidal, sobre todo o seu *Dialecto Leonés*, pero desde entón a o estudo do mirandés al Leonés queda máis clara.

Foi necesario esperar quarenta e cinco anos para apareceren novos estudos sobre a lingua mirandesa. Estes estudos foron feitos por Antonio Maria Mourinho, o primeiro mirandés a estudar a lingua,

que, inda jobe, fai alguns pequinhos trabalhos de caratelizeçon de la lhéngua mirandesa. Anque nun abance muito an relacion a J. Leite de Vasconcellos, ye un dibulgador i zambuolbe alguns aspetos que aquel apuntou. Eiqui hai subretudo que referir l sou trabalho 'Variedades Subdialectais do Mirandês'²⁴, adonde abança algo sobre la caratelizeçon de l sendinés que J. Leite de Vasconcellos tratou de modo ancumpleto i pouco rigoroso, subretudo debido a la fraca culidade de ls anformantes²⁵.

Yá nes anhos cinquenta aparécen ls amportantes studos de l porsor José Herculano de Carvalho, *Fonologia Mirandesa*²⁶ i l artigo 'Porque se fala dilecto leonês em Terra de Miranda'²⁷, i inda l studo de la porsora Maria José Moura Santos sobre *Os Falares Fronteiriços de Trás-os-Montes*²⁸, adonde apunta nuobos abanços pa la caratelizeçon de la lhéngua mirandesa.

Por fin, hai que dar cuonta de ls studos mais recientes, de que you çtaccarie ls de Manuela Barros Ferreira²⁹, de l Centro de Lhenguística de l'Ounibersidade de Lisboua, de Cristina Martins³⁰, de l'Ounibersidade de Coimbra, i de António Bárbolo Alves³¹, de l Anstituto Camões, tamien el un mirandés, i l grande studioso de la lhiteratura oural mirandesa. Hai inda que dar cuonta, cumo decumiento eissencial de caratelizeçon de l mirandés de la Cumbençon Ourtoográfica de la Lhéngua Mirandesa.

Anque muito yá tenga sido feito, ye mie oupenion que l studo de la lhéngua mirandesa inda stá ne sou ampeço. Fáltan tamien anstrumentos eissenciaes cumo nuobas gramáticas, dicionairos, pruntuairos, lhibros d'ansino, etc. Stou cumbencido que alhá chegaremos.

2.2. Percipales caratelisticas de l mirandês

Se birmos ls studos que fúrun feitos até agora, podemos apontar algues de las percipales caratelisticas de l mirandés cumo lhéngua. L método que se questuma ousar ye stabelecer tamien las percipales defréncias antre las lhéguas que stan mais acerca, l pertués i l castelhano, i tamien las mais amportantes parecências cun essas lhéguas.

Tamien ye questume çtinguir três árias de la lhéngua mirandesa: l mirandés de l norte ou mirandés raiano; l mirandés central; i l mirandés de l sul ou sendinés. Tamien hoije ye aceite que este último se aparta bastante de ls outros dous an caratelisticas amportantes: ten outonomie subeciente para díganos que stamos delante un dialeto de l mirandés. Mas nun ye puosto an dúbuda que todas aqueilhas manifestaçoens lhenguísticas lo son de la mesma lhéngua - l mirandés. Bou a apontar algues caratelisticas de l mirandés tomando l pertués cumo punto de referença. Anque esse puoda nun ser l camino mais acertado, será l mais fácele d'antender nun sitio cumo este, an que stou a falar cun personas que conhécen bien l pertués.

2.3. Algues defréncias de l mirandés an relaçon al pertués:

2.3.1. - Na fonética i na fonologia:

manténen-se l *-n-* i *-l-* atrebocálicos lhatinos (*ganado, salir*); dá-se la palhatalizaçon de *-mn-* i *-ll-* lhatinos (*canha, danhado, cavallo*); ditongos crecientes *-ie-* i *-uo-* (*bielho, fonte*), salbo ne sendinés; *lh-* an percípio de palabra, debido a la palhatalizaçon de *l-* lhatino d'ampeço (*lhuna, lhana*), salbo ne sendinés; nun hai bogales altas átonas an einencial abseluta - sendo bogales ourales, dan lhugar a ditongos decrecientes (*einemigo, eisame, oubedecer, ousar*), sendo nazales, son menos altas i/ou ditungadas (*anfeliç, antrada, anchir, ountado*); reduçon de *des-* an ampeço de palabra a cunsonante sebilante, xorda ou sonora, cunforme la cunsonante que ben a seguir seia xorda ou sonora (*znudo, çcalçar*). Hai inda que acrecentar an relaçon a la bariadade sendinesa i, cun menos regularidade, noutras terras: la caída de l *-g-* atrebocálico, apuis de *-i-* i, an alguns casos, *-u-* (*cantia, amio, oubriado, Pertual, nueira*); altaraçon de la culidade de *-i-* i *-u-* tónicos (*bino, mula*); palhatalizaçon de *-c-* i *-g-* an *-ico-* i *-ingo* (*cachico, demingo*).

2.3.2. na morfologie:

pernomes (personal *you*, possessibos *miu/mie, tou/sou*, etc.); tratamento de respeito na segunda persona *-bós-* (*Ah tiu Antonho, bós que teneis?*) ou na terceira *-el-* ne caso de Sendin (*Ah tiu Antonho*,

24 António Maria Mourinho, "Variedades Subdialectais do Mirandês", in Atas do Colóquio de Estudos Etnográficos Dr. José Leite de Vasconcellos, vol. 3, pp. 329-341, Porto, 1960.

25 Nesse mesmo sentido, António Maria Mourinho, Nuossa Alma i Nuossa Tierra, Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1961, p. XI.

26 José Herculano de Carvalho, Fonologia Mirandesa, I i II, Coimbra, 1958.

27 José Herculano de Carvalho, Estudos Linguísticos, Coimbra Editora, Coimbra, 1984, pp. 71-92.

28 Maria José Moura Santos, Os Falares Fronteiriços de Trás-os-Montes, Separata da Revista Portuguesa de Filologia, vols. XII, tomo II, XIII e XIV, Coimbra, 1967.

29 Son yá muitos i amportantes ls trabalhos de Manuela Barros Ferreira sobre la lhéngua mirandesa. Para ua lista cumpleta béia-se [Http://www.mirandes.no.sapo.pt](http://www.mirandes.no.sapo.pt).

30 Para ua lista cumpleta de las obras de Cristina Martins, béia-se [Http://www.mirandes.no.sapo.pt](http://www.mirandes.no.sapo.pt).

31 Yá astanho l outor apersentou la sue tese de doutoramento a la Ounibersidade de Tuluose, sobre l tema de la lhiteratura oural mirandesa. Para ua lista cumpleta de las obras deste outor, béia-se [Http://www.mirandes.no.sapo.pt](http://www.mirandes.no.sapo.pt).

el que ten?); 3ª persona de I pertérito purfeito an –o (*puso, dixo, fizo*); persente de I andicatio i conjuntivo de ls verbos an –*iar* (*çprézio, bózio; çprézie, bózie*); ciertos adverbios i locuciones cumo *ende, anque, delante, eilhi, astanho*, etc.; género de alguas palabras (*la calor, la cuonta, la risa, la fin, l quemido, la fantasma*, etc.); falta de la perposición *de* an nomes de lhugar ou apuis de lhocativos (*Camino Prado, Rita las Corças, delante la puorta, trás la sierra*).

2.3.3.- Ne léxico:

son muitas las palabras específicas de I bocabulairo mirandés i serie difícil dar ua eideia, mas déixan-se palabras cumo: *ourrieta, faleito, scoba, roque*, etc.

2.3.4.- Na sintaxe nun abanço cun nanhue eideia, pus esta inda quaije nun fui estudiada.

Alguns de ls traços apuntados pa I mirandés som quemuns al astur-lhionés i al castelhana, outros pertécen solo al astur-lhionés.

Hai tamien muito fenómeno de cuntinidade de I mirandés an relaçon al pertués, tanto na fonologie, cumo na morfossintaxe, cumo ne léxico. Mas pareciu-me mais amportante apuntar las defréncias, puis cuido que premíten caratelizar bien I mirandés.

3. L mirandés i la cultura pertuesa

3.1. L mirandés cumo lhéngua

Nun bou eiqui a çcutir se I mirandés ye ua lhéngua ou un dialeto, puis cunsidro que essa question stá finalmente oultrapassada. Por un lhado, ye sabido que, segundo ls especialistas, nun hai ua defréncia de fondo antre lhéngua i dialeto, sendo atendidos cumo conceitos relacionales; por outro, la question política que inda poderie sobrar, quedou resolbida cula publicaçon de la lei n.º 77/99, de 29 de janeiro. Quanto a la sue estrutura, a la sue capacidade de se sustentar a si mesma i al sou recoincimiento, I mirandés ye ua lhéngua. Se de dialeto inda se puode falar será solo dun punto de bista stórico i nada mais.

3.2. L mirandés ye ua lhéngua de Pertual

L mirandés nun ye ua lhéngua sin mais. Ye ua lhéngua de Pertual i, por esso, un eilemientu eissencial de I património cultural i de l'eidentidade pertuesa. Inda nun son hoije coincidos todos ls pormenores de l aparecimiento de I mirandés. Para mi, ben de antes la formacion de la nacionalidade pertuesa i nun resulta dua qualquiera quelonizaçon lhioneza tardiega, de ls sieclos XIII i XIV. L mais amportante a dezir ye que essa lhéngua se mantubo até hoije, i por mais de uitecientos anhos, de puortas adrento de Pertual, adonde tamien se fala outra lhéngua, l pertués. Tamien yá dixu que la region adonde essa lhéngua era falada yá fui muito mais lharga de que hoije. Mas hai mais a dezir: essa lhéngua mantubo-se i fui-se adptando a las necidades de quien la falaba solo cumo lhéngua oural, cula lógica i estrutura que ténen todas las lhéguas que lo son. I fui nessa ouralidade, an cuntato tanto cun l pertués i l galhego cumo cun l castelhana, que l mirandés fui eibeluindo i tomando la sue quelor, tal cumo la coicemos hoije. Esta ye, na mie oupenion, l que puode chamar-se l'eipopeia dun pobo, analfabeto, eizolado, abandonado, que manten ua lhéngua sin perda de las sues caratelísticas eissenciales. Digo analfabeto, mas nó anculto, pois soubo mantener ua de las mais altas senó la mais alta forma de cultura que ye possible, la sue lhéngua. Fui pula lhéngua que l pobo trasmitiu la sue cultura, pus esta agarra-se a las palabras i ben cun eilhas zafiando l tiempo.

Dessa cumbibença antre las dues lhéguas nun podien deixar de se dar anfluências amportantes, trocas antre ua i outra, mais de l pertués an relacion al mirandés do que de l mirandés an relacion al pertués. Hoije nun puode antender-se l mirandés sin tener an cuenta essa anfluência de l pertués.

Assi i todo, muito quedou de mirandés na fala de muitos pobos que móran para alhá de l riu Sabor, i stamos a falar de l pertués dessa region que, cumo ye sabido, ten muitas caratelísticas própias. Mas nun fui solo na lhéngua que essa anfluência de l mirandés se fai sentir. Tamien na tradiçon, an general, nes chamadeiros, nas cantigas, nas danças, subretudo nes Pouliteiros, nes atrumientos musicales, nas ouraciones, remanses, etc..

Cumo eisemplo, antre outros que poderien ser dados, tenemos l chamadeiro *ourrieta*, hoije cun bárias altaraçones, cumo *rita, reta, urreta*, etc., que ancuntramus an toda essa region i tamien na bezina region spanhola de Aliste, adonde tamien se falou lhionés i que por algun tiempo fizo parte de l território de Pertual.

Assi, l modo de ber i dezir l mundo, para muitos pertueses, passa por ua lhéngua defrente de l pertués i, para outros, por un pertués que nun puode ser splicado sin tener an cuenta l mirandés. Ye cierto que ls mirandeses son bilingues i lo son, possiblemente, zde hai muitos cientos d'anhos. Esso nun quier dezir que las dues lhéguas séian ua spresson armana de l sou querer i de l sou sentir. Mais que dues lhéguas subrepuostas, son lhéguas complementares, que se ajúdan ua a la outra. You mesmo, que

studei l pertués muitos anhos i lo uso to ls dies, inda hoije hai cousas que nun sei dezir an pertués, mas que sei dezir an mirandés. l l cuntrairo tamien ye berdade: hai cousas que sei dezir na pertués i nun sei dezir an mirandés. l esta realidade ye tan fuerte que até chega a aqueilhas partes de nós que nun cuntrolamos, como ls suonhos.

Gostarie de bos dezir un poema sobre esto i que diç l que sinto, chamado 'Dues Lhénguas':

Dues lhénguas

Andube anhos a filo cula lhéngua trocida pula
oubrigar a salir de l sou camino i tener de
pensar antes de dezir las palabras ciertas:
ua lhéngua naciú-me comi-la an merendas bebi-la an fontes i rigueiros
outra ye çpoijo dua guerra de muitas batailhas.
Agora tengo dues lhénguas cumigo
i yá nun passo sin ambas a dues.
Stou siempre a trocar de lhéngua meio a miedo
cumo se fura un caso de bigamie.
Ua sabe cousas que la outra nun conhece
ríen-se ua de la outra fazendo caçada
i a las bezes anrábian-se
afuora esso dan-se tan bien que sonho nas dues al miesmo tiempo.
Hai dies an que quiero falar ua i sale-me la outra.
Hai dies an que quedo cun ua deilhas tan amarfanhada que se nun la falar arrebento.
Hai dies an que se m'angarában ua an la outra
i apuis bótan-se a correr a ber quien chega purmeiro
i muitas bezes acában por salir ancatrapelhadas ua an la outra
i a mi dá-me la risa.
Hai dies an que quedo todo debelgado culas palabras por dezir
i ancarrapito-me neilhas cumo ua scalada
i deixo-las bolar cumo música
cul miedo que anferúgen las cuordas que las sáben tocar.
Hai dies an que quiero traduzir ua pa la outra
mas las palabras scónden-se-me
i passo muito tiempo atrás deilhas.
Antre eilhas debíden l miu mundo
i quando pássan la frunteira sínten-se meio perdidas
i fártan-se de roubar palabras ua a la outra.
Ambas a dues pénsan
mas hai partes de l coração an que ua deilhas nun cunsegue antrar
i quando s'achega a la puorta pon l sangue a golsear de las palabras.
Cada ua fui porsora de la outra:
l mirandés naciú purmeiro i you habituei-me a drumir arrolhado puls sous sons
i ansinou l pertués a falar guiando-le la boç;
l pertués naciú-me an la punta de ls dedos
i ansinou l mirandés a screbir porque este nunca tube scuola para onde ir.
Tengo dues lhénguas cumigo
dues lhénguas que me fazírun
i yá nun passo nien sou you sin ambas a dues.
Francisco Niebro
In 'Cebadeiros', ed. Campo das Letras, 2000

Este bilhenguismo, atendido an sentido stórico ou cumo rialidade de ls dies d'hoije, culas sues caratelísticas própias, ye ua dimenson que nun puode ser squecida na çcuçon de l'eidentidade pertuesa. L balor de dibersidade que semnifica, nun mundo que se globaliza, ye ua riqueza i mais un factor de rejistença a l'ouniformidade que mos mata; la tolerância i respeito que supón la sue aceitação ye raiz dua democracie que se quier anteira; l capital de studo que aspera ye un zafio als antelectuales pertueses, muita beç mais atraídos por cousas de fuora menos interessantes do que las que tenemos an casa, inda bien bibas.

Neste campo inda hai muito camino por andar. Puode preguntar-se quanto tiempo inda se bai a falar mirandés. Naide sabe. L que me parece mais amportante, hoije, ye preguntar l que se puode fazer para que l mirandés biba i l que se puode fazer para que seia mais coincido puls pertueses. Se un die acabar, i quando acabar, que del quede ua ardança de que todos ls pertueses s'argúlhen.

You puodo dezir cun Fernando Pessoa, 'A minha Pátria é a língua portuguesa'. Mas sinto que la mie pátria nun ye solo esso, l que nun quier dezir menos amor pula lhéngua pertuesa. Assi i todo, gusto mais

de Vergílio Ferreira, quando diç: «Da minha língua vê-se o mar. Da minha língua ouve-se o seu rumor, como da de outros se ouve o da floresta ou o silêncio do deserto.»³²

Por esso, gusto de preguntar: I que se bei de la lhéngua mirandesa? L que se oube? La mie repuosta bou-bos-la a dar nun soneto de Fracisco Niebro, que gustarie de bos ler i que tamien yá li ne Centro Cultural de Belen na Setembro de 2001, por oucasion de la Fiesta de las Lhénguas, mas que inda nun fui publicado. Cun el quiero acabar esta cunferéncia.

De la mie lhéngua béien-se las faias
I Douro neilha stoura sous cachones;
de la mie lhéngua nácen ls picones
la preinada afergolha-se an sues staias;

cheira la mie lhéngua a ceçon i tierra
I tiempo neilha fizo sous nieiros;
sabe la mie lhéngua a auga i rigueiros
ls miedos ban-se deilha pa la sierra;

chube-se la mie lhéngua ne I cunceillo
angúrrias de saber scuorren salagres;
sona-se la mie lhéngua an squilas grabes
arrolhos de spertar i ber-se al speilho:

la mie lhéngua bolbiu-se ne I miu mundo
fame de cielo amor delor profundo.

Porto, 19 de Outubro de 2002 Amadeu Ferreira

9. FERREIRA, ANETE COSTA

Anete Costa Ferreira, natural de Belém do Pará, é licenciada em Ciências Humanas pela Universidade da Amazônia com equivalência em Portugal. Membro de várias entidades culturais e científicas no Brasil e em Portugal. Portadora de inúmeras condecorações no Brasil e em Portugal. Estudiosa de temas relativos à Amazônia. Nessa qualidade tem proferido conferências no Brasil, Portugal e Itália, além de intervenções em congressos sobre cultura luso-brasileira, aquém e além-mar. Tem inúmeros trabalhos publicados. Autora da obra “ A expedição de Pedro Teixeira — Sua importância para Portugal e o Futuro da Amazônia”, integrada nas comemorações dos 500 Anos da Descoberta do Brasil. É jornalista e investigadora de Ciências Sociais e História luso amazônica.

FERREIRA, ANETE COSTA, JORNALISTA E INVESTIGADORA DE CIÊNCIAS SOCIAIS A CONSTRUÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA AMAZÔNIA

Portugal, sabedor que franceses, ingleses e holandeses exploravam o país das Amazonas com apoio dos indígenas, parte para reconquistar as terras do Novo Mundo. Inicialmente funda a cidade de Belém do Pará, construindo um forte para reprimir os invasores que iam em busca das riquezas ali existentes. Todavia, essa situação sofre mudanças radicais quando D. José I nomeia em 1751, para Governador da Amazônia, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do futuro Marquês de Pombal. Mendonça Furtado notando que a população falava a língua dos índios propõe aos religiosos o ensinamento da língua portuguesa através da catequese e de outros ofícios, a todos, especialmente as crianças. Em 1755, o Governador impõe o “Diretório”, libertando os silvícolas, advertindo que a única língua para uso era a portuguesa e elevando as Aldeias à categoria de Vilas com nomes portugueses, mostra que definitivamente estava na Amazônia implantada a língua portuguesa. A evolução, a diversidade, a geografia e a política da língua é uma história ainda pouco conhecida. No século XX, surgem entidades lusófonas governamentais congregando comunidades de sete países falantes do idioma português tentando preservar a língua. E recentemente, vemos Timor integrar esse bloco global para perpetuar a língua de Camões naquele espaço asiático. 80. A língua portuguesa desde o século XVIII enraizou-se na Amazônia através de brincadeiras infantis, da superstição, do teatro, da arte, do canto, da religiosidade, das festas populares, das histórias, das lendas como a do Sebastianismo e do linguajar cotidiano. É comum ouvir-se o povo dizer: sape gato, a comida está encruada, o menino acordou sarapantado, ele fez tudo atoreiro, fulano não se alembra do sonho, me arresponde onde está o objeto e assim sucessivamente... Mendonça Furtado constatou que a construção de uma comunidade linguística depende mais da vontade e necessidade dos povos do que do Poder dos senhores.

(trabalho completo não recebido)

32 In *À Voz do Mar*, texto lido an Bruxelas an 1991 quando le fui entregado I prémio Europália, i publicado an Vergílio Ferreira, *Fotobiografia*, organização de Helder Godinho e Serafim Ferreira, Bertrand Editora, 1993, p. 161.

10. FONTENLA, José Luís, PRESIDENTE DA COMISSÃO GALEGA DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, DAS IRMANDADES DA FALA DA GALIZA

O MITO DE BABEL

José Luís Fontenla nasceu em Ponte Vedra e reside em Viana do Castelo desde 1992, em que fixa a residência na República Portuguesa; formado em Direito pela Universidade de Santiago, exerceu a advocacia; é diretor das revistas NOS, Cadernos do Povo e Temas do Ensino de Linguística, Sociolinguística e Literatura, revistas da lusofonia, editadas em Ponte Vedra – Braga; é o atual Presidente da Comissão Galega do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, das Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, dos Círculos Republicanos Lusófonos; escritor, poeta, ensaísta, presidiu congressos e simpósios de Língua, Cultura e Literatura Lusófonas na Galiza e Portugal. Tem inúmeras publicações de caráter linguístico, sociolinguístico, literário, etc. em português. Conferencista em diversos países da Europa e América Latina. É investigador do CELB (Centro de Estudos Luso-Brasileiros) da Universidade de S. Petersburgo.

SINOPSE: O MITO DE BABEL

O texto "O Mito de Babel: contra a desagregação da Língua Portuguesa" abrange uma introdução sobre a unidade estrutural da língua portuguesa, o conflito linguístico na Galiza entre portunhol e português e os apartados "Em defesa da unidade da língua portuguesa, língua histórica, língua da lusofonia" e "Contra a desagregação da língua portuguesa: A/ Integracionismo de Rodrigues Lapa e língua histórica de Coseriu" e B/ Ortografia comum, ortofonia, dicionarística, terminologia, para concluir que há que eliminar o diferendo luso-brasileiro através da implementação do Acordo Ortográfico de 1990 e outras ações de política linguística lusófona.

O MITO DE BABEL: CONTRA A DESAGREGAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA Em homenagem aos saudosos amigos Prof. Lapa, Cunha, Cintra, G. Da Cal, Azevedo Ferreira, Herculano de Carvalho, Houaiss, Chaves de Melo, Coseriu, defensores da Lusofonia da Galiza, in memoriam.

1. Introdução

Vestígios do mito de Babel se mantêm ainda na maneira de pensar a Língua Portuguesa já no terceiro milénio, no séc. XXI, por falta de uma política comum de planeamento linguístico (*language planning*) em defesa da unidade estrutural da Língua Portuguesa, seja ela considerada sincrónica ou diacronicamente (Fontenla)³³.

Destarte a segunda língua românica do mundo, terceira Europeia de cultura de dimensão internacional e intercontinental, falada nos cinco continentes por mais de 240 milhões de utentes (UNESCO)³⁴, nascida na velha Gallaecia romana, que chegava até ao Mondego, e levada a dois terços do mundo pelos Portugueses com os Descobrimentos, não tem uma política coerente que a divulgue e promova em toda a parte.

Além do mais, o diferendo Luso-Brasileiro, que permite a existência do Português Europeu (PE) e do Português do Brasil (PB), com leves diferenças de pronúncia, léxico, etc. está a criar derivas da língua e a pôr em questão a unidade estrutural profunda da língua Portuguesa, embora exista um Acordo Ortográfico de 1986 e 1990, que unifica tanto quanto possível, a escrita da nossa Língua.

O curioso é que a Língua Portuguesa tem uma unidade estrutural superior à do Espanhol, do Francês, etc., e que o nosso diassistema possui uma gramática do Português Contemporâneo desde 1984 (CINTRA, CUNHA)³⁵, que abrange os dialetos Galegos, Portugueses e Brasileiros. Também possui um Acordo da Ortografia Unificada desde 1990 (FONTENLA)³⁶ e um dicionário da Academia das Ciências de Lisboa desde 2001³⁷, com transcrição fonética correspondente ao Português Europeu, que seguem a Galiza, Portugal, os PALOP, Timor, etc., além de organismos internacionais (UE, OMS, OIT, AIJ, etc.) como reconhecem alguns autores (SEABRA)³⁸.

³³ FONTENLA, J.L. "Ortografia, ortologia, ortofonia. Terminologia no futuro do Português", pp. 202-223, Atas do Congresso "Lusofonia a Haver", Sociedade da Língua Portuguesa, revista "Língua e Cultura", 2000, Lisboa; o mesmo texto com o título "Lusofonia/Lusografia face ao III milénio" saiu na revista da Universidade Lusófona de Lisboa, 2000, Lisboa; ainda: "Problemas da Língua Portuguesa" pp. 39-54, *in* Cadernos Vianenses, tomo 30, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2001 e "Sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa", pp. 147-152, Atas do II Congresso Internacional *O Espaço Lusófono* de 1998, Universidade Estatal de S. Petersburgo, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Luso-Brasileiros, Universidade de S. Petersburgo, 2001; "O Português Possível", revista IBIS, da Ass. De Jornalistas e Homens de Letras do Alto Minho, Viana do Castelo, 2002

³⁴ ESTRELA, E. "A Língua Portuguesa na Diáspora", Mealibra, Viana do Castelo, 1999, pp. 9-13

³⁵ Nova Gramática do Português Contemporâneo, Sá da Costa, Lisboa, 1984

³⁶ FONTENLA, J.L. "Sobre o acordo ortográfico..." citado supra

³⁷ Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, ed. Verbo, Lisboa, 2001

³⁸ SEABRA, J.A. "Situação da Língua Portuguesa nos organismos do sistema das Nações Unidas" revista ICALP, n.º 11, p.73, Lisboa, 1988

Apesar da unidade estrutural da língua Portuguesa, alguns autores tencionam, a partir de perspetivas dialetológicas, manter como que resíduos do mito de Babel, invocando a fragmentação da língua, as derivas (drifts) ou até a sua desagregação na Galiza, Portugal, Brasil, PALOP, etc.

Assim, na Galiza, diversas pessoas ignaras impõem a ortografia e a morfologia castelhanas ao Português da Galiza (MARTINHO)³⁹, Língua da lusofonia (FONTENLA)⁴⁰ de costas voltadas ao Parlamento, por Decreto; a 20 de abril de 1983, pelo Conselheiro (Ministro) adjunto ao Presidente para a Cultura (sic) Filgueira Valverde, é publicado o Decreto 173/1982 de 17 de novembro sobre a normatização da língua Galega (sic) e por lei 3/1983 de 15 de junho se estabelece para já, no Diário Oficial da Galiza, a 14 de julho, a Lei de Normalização Linguística. Destarte se enceta a desagregação da língua Portuguesa na Galiza, com o protesto de professores, escritores, intelectuais, deputados, entidades de ensino, investigação e pesquisa e sindicatos galegos, etc. (FONTENLA)⁴¹.

Mas não só se impõe a ortografia e morfologia do Castelhana ao Português da Galiza, como também se altera a sintaxe, o léxico, a fonética, a fonologia, tudo o que constitui um diassistema; a língua histórica (COSERIU, HUBER, DIEZ, CINTRA, CUNHA, AZEVEDO FERREIRA, MIRA MATEUS, AZEVEDO MAIA, HERCULANO DE CARVALHO, etc.)⁴² que se tinha formado na velha *Gallaecia*, hoje conhecida como Português, é submetida à pressão do Espanhol e passa a ser uma língua subordinada, iniciando-se um claro processo de substituição linguística de caráter diglósico (FERGUSON, GIL HERNANDEZ, RABUNHAL CORGO, BREA)⁴³, que também se dá em Olivença como tem sido estudado (MATIAS RESENDE)⁴⁴.

Um verdadeiro golpe de estado se produz na Academia Galega a 3 de julho de 1982, para aprovar as normas daquilo a que se chamou *portunhol 1* do ILG-RAG (Instituto de la Lengua Gallega — Real Academia Gallega)⁴⁵, que vigoraram através dos preceitos legais citados supra, da mão do conselheiro (ministro) Filgueira Valverde e do Presidente do Governo da Galiza Fernandes Alvor, que ordenam publicar Decreto e Lei no Diário Oficial da Galiza, em texto bilingue, *portunhol-espanhol*⁴⁶.

Surge ainda um *portunhol 2*, que não atinge o nível de oficialidade e que se justifica como uma norma transitória para integração no Português de Portugal, das mãos da Associação Galega da Língua; esta entidade privada elabora, através da chamada “Comissão Linguística da AGAL” o “Estudo Crítico das Normas Ortográficas e Morfológicas do Galego” (1983, 169 pp.)⁴⁷ (1989, edição acrescentada, 302 pp.)⁴⁸; esta “Comissão” ainda elabora, a partir do Português, mas afastando-se dele na ortografia, prosódia ou ortofonia, verbos, etc., o “Prontuário Ortográfico Galego” (1985, 318 pp.)⁴⁹ e mesmo a CLA (Comissão Linguística da AGAL) elabora um “Guia prático dos verbos Galegos conjugados” (1988, 128 pp.)⁵⁰ em que, plagiando os verbos Portugueses, se introduzem desvios ou variedades que se afastam da língua comum do PE — Português Europeu. A filosofia desta entidade, a AGAL — Associação Galega da Língua — passou sempre por criar uma terceira via contra o Português Europeu e Brasileiro, acordando até em não negociar os Acordos Ortográficos de 1986 (Encontro de Uniformização da Língua Portuguesa do Rio de Janeiro, do qual saíam as bases da Ortografia Simplificada da Língua Portuguesa, a que tive a honra de assistir presidindo à delegação da Galiza) e de 1990 (Encontro de Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa de Lisboa, do qual saíam as bases da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa, e

³⁹ MONTERO SANTALHA, J. MARTINHO “A Lusofonia e a Língua Portuguesa da Galiza: Dificuldades do Presente e Tarefas para o futuro”, Atas do Congresso Internacional de Língua, Cultura e Literaturas Lusófonas de 1994, Temas do Ensino de Linguística, Sociolinguística e Literatura, Ponte Vedra Braga, 1990.

⁴⁰ FONTENLA, J.L. “Língua da Lusofonia, o Português da Galiza” O Mundo da Língua Portuguesa (Galiza, Portugal, Brasil, PALOP), Atas do III congresso Internacional de Literatura Lusófona: revista NÓS, Ponte Vedra — Braga, 1995, pp. 25-32 e “Ressurgimento Galego, Essa Lusofonia”, Temas do Ensino de Linguística, Sociolinguística e Literatura, VV.AA., Ponte Vedra — Braga, 1990.

⁴¹ FONTENLA, J.L. “Presente e futuro do Galego: análise sociojurídica do decreto de normatização e das leis de normalização autonómicas” in Temas do Ensino, Ponte Vedra — Braga, pp. 157-174, 1985

⁴² COSERIU, E. “El Gallego en la historia y en la actualidad”, Atas do II Congresso da Lengua Galego-Portuguesa na Galiza 1987, pp. 793-800

HUBER, J. “Gramática do Português Antigo” Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1986; DIEZ, *ibid.*; CINTRA, CUNHA “Nova Gramática do Português Contemporâneo” Sá da Costa, Lisboa, 1984; AZEVEDO FERREIRA, J. “Estudos de História da Língua Portuguesa” Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos, 2001; MIRA MATEUS, H. “Língua, variedade, dialetos: memória coletiva e memória fracionada”, INALP, 1989, Lisboa, p. 29, nota 4; AZEVEDO MAIA, C. “História do Galego-Português”, INIC, Coimbra, 1986; HERCULANO DE CARVALHO, J.G. “Apresentação” in “Ressurgimento Galego”, *op. cit.*

⁴³ FERGUSON, Diglossia, *Word*, 15:325-340, 1959; GIL HERNANDEZ e RABUNHAL CORGO “O conceito de diglossia segundo Ch. A. Ferguson e a sua pertinência para a comunidade Lusófona da Galiza. Um caso de diglossia por deslocação” NÓS, Ponte Vedra — Braga, 1989

BREA, A. “A normalização linguística — o caso Galiza da lusofonia Europeia” in “Ressurgimento Galego”, *op. cit.*

⁴⁴ RESENDE, MATIAS F. “Português e Espanhol em contacto em Olivença”, NÓS, Ponte Vedra — Braga, 1986

⁴⁵ FONTENLA, J.L. *op. cit.* nota 9

⁴⁶ *ibid.*, vide supra nota 13

⁴⁷ AGAL, 1983, Corunha

⁴⁸ AGAL, 1989, Corunha

⁴⁹ AGAL, 1985, Corunha

⁵⁰ AGAL, 1988, Corunha

onde todos cedemos às pretensões dos Portugueses, tanto os Galegos que me honraram com a presidência da Delegação da Galiza novamente, como os Brasileiros e Africanos Lusófonos) (FONTENLA)⁵¹. A AGAL chegou a proibir, em congressos, comunicações escritas em Português por Galegos (Ass. Amizade Galiza-Portugal)⁵² e textos na sua revista (GIL HERNANDEZ, ALDREI, BREA)⁵³ que deviam ir na norma portunhol 2 que defendem ainda hoje, no século XXI, no ano 2002! A língua Portuguesa era banida pela AGAL e não podia ser usada por autores Galegos! Apenas por Portugueses e Brasileiros. Racismo? Fascismo? *Chi lo sà*.

Ainda, na Dicionarística, se mantém também uma linha de portunhol 1 com base nas “Normas Ortográficas e Morfológicas do Idioma Galego” (sic) do Instituto de Língua Galega e da Real Academia Galega (1982), declaradas oficiais em 1983, como já dissemos, a “Gramática Galega” (sic) de R. Alvarez, H. Monteagudo e X. L. Regueira (1986) e o “Vocabulário Ortográfico da Língua Galega” (1990) do ILG-RAG, redigido por A. Santamarina e M. González, que serviu para a elaboração posterior do “Dicionário da Real Academia Galega” (1997), com 25.000 entradas lexicais. Esta linha de portunhol 1 mantém que o Português da Galiza não tem a ver com o Português Europeu de Portugal Continental e ilhas, e do Brasil, PALOP, Timor, etc.; tenciona criar por via de elaboração (ausbau, MULJACIC)⁵⁴ a partir do poder político Galego, subordinado ao Espanhol, não só na ortografia (VILAR TRILHO)⁵⁵, uma língua diferente, que fica como um satélite do castelhano na ortografia, na morfologia, sintaxe, léxico, fonética, fonologia, etc.

Uma outra linha de portunhol 2, a que representa a AGAL — Associação Galega da Língua — é defendida na Dicionarística por ESTRAVIZ⁵⁶ que publicou dois Dicionários da Língua Galega (sic) em 1986⁵⁷ e posteriormente em 1995⁵⁸, com entradas lexicais em que se misturam dicionários portugueses, espanhóis, etc., mas sem conhecer bem os moldes da língua Portuguesa, o que cria contradições nas 80.000 entradas lexicais, com falsos amigos, predomínio da aceção espanhola, etc.

Ainda bem que o DACL — Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa — de 2001⁵⁹, com transcrição fonética, vem pôr as coisas direitinhas, com focos ortoépicas que aceitam todas as variedades dialetais da Galiza, Portugal, PALOP, Timor, etc., id. est, do PE — Português Europeu da Galiza-Portugal, que os PALOP e Timor seguem. O recentemente saído Dicionário de António Houaiss⁶⁰ não traz transcrição fonética. Existe ainda o Dicionário do Português Básico de Mário Vilela⁶¹, com 3060 entradas lexicais, com transcrição fonética de uso escolar e discussão na transcrição de algumas palavras, que se percebem como nortenhas por alguns autores.

Existe também algum intento de considerar a desagregação da língua Portuguesa nos PALOP, o que consideramos errado, enquanto não se ensine adequadamente no sistema educativo, a par de outras línguas nacionais africanas, o que evitaria os problemas que citam alguns dialetólogos e gramáticos (GONÇALVES)⁶²; o mesmo acontecendo com os crioulos (PEREIRA)⁶³ que hão de ensinar-se com o Português Europeu.

⁵¹ FONTENLA, J.L., “O acordo ortográfico de 1990 — crónica de uma semana de cinco dias”, Ponte Vedra — Braga, 1994, Atas do II Congresso Internacional de Literaturas Lusófonas

⁵² Associação de Amizade Galiza-Portugal “Comunicações suprimidas pela Associação Galega da Língua (AGAL) das Atas do III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa: «Considerações sobre o uso do til no Português da Galiza»” de Cupeiro, M.F.; “Medição de variáveis: competência e uso Linguístico” de Cristóvão; “A substituição linguística” de Brea; “Do Galaico-Português à Lusofonia” de Fontenla; “As literaturas lusófonas” de Aldrei

⁵³ BREA HERNANDEZ, GIL HERNANDEZ, RODRIGUEZ ALDREI “A Catástrofe, relato breve de Eça de Queirós” Agália, Corunha, 1990; o texto não foi autorizado inicialmente por ir em Português do Acordo, pelo que me retirei da AGAL, por não admitir censura nem inquisição da Presidente do Conselho da AGAL, Maria do Carmo Henriques, e colaboradores, contra textos de galegos lusófonos/lusógrafos, e, ao pedir a readmissão, após a publicação do texto citado, essa Presidente negou o lícito direito de retorno, aplicando mais uma vez censura e discriminação, o que favoreceu o andamento para a frente das Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, e a sua legalização nos dois estados ibéricos.

⁵⁴ MULJACIC, Z. «L’enseignement de Heinz Kloss (modifications, implications, perspectives)» in Langages, 21, 1986. O conceito *ausbau* foi usado para tentar fazer um portunhol anti-Português, quer pela AGAL como pelo ILG, levando a um beco sem saída as suas formulações por *ausbau*, que atentam contra a unidade estrutural da Língua Portuguesa, além da morfologia, da ortografia, da sintaxe, etc.

⁵⁵ VILAR TRILHO, X. “A remodelação federal-confederal do Reino da Espanha”, Laiovento, Santiago, 2001.

⁵⁶ ESTRAVIZ, I. “Dicionário da Língua Galega”, Alhena, 1986; Ed. Sotelo Blanco, 1995

⁵⁷ op. Cit. na nota 24

⁵⁸ op. Cit. na nota 24

⁵⁹ op. Cit. na nota 5

⁶⁰ Dicionário Houaiss, Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2001

⁶¹ VILELA, M. et alii “Dicionário Português Básico”, Ed. Asa, 1991

⁶² GONÇALVES, P. “Aspetos da sintaxe do Português de Moçambique” in “Introdução à Linguística Geral e Portuguesa”, Caminho, 1996

⁶³ PEREIRA, D. “O Crioulo de Cabo Verde” ibid. Cf. Nota 30

No caso do Brasil já Celso Cunha havia alertado para o problema (CUNHA)⁶⁴ assim como outros autores (LUCCHESI, LOBO)⁶⁵ mais recentemente; enfim, a mudança linguística existe no PE e no PB e existem variações linguísticas nascidas das derivas naturais da língua Portuguesa, com maior unidade estrutural do que outras línguas novilatinas e não só, mas a gramática, a fonologia e o léxico mantêm-se substancialmente nos espaços tão vastos onde se fala a nossa língua.

Tenho para mim que há alicerces básicos como a Gramática do Português Contemporâneo de Cintra e Cunha de 1984⁶⁶, que recolhem os dialetos Galegos, Portugueses e Brasileiros do nosso diassistema; o Acordo Ortográfico de 1990 que unificou a escrita, tanto quanto possível, da nossa língua comum, e que deve ser implementado o mais cedo possível com o VOCT — Vocabulário Ortográfico Comum e de Terminologia — e o DACL, Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa, 2001⁶⁷, ao que se deve seguir um Grande Dicionário da Língua da Lusofonia, a partir do Dicionário Aurélio Buarque de Holanda, António Houaiss, etc., com suporte informático, de papel, e outros, de maneira a servir todos os utentes da língua Portuguesa no mundo, nos cinco continentes.

Defender a unidade na diversidade, a unificação terminológica (HERCULANO DE CARVALHO)⁶⁸, uma política de língua comum (*language planning*) parece o mais correto nesta altura histórica, em que a lusofonia serve 4% da população mundial, com mais de 240 milhões de falantes (UNESCO)⁶⁹.

2. Em defesa da unidade da Língua Portuguesa, Língua Histórica, Língua da Lusofonia

É lamentável, havendo um continuum galego-português, como diz COSERIU⁷⁰, que haja pessoas que envidam esforços no sentido de provocar a desagregação da língua Portuguesa, tentando separar o que o mesmo povo e etnia sempre manteve unido e que forças políticas tencionaram dividir, procurando espanholizar a Galiza e privá-la da sua língua Portuguesa, a mesma de Portugal, Brasil, PALOP, Timor, etc. (HUBER)⁷¹, quando é que o Português e a língua castelhana podem conviver na Galiza, o Português como língua própria e o castelhano como segunda língua instrumental, além de outras línguas europeias de cultura que devem ser introduzidas no ensino, em benefício dos cidadãos da Galiza que cada vez mais hão de ser multilingues na Europa das línguas e das culturas díspares e diversas (FONTENLA)⁷².

É óbvio que o portunhol 1 do ILG-RAG e o portunhol 2 da AGAL estão num beco sem saída e pressupõem um notório intento de desagregação da língua nos aspetos ortográfico, morfológico, sintático, fonético, fonológico, semântico, lexical, etc., por razões extralinguísticas no primeiro caso, de subordinação ao poder e ao castelhano; de tentativa de construir uma terceira via, anti-portuguesa também, no segundo caso, voltando as costas à História, para formular por língua igualmente de elaboração (*ausbau*) uma alternativa ao PE — Português Europeu — e PB — Português do Brasil, plagiando até o Português para o deturpar e alterar, desnaturalizando-o. Quem assim age está a agredir a língua do povo e o povo-povo, que a fala a norte e sul do Minho e raia seca, no continente europeu e nas ilhas, no Brasil, nos PALOP e em Timor, que aceitaram a nossa língua como oficial. Em ambos os casos trata-se de imperialistas fracassados como diria Castelão, porque a língua Portuguesa continua, malgrado todas as normas impostas contra ela, sob a forma do portunhol 1 do ILG-RAG e portunhol 2 da AGAL, na boca do povo-povo, Zé-Ninguém da História, mas que soube conservar a língua nacional e pessoal através dos tempos.

O que é grave é que no ensino, na administração, na TV, etc., cada vez mais, em consequência da filosofia (?) linguística (preconceitos) dos defensores do portunhol 1 e 2, que querem elaborar uma norma e uma língua *ausbau*, por elaboração a partir de moldes do espanhol, se esteja a eliminar os aspetos ortográfico, morfológico, sintático, fonético, fonológico, lexical, etc., para confirmar como língua predominante e de cultura a espanhola, e como língua subordinada e de *patois* ou mistura de Português e Espanhol (portunhol), em maior ou menor grau, o Português.

Tal extremo chega também ao que chamam o “Galego científico” (GARRIDO, RIERA)⁷³ em que plagiam o PE e o PB mas impondo a ortografia da AGAL, que tem presumivelmente traços medievais, mas que não fizeram em muitos casos parte da história da língua, antes correspondendo a processos de língua de

⁶⁴ CUNHA, C. “Língua Portuguesa e realidade Brasileira” Rio de Janeiro, 1968; Público, 1999

⁶⁵ LUCCHESI, D. e LOBO, T. “Aspetos da sintaxe do Português Brasileiro” cf. Nota 30 *ibid.* “Introdução à Linguística...”

⁶⁶ *op. cit.* vide nota 10

⁶⁷ *op. cit.*

⁶⁸ HERCULANO DE CARVALHO, J.G. “A unificação na lusofonia das terminologias científicas e técnicas”, Nós, Ponte Vedra — Braga, 1994

⁶⁹ *op. cit.* vide nota 2

⁷⁰ COSERIU, E. *op. cit.*

⁷¹ HUBER, J. *op. cit.*

⁷² FONTENLA, J.L., “Lusofonia a ser: Galiza, Portugal, Brasil, PALOP. Planificação linguística e acordo ortográfico”, Nova Renascença, pp. 205-221, vol. XIX, Porto, 1999

⁷³ GARRIDO e RIERA “Manual do Galego científico”, AGAL, Corunha, 2000

laboratório (por elaboração, *ausbau*), dificilmente justificáveis em quem devia saber linguística, sociolinguística, romanística, etc.

E toda esta elaboração de portunhol 1 e 2, como que respeitando o Português como língua histórica e língua da lusofonia (ESTUDO CRÍTICO, MONTEAGUDO, SALGADO)⁷⁴, dizendo que se recorre ao Português para a terminologia, como a língua mais adequada, etc., enquanto se atenta contra a sua unidade estrutural e se defende a sua desagregação, a todos os níveis, até com perseguição de professores, alunos, escritores, intelectuais, cidadãos que não aceitam a burla de se inventar uma língua diferente do Português do povo e da Nacionalidade Galega, que é a mesma do PE — Português Europeu, do PB — Português do Brasil, PALOP, Timor, etc.

Não há dúvidas de que a um Estado Espanhol democrático, de caráter confederal-federal (VILAR TRILHO)⁷⁵ e à República Portuguesa democrática lhes convém que o Estado Espanhol tenha duas línguas oficiais na Galiza, o Português como língua própria a o Castelhana ou Espanhol como 2ª língua instrumental; o caso do Estado espanhol é similar, pois com o Português pode entrar no vasto mundo da lusofonia dos três AA (América, África, Ásia), além da UE e da Galiza-Portugal, e com o espanhol pode entrar no imenso mundo da Hispanofonia. Pense-se no Mercosul e em outras perspetivas da África lusófona e não só. Parece, pois, do maior interesse para Galiza-Portugal e para o estado Espanhol que o Português se mantenha na Galiza, com o espanhol como 2ª língua instrumental, e outras europeias de cultura como 3ª e 4ª línguas: Inglês, Francês, Alemão, etc.

Os traços isófonos e isoglóssicos fazem pensar que o Português abrange Galiza-Portugal e zonas das Astúrias, Castela-Leão e da Extremadura espanhola, além do caso claro de Olivença (LUNA, MATIAS)⁷⁶.

Enfim, mantém-se o que afirmava HUBER⁷⁷ na sua Gramática do Português Antigo em 1933: “O Português — que fora da República Portuguesa ainda hoje se fala na província Espanhola da Galiza, situada ao norte de Portugal (...) proveio, como as restantes línguas românicas, da língua romana corrente”; também as IRMANDADES DA FALA em 1933⁷⁸ afirmavam: “chegamos ao pleno conhecimento, verificável por quem quiser, de que não há termo nitidamente Português que não seja Galego, e vice-versa, coisa que convém sublinhar para que não seja desconhecida por ninguém” (Pena Mosteiro, Salvador foi o editor e prefaciador do Vocabulário das Irmandades da Fala de 1933).

O levantamento do Português Europeu desde a Galiza-Portugal às ilhas regista os dialetos Galegos, Portugueses, das ilhas, como recolheram Cintra e Cunha na sua Gramática do Português Contemporâneo, de 1984, juntando aí os dialetos Brasileiros, como é natural. A unidade estrutural da língua tanto num sentido diacrónico como sincrónico, desde a aparição dos primeiros textos em Português até hoje é superior à do Espanhol, Francês, Italiano, Catalão, etc., só para citar algumas línguas novilatinas, e também à do Alemão, do Neerlandês, etc., não cabendo aqui falar de línguas diferentes mas de diferentes variedades dialetais próprias de toda a língua.

Assim, pense-se na diferença de pronúncia, sotaque, linguajar, etc., a norte do Minho e Trás-os-Montes, Minho Português, de j, g, ch; confusão de v-b; persistência do ditongo ei face ao sul, onde é subsumido (*ribero* em lugar de ribeiro, etc.) ou no ditongo ou na mudança para oi (ouro/oiro), o /s/ Beirão, os dialetos de Castelo Branco e Portalegre ou do Barlavento algarvio, para além das variedades dos Açores, Madeira e fronteiriças, etc., diversidade e interferência em Olivença, Galiza, zonas lusófonas das Astúrias, Castela-Leão, Extremadura... as variáveis em vocalismo e consoantes, etc., que Fernão de Oliveira informa na sua *Gramática de linguagem Portuguesa*, e que verifica o fenómeno de engolir as vogais cada vez mais para o sul em Portugal mantendo-se ainda no Português da Galiza e do Brasil (MARQUILHAS)⁷⁹.

Há divergências em Portugal entre os falares de norte a sul e do interior e litoral, como também na Galiza, nas ilhas de Madeira e Açores, etc., em que se realizam plurais à Galega, etc., e isso só demonstra a unidade estrutural da língua no domínio linguístico da faixa atlântica da Galiza-Portugal e ilhas; no que chamamos PE — Português Europeu, mas que também está relacionado com o Português do Brasil como Português estagnado, o que aliás acontece com o espanhol da América Latina ou formas não-castelhanas das falas espanholas das Canárias, Extremadura, Andaluzia, etc.

⁷⁴ ESTUDO CRÍTICO DAS NORMAS ORTOGRÁFICAS E MORFOLOXICAS DA LINGUA GALEGA, op. cit. da AGAL; SALGADO E MONTEAGUDO “Do Galego literário ao Galego comum. O processo de standardização na época contemporânea” in Estudos de Sociolinguística Galega Vigo, Galáxia, 1995

⁷⁵ VILAR TRILHO, op. cit.

⁷⁶ LUNA, C. “Nos caminhos de Olivença”, Estremoz, 1996; MATIAS, F.R., op. cit. em nota 12

⁷⁷ op. cit.

⁷⁸ Vocabulário Castellano-Galego, impta. Moret, Corunha, 1933

⁷⁹ MARQUILHAS, R. “Mudança Linguística” in op. cit. “Introdução à Linguística...”; “Constituição e elaboração da língua Portuguesa” in “Atlas da Língua Portuguesa...”

No Português do Brasil a pronúncia do E átono principalmente em posição final em I (tardi por tarde, ponti por ponte) e também pirigo, ricibo, etc., ou minino, melhor — que também se deem estes últimos no Português da Galiza não implica grande diferença do PE; assim também optaram os Brasileiros⁸⁰ pela terminação diminutiva em – inho em vez de – ito como os Galegos.

Em todo o caso, a variedade dialetal não faz a norma padrão que neste momento representa o DACL para o Português Europeu, que acolhe todas as variedades do diassistema através de focos ortoépicas standard ou padrão, sem alterar a estrutura natural da língua e seu génio ou identidade entre outras línguas ou realizações díspares da mesma língua. Todos os autores entendem que a questão da língua Portuguesa da Galiza (MARTINHO)⁸¹ é questão de linguística e não de política pelo que se deve cingir à linguística (AZEVEDO MAIA, MIRA MATEUS, AZEVEDO FERREIRA, FERREIRA, CARRILHO, LOBO, SARAMAGO, DA CRUZ)⁸² e que faz parte do PE, Português Europeu, e do PB, Português do Brasil, nalguns traços arcaicos e outras características, que citamos supra, motivo pelo qual nós, os Galegos, participamos na elaboração dos dois Acordos Ortográficos da Língua Portuguesa de 1986 e 1990, ajudando a elaborar uma Ortografia comum para a nossa língua (FONTENLA)⁸³, tendo presente, como põe em relevo DURÃO⁸⁴, que “a ortografia do Português baseia-se na que evoluiu do seu berço original, conservando a configuração histórico-etimológica do romance ocidental e representa a superação das diferentes variedades da fala num só padrão ortográfico supradialetal, reconciliando a economia gráfica com a fidelidade à etimologia e ao génio histórico da Língua” (in “Prontuário Ortográfico das Irmandades da Fala”, 1984; o porquê da edição deste Prontuário e a Didática, com sistema de acentos, normas gráficas, etc., são de minha autoria, e o Prontuário de Durão; há edição revista de 2000, em disquete).

E Durão ainda esclarece, relativamente à ortografia, “a oficialização da língua nos estados Português, Brasileiro, etc., determinou a fixação de mais de uma norma ortográfica dentro do mesmo padrão linguístico... mas estas divergências normativas menores não impedem a consciência e o reconhecimento expresso de pertença a uma língua comum.”

Mas nós, os Galegos, não pedimos só uma ortografia unificada como também uma ortofonia comum mínima ou ortologia, ortoépia⁸⁵; e uma dicionarística comum, terminologia uniforme, etc., pelo que nasceu o VOCT, Vocabulário Ortográfico Comum e de Terminologia, para toda a Lusofonia, na negociação do primeiro Acordo Ortográfico de 1986, o que se continuou no Acordo de 1990, mas que infelizmente não se implementou ainda por causas políticas, ao travarem o processo Presidentes de Estado, Primeiros-ministros e Ministros, na Cidade da Praia, a 17 de julho de 1998 (!) através de um Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, paralisando assim toda a reforma ortográfica necessária à lusofonia.

Em definitivo, mantemos um discurso de unidade da Língua Portuguesa, como é natural, face à desagregação, com base no Acordo Ortográfico Comum, Ortofonia ou Ortologia comuns, Gramática Comum e Dicionarística e Terminologia Comum, assim como presença ativa nas NTI — Novas Tecnologias da Informação, IU — Indústrias da Língua, SE — Sistemas Educacionais, etc., além do início do andamento do IILP — Instituto Internacional da Língua Portuguesa, com outra sede mais na Europa para receber subsídios e ajudas da UE, assim como no Brasil, além de em Cabo Verde. Queremos um IILP operacional, dando impulso à língua na Europa nascida, e hoje língua dos cinco continentes.

O Português da Galiza faz parte do Português possível (FONTENLA)⁸⁶ do século XXI e do III milénio, não do galego (im)possível (FAGIM)⁸⁷, que está num beco sem saída em todos os aspetos: ortográficos, morfológicos, sintáticos, fonéticos, fonológicos, lexicais, etc., constituindo um portunhol (mistura de Português substrato com espanhol imposto por *ausbau* ou elaboração) que morrerá neste século, através de um processo de substituição linguística e assimilação aculturadora (BREA, BRANCO)⁸⁸.

⁸⁰ FERREIRA, M.B., “Dialetolegia da área galego-portuguesa” in “Atlas da Língua Portuguesa Na História e no Mundo”, INCM, 1992

⁸¹ MARTINHO, J., op. cit.

⁸² op. cit. e CARRILHO, LOBO, SARAMAGO, DA CRUZ “Variação linguística: perspetiva dialetológica” in “Introdução à Linguística...”, op. cit.

⁸³ FONTENLA, J.L., op. cit. nota 19

⁸⁴ PRONTUÁRIO ORTOGRÁFICO DAS IRMANDADES DA FALA, Temas do Ensino, Braga, 1984, “Introdução”

⁸⁵ op. cit. Atas do Congresso *A Lusofonia a Haver*, da SLP — Sociedade da Língua Portuguesa; com diferente título, “Lusofonia/Lusografia face ao III milénio”, publicado pela Universidade Lusófona, op. cit. supra

⁸⁶ Cf. “O Português Possível”, revista IBIS, Viana do Castelo, 2001

⁸⁷ FAGIM, V.R., “O Galego (im)possível” Laivento, Santiago, 2001, que mantém que “a ortografia Portuguesa adapta-se melhor à nossa realidade (da Galiza) do que à do próprio Português Lisboaeta”, pp. 110-111, pelo que não se entende por que escreve o citado autor em portunhol da AGAL, se assim pensa. Sobre variedades do Português cf.: D’Silvas Filho (pseudónimo do membro da SLP Sr. Eng. Mata da Nazaré) “Prontuário Universal de erros corrigidos de Português” com ortografia, sintaxe e fonética, recolhendo as variedades do PE, PB e do novo Acordo Ortográfico; ADRAGAO, ESTRELA GRAÇA MOURA “Novo Acordo Ortográfico, afinal o que vai mudar?” Texto Editora, 1999 e 1995 respetivamente.

⁸⁸ BREA, A. “Sobre a situação de assimilação cultural e linguística na Galiza: achegas para um debate necessário” Temas do Ensino, Ponte Vedra — Braga, 1989; BRANCO, P.P. “O ensino do Português padrão na Galiza numa situação de conflito e substituição linguística”, Atas do III Congresso de Literaturas Lusófonas, Nós, Ponte Vedra — Braga

Nem o portunhol 1 do ILG-RAG, apesar das propostas de reforma do ano de 2001⁸⁹, nem o portunhol 2 da AGAL, malgrado as intenções de o impor em Portugal em revistas, ou na Galiza (AGÁLIA)⁹⁰, poderão resistir sem se integrar no Português de que fazem parte, como queria RODRIGUES LAPA⁹¹, ou propunha COSERIU⁹², ou GREGÓRIO SALVADOR⁹³, nada suspeito neste tema, eliminando toda a ortografia, morfologia, sintaxe, fonética, fonologia, léxico, etc., espanhóis voltando à *fons et origo* da língua comum Galego-Portuguesa em origem e depois Portuguesa, por ação dos Portugueses na descoberta de dois terços da humanidade.

Nas Gramáticas decimónicas Portuguesas, e não só, a língua da Galiza aparece como codialeto do Português, naturalmente; e assim o recolhem diferentes autores da romanística, tão degradante situação sofreu a nossa língua comum, a norte do rio Minho, na Galiza; Krüger, Schneider, Diez, Huber, etc., recolhem este Português arcaico, estagnado, rebaixado a língua de lavradores e marinheiros, e quase nunca usado pela burguesia, e menos pelo poder, que se efetivava em castelhano, língua companheira do império, no dizer de Nebrixa, já em 1492, aquando da sua primeira *Gramatica de la Lengua Castellana*.

Assim, os iluminados Feijoo e Sarmiento esclarecem que a língua Portuguesa nasce da Galega, ou Oliveira Martins ou Leite de Vasconcelos, ou Mattoso Câmara Jr. ou Vasconcelos, sendo que já Nunes de Leão ou o Marquês de Santillana falavam da língua Portuguesa ou Galega; e ainda Teófilo Braga reconhece que Portugal nasce de um retalho da Galiza.

Há toda uma tradição romanística que mantém que a língua é a mesma, se bem que da parte de Portugal, ao não ficar sob as patas do leão de Castela, "*se aventajou por em Portugal haver reis e corte que é a oficina onde os vocábulos se forjam*"⁹⁴. Azevedo Maia⁹⁵ tem analisado o fenómeno linguístico de maneira séria e acaba por reconhecer que o mesmo diassistema sofreu interferências políticas, como Helena Mira Mateus⁹⁶, etc.

Eis o que faz que o portunhol enfrente atualmente o Português e provoque a sua desagregação, o que devemos impedir através de todos os recursos de que dispomos e de quantas políticas da língua sejam precisas.

A nossa língua Portuguesa tem uma unidade estrutural através do tempo, que se realiza em elementos lógico-semânticos do conteúdo e em elementos comunicativo-pragmáticos; uns da imagem cognitiva; os outros da situação comunicativa. Os sememas (significados), fonemas (significantes), lexemas (portadores de significado lexical) e morfemas (portadores de sentido gramatical) constituem essa estrutura e o relacionamento entre estruturas de conteúdo e estruturas de expressão permitem avaliar a unidade estrutural da língua histórica, nos termos de Coseriu; Gärtner⁹⁷ explicita como os verbos em Português são capazes de constituir quatro tipos sintáticos de predicado: verbal, nominal, verbo-nominal e de verbo funcional (p. ex., dar permissão, fazer uma pergunta, pôr em dúvida, ter em conta, etc.), tipo não considerado geralmente nas gramáticas de Português, acrescenta.

Para este autor a relação entre as estruturas de conteúdo e as estruturas de expressão não são idênticas, são assimétricas, cabendo a sinonímia sintática e a homonímia sintática. A estrutura

⁸⁹ As tentativas de reforma ortográfica do portunhol oficial ou portunhol 1 fracassaram com os votos contra da Real Academia Galega, o que levantou importante celeuma entre os defensores do portunhol 1; mais tarde, a UNESCO, a 21 de Fevereiro de 2002, apresenta em Paris a segunda edição do Atlas Mundial das Línguas em Perigo no mundo em que afirma que o "galego", ou portunhol 1, morrerá; o portunhol 2 da AGAL também morrerá, mas o Português não, e o Português da Galiza incorporado através do Acordo Ortográfico de 1986 e 1990 no Português padrão subsistirá como segunda língua românica e terceira europeia de cultura, como o apoio de Portugal, Brasil, PALOP, Timor, etc. O Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa reforça ainda mais o padrão comum, através da transcrição fonética, que abrange todos os dialetos do PE, PALOP, Timor, etc., incluída a Galiza.

⁹⁰ Os *Cadernos Vianenses* têm publicado alguns textos em portunhol 2 da AGAL, e também o jornal *O Transmontano* da autoria de S. Capom; a revista AGALIA continua a manter o portunhol 2 em beco sem saída, enquanto não aceitar o Português padrão, e mantém atitudes anti-portuguesas.

⁹¹ LAPA, M.R. "Estudos galego-portugueses", "Por uma Galiza renovada", Sá da Costa, Lisboa, 1979, mantém que o Português padrão é a saída natural do Português da Galiza, submetido a assimilação cultural há mais de 5 séculos. No mesmo sentido CHAVES DE MELO, G. "A reintegração galego-portuguesa" Carta Mensal, Rio de Janeiro, 1980.

⁹² COSERIU, E., op. cit., propõe que seja a norma da língua histórica o Português padrão, de maneira a manter a unidade estrutural da língua, que foi inicialmente galega e depois portuguesa.

⁹³ SALVADOR, G. "Lengua española y lenguas de España" Barcelona, 1987, afirma que "pelo que respeita ao Galego há que lembrar que não é outra coisa que um dialeto arcaico e mais ou menos castelhanizado do Português"

⁹⁴ NUNES DE LEÃO "Gramática da Lingoagem Portuguesa", 2ª edição

⁹⁵ op. cit.

⁹⁶ op. cit.

⁹⁷ Gärtner, E. "Grammatik der portugeisehen Sprache", Tübingen, Niemeyer, 1998. Cf. *Uma nova Gramática do Português para Alemães*.

semântica do Português mantém-na este autor através de enunciados simples, complexos, e transformações de enunciados simples e complexos, descrevendo as palavras segundo a sua morfologia, incluindo as realizações fonéticas europeia e brasileira. Gärtner trata da ordem dos elementos oracionais da perspetiva funcional, das construções clivadas conforme o predicado, das orações de voz passiva, das interrogativas, das exortativas, das orações de resposta tão típicas dos lusófonos, em que se responde com o verbo; as orações optativas e exclamativas (globais, parciais, etc.), dentro de uma conceção funcional, que nos diz respeito à unidade da língua e sua defesa.

Em todo o caso, a língua é algo histórico, evolui; é companheira do ser humano; e a variação é o modo de ser língua; fala-se, segundo Coseriu⁹⁸, em variação diacrónica ou histórica; e em variação sincrónica, em período de transição entre formas concorrentes; e ainda de variação diatópica ou geolinguística ou dialetal; de variação diastrática ou social; de variação difásica de “registro” ou idioleto; mas há ainda entre linguistas algumas vezes diferenças entre dialetos e variedades, reservando-se as falas como loquetes, quando ocupam apenas uma localidade; mas em todo o caso, conforme há um continuum na língua histórica, há um continuum dialetal, de tal forma que é difícil não encontrar fenómenos similares nas falas no mesmo domínio linguístico, p. ex., do Português possível (FONTENLA)⁹⁹ ou do Português *in toto*, da Galiza, Portugal, Brasil, PALOP, Timor, etc., do que constitui um diassistema ou uma língua histórica no sentido de Coseriu.

Assim alguns autores consideraram que as falas da Galiza ou dialetos Galegos, como os setentrionais, centro-meridionais, insulares, etc., Portugueses e Brasileiros, fazem parte da mesma língua histórica e, portanto, devem assumir o Português padrão para a realização culta, por acolher o padrão todas as formas de realização oral enquanto tal padrão, com o que concordamos.

Os dialetos transmontanos e alto-minhotos, os baixo-minhotos, durienses e beirões, do centro-litoral e do centro-interior, e insulares dos Açores e Madeira têm realizações orais similares, tal como acontece no Brasil, ou na Galiza, de maneira que traços isófonos e issoglóssicos permitem confirmar que a língua é uma e a mesma, em todo o domínio linguístico do Português, da Galiza, Portugal, Brasil, PALOP, Timor, etc. (em *etc.* incluímos zonas transfronteiriças do Português atual, das Astúrias, a parte de Castela-Leão que foi tirada à Galiza em 1833 pelo ministro espanhol Javier de Burgos, da Extremadura, Olivença, etc., que até autores como Gregório Salvador e outros consideram naturalmente fazer parte do Português continental).

Os defensores do portunhol 1 e 2 procuram a desagregação da língua comum, e como no Crátilo de Platão “vão modificando as palavras originais até que nenhum ser humano consiga entender o que a palavra significa”, colonizando espanholamente o povo-povo lusófono da Galiza e esmagando a Pátria Galega, Mater da lusofonia, onde a língua Portuguesa nasceu em território da Galiza Magna (PIEL)¹⁰⁰, que chegava até ao Mondego (LAPA)¹⁰¹.

3. Contra a desagregação da Língua Portuguesa: A/Integracionismo de Rodrigues Lapa e Língua Histórica de Coseriu

É o integracionismo de LAPA¹⁰² em “Estudos Galego-Portugueses: Por uma Galiza Renovada” de 1979 que vai proclamando a necessidade de assumir-se pelos Galegos o Português padrão como língua de cultura e para evitar a dialetalização e castelhanização do Português da Galiza (MARTINHO)¹⁰³; também em dois trabalhos que me enviou e que não puderam ser publicados imediatamente na altura, “A reintegração linguística galego-portuguesa — um drama que afeta a nós todos”¹⁰⁴, já publicado naquele livro e na Nova Renascença, e o que considero inédito, “O problema linguístico da Galiza: sobre cultura e idioma na Galiza”¹⁰⁵, até ser publicado por nós em 1985 (discurso proferido na Exposição do Livro Galego na Universidade de Aveiro a 16 de julho de 1982).

O saudoso amigo Lapa remetia textos que já estavam nos “Estudos” e que optam pela integração da língua da Galiza no sistema Luso-Brasileiro; afirma LAPA¹⁰⁶ que “*em meados do século XIII, já de há muito, estavam politicamente definidos os limites da Galiza e de Portugal; ... para uma justa compreensão do fenómeno trovadoresco teremos de admitir uma perfeita unidade cultural entre as duas regiões...*” acrescentando que “*o povo Galego tem sabido conservar, através de tudo, com uma teimosia*

⁹⁸ op. cit.

⁹⁹ Op. cit. revista IBIS. Viana do Castelo, 2002

¹⁰⁰ PIEL, J. “Estudos de linguística histórica galego-portuguesa” INCM, 1989

¹⁰¹ op. cit.

¹⁰² LAPA, op. cit.

¹⁰³ MARTINHO, op. cit.

¹⁰⁴ LAPA, op. Cit.

¹⁰⁵ LAPA, op. cit.

¹⁰⁶ LAPA, op. cit.

*passiva, que é a nota dominante do seu caráter atual, o indigenato da sua cultura, que, sendo Galega, é também portuguesíssima.*¹⁰⁷

Para afirmar ainda “o único remédio eficaz para a salvação do idioma (da Galiza), gravemente ameaçado, deverá ser uma decisiva aproximação com o Português, que poderá considerar-se a expressão literária do Galego”¹⁰⁸, citando Lopez-Aydillo, Portela Valladares, Correa Calderon ou Herculano, “Virando-nos para o mar, em qualquer ponto que estejamos, o Galego rebenta-nos direita”, o que equivale a dizer que, para o insigne historiador, todo o Portugal é Galego, “muitas vezes sem saber que o é.”¹⁰⁹

Lapa ainda diz: “Esse idioma Galego, que nos parece hoje um pouco diferente do nosso, tem uma história melancólica como a do indivíduo que o fala. Degradou-se por falta de cultivo literário, e conservou-se no seio do povo.”¹¹⁰

E que a “construção da língua literária comum é hoje, mercê de circunstâncias diversas, a tarefa urgentíssima do Galego. Esta koine tem de surgir acima dos particularismos locais e terá de se apoiar, obviamente, não no castelhano, mas sim no Português.”

“Há pois que restaurar o Galego e obrigá-lo a ser o que já foi: um instrumento artístico, que as devastações do tempo, a maldade e a incúria dos homens foram deteriorando e desfigurando, até ficar no estado em que o vemos. Totalmente identificado, nos séculos XII e XIII, com o Português, separou-se deste por razões conhecidas, mas nem por isso deixou de ser radicalmente a mesma língua”... “Nada mais resta senão admitir que, sendo o Português literário atual a forma que teria o Galego se o não tivessem desviado do caminho próprio, este aceite uma língua que lhe é brindada numa salva de prata”... “Daqui a vinte e cinco anos, essa língua renascida para a civilização, incorporada já de plenos direito no idioma de Portugueses e Brasileiros, seria lida por mais de 200 milhões de indivíduos.”

“De qualquer forma, e para conforto dos que o amam, o Galego não morrerá, por uma simples razão: é que ele está bem vivo e razoavelmente puro no Português de hoje”¹¹¹.

Lapa cita ainda Biqueira, Castelão, Tettamancy, e afirma “A língua não é apenas um meio simples, imediato, de comunicação; é também, e talvez acima de tudo, em sua forma literária, uma admirável criação artística, de que nem o homem nem a sociedade, qualquer que seja, poderão jamais prescindir. É este último ponto que hoje está na em causa do problema do Galego: não se trata do idioma vulgar, que continuará a existir, mas da criação ou apropriação de uma forma literária de alto nível que, por sua vez, irá melhorando e salvando a fala corrente. E dizemos apropriação porque o caso do Galego é uma exceção felicíssima: essa língua literária de que ele carece está feita desde há oito séculos e chama-se hoje Português”¹¹².

Lapa ainda dirá “... parece-me que a reforma do Galego deveria começar pela reforma ortográfica e do seu léxico, banindo dele as formas espúrias que o abastardam... são ainda pouco numerosos os estudos de geografia linguística a alto nível e recobrando todo o território Galego; mas o que há feito demonstra até que ponto calamitoso os falares locais estão sendo invadidos e desfigurados pelo castelhano. À mixórdia que daí resulta dá-se o nome de castrapo”... “pois desde uma perspectiva Portuguesa que cumpre encarar a recuperação literária do idioma de além Minho e sua promoção a língua de cultura”¹¹³.

Ainda disse Lapa¹¹⁴: “Um caso muito curioso convém aqui assinalar: quando se faz o cômputo de lusofalantes, nunca se considera para o efeito o nome da Galiza, nossa vizinha. Além de revelar a mais supina ignorância do facto em si, dado que o Galego não é mais do que uma forma arcaizante do Português, ou do Galego-Português, como quisermos, faz ainda com que as contas nos saiam erradas. Com efeito, rouba ao resultado final cerca de 5 milhões indivíduos: os Galegos sediados na Galiza e outros tantos em países de emigração”...

“Aos Galegos temo-los aqui desde há séculos, incorporados na nossa população, nos nossos costumes e língua, que é a mesma” e “o Português literário, sem garantia de propriedade, é privilégio de três países, Galiza, Portugal, Brasil, a que se juntaram agora mais cinco nações africanas emancipadas.”

¹⁰⁷ LAPA, op. Cit.

¹⁰⁸ LAPA, op. Cit.

¹⁰⁹ LAPA, op. Cit.

¹¹⁰ LAPA, op. Cit.

¹¹¹ LAPA, op. Cit.

¹¹² LAPA, op. Cit.

¹¹³ LAPA, op. Cit.

¹¹⁴ LAPA, op. Cit.

Lapa cita Saussure e Bally para diferenciar língua oral de língua escrita, língua falada e língua literária e advoga sempre um padrão português que acolha todos os lusófonos. O contributo de Lapa nos anos 70 teve repercussões positivas e assim foi que uma delegação da Galiza, que me honrei em presidir, esteve presente na negociação dos dois acordos ortográficos de 1986 (ortografia simplificada) e 1990 (ortografia unificada) da Língua Portuguesa, sabendo que o saudoso Prof. R. Lapa concordaria com a nossa posição de defender uma ortografia tão uniforme quanto possível e uma ortofonia comum mínima, além de um VOCT — Vocabulário Ortográfico Comum e de Terminologia — e uma dicionarística comum, de suporte informático, de papel, etc. R. Lapa foi apoiado por Coromines, Martinho, Chaves de Melo, Sílvio Elia, Azevedo Filho, etc., a fim de conseguir a unificação do Português o mais possível, já no século XX.

Infelizmente, ao não existir uma clara política de língua (*language planning*) de toda a lusofonia ainda a Galiza, Portugal, Brasil, PALOP, Timor, etc., têm que sofrer o alto preço de terem duas ortografias para a mesma língua, o PE, Português Europeu e o PB, Português do Brasil, pelo qual ainda há que reagir a fim de termos uma política comum a toda a lusofonia: Galiza, Portugal, Brasil, PALOP, Timor, etc., em termos de ortografia, ortofonia, terminologia, terminótica, indústrias da língua, novas tecnologias, etc. (FONTENLA)¹¹⁵.

Trazemos ainda à ribalta o pensamento de outro grande amigo da Galiza, o Prof. COSERIU, que defendeu o Português como língua histórica e esclareceu a situação atual do Galego, face à desagregação que se quer impor a este Português da Galiza (MARTINHO)¹¹⁶, por razões políticas e de assimilação cultural e substituição linguística (BREA, BRANCO, GIL HERNANDEZ, RABUNHAL CORGO, CRISTÓVÃO)¹¹⁷, através do portunhol 1 do ILG-RAG e do portunhol 2 da AGAL, afetando a estrutura da língua Portuguesa no aspeto ortográfico, ortológico ou ortofónico, gramatical, sintático, fonético, fonológico, lexical, etc., *id. est.*, destruindo a unidade estrutural do Português como língua europeia de cultura de dimensão internacional-intercontinental, língua da Galiza, Portugal, Brasil, PALOP, Timor, etc., e dos organismos internacionais como a UE, OEA, OUA, ICO da ONU, UNESCO, OMS, OIT, AIJ, etc., que a têm como oficial ou de trabalho (SEABRA)¹¹⁸.

Vamos acrescentar, contra a desagregação da língua Portuguesa, a opinião de COSERIU que já em 1987 afirmava¹¹⁹: “O Galego e o Português continuam pertencendo ao mesmo conjunto, ao mesmo continuum linguístico... historicamente, o Português é o Galego da Reconquista e é até hoje, em todas as suas formas, a continuação desse galego. Isto vale também para o Português literário e comum em sua relação com o Galego literário medieval, pois a tradição desse Galego foi adotada e continuada pela língua literária Portuguesa. Trata-se, portanto, do caso, bastante raro na história das línguas, de uma língua que precisamente na forma em que se difunde e se constitui em língua comum e grande língua de cultura, se chama com outro nome: já não Galego, mas Português. É um caso análogo ao do Holandês literário e comum, que, em suas origens, é uma forma de baixo-alemão; só que a base comum do Galego e do Português era um idioma muito mais unitário do que o conjunto de dialetos baixo-alemães e que, devido também a diferenças quantitativas, ninguém considera o baixo-alemão como forma do Holandês.”

Quando nomeado Doutor Honoris Causa pela Universidade de Vigo em 25 de março de 1995 Coseriu afirmou¹²⁰ “que uma língua não se impõe por decreto” referindo-se à imposição por decreto das normas ortográficas e morfológicas do espanhol ao Português da Galiza por Decreto de 17 de novembro de 1982 posto em vigor a 20 de abril de 1983; o ilustre linguista afirmava nessa data do ano de 1995: “*O Galego, depois da Idade Média, deixou de subsistir na Galiza como norma idiomática suprarregional, enquanto o centro da língua literária, a língua comum, se deslocava para o sul, para o condado de Portugal. O problema do Galego na atualidade é o do estabelecimento de uma nova norma por cima da variedade. E, na minha opinião, felizmente dão-se boas condições tanto objetivas como históricas para estabelecer essa norma. Porque se a variedade do Galego é enorme, trata-se de uma variedade superficial. Um galego camponês monolíngue de uma zona entende-se perfeitamente com outro de outra zona, apesar da variedade... além do mais, aqui na Galiza também se dá outro fator que facilita a constituição da norma, como é o facto de que desde o ponto de vista histórico existe já uma forma comum que se estabeleceu a sul, naquilo a que eu chamo a Nova Galiza. Porém, são os Galegos os que devem decidir se lhes é mais útil ou mais prático recorrer a essa forma de Galego a que se chama Português ou Galego da Reconquista, ou criar uma norma sobre a base do Galego atual... a ninguém se pode impor por Decreto uma Língua. A língua é sempre um saber e o verbo saber não se conjuga no imperativo.*”¹²¹

¹¹⁵ FONTENLA, J.L. “Alguns apontamentos sobre terminótica e indústrias da língua”, Nós, Ponte Vedra — Braga, 1998

¹¹⁶ MARTINHO, op. Cit.

¹¹⁷ BREA, BRANCO, GIL HERNANDEZ, RABUNHAL CORGO op. Cit.; CRISTÓVÃO “Medição de variáveis: competência e uso linguístico” Ass. De Amizade Galiza-Portugal, 1994, Corunha, Série Comunicações Suprimidas das Atas do III Congresso Internacional da Língua Portuguesa na Galiza, da AGAL, por estarem escritas em Português.

¹¹⁸ SEABRA, op. Cit.

¹¹⁹ COSERIU, E. “El Gallego en la historia y en la actualidad”, Atas do II Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, AGAL, 1987 pp. 793-800

¹²⁰ Suplemento de La Voz de Galicia, 28 Março 1995, Aula Magna num. 13 “Una Lengua No Se Impone Por Decreto”

¹²¹ *ibid.*

Coseriu sustentava que o Português é Galego, como os iluminados galegos Feijoo e Sarmiento, etc., o Galego da Reconquista, aperfeiçoado e evoluído, por haver reis e corte, como dizia Nunes de Leão, que é a oficina onde os vocábulos se forjam; aspeto sociolinguístico, de poder, que o gramático Português põe em destaque já no seu tempo.

Nas escolas de Romanística sempre se consideraram o Português da Galiza e de Portugal uma mesma língua, com traços isófonos e isoglóssicos comuns, atendendo às diferentes variedades dialetais do PE — Português Europeu.

Ainda se consideram os traços do PB — Português do Brasil — que não são tão diferenciadores e que conformam substancialmente a mesma língua (ELIA, CUNHA)¹²².

Se o integracionismo de Lapa e a língua histórica de Coseriu permitem confirmar a unidade estrutural da língua Portuguesa, ainda outro autor espanhol, GREGORIO SALVADOR¹²³, permite trazer à ribalta uma posição de reafirmação da unidade estrutural da nossa língua. Diz: *“Pelo que respeita ao Galego há que lembrar que não é outra coisa que um dialeto arcaico e mais ou menos castelhanizado do Português e que precisamente a sua normalização atual, como língua oficial decretada pelo Estatuto (de autonomia), enfrenta os chamados isolacionistas, partidários de respeitar nela o seu estado atual, de baseá-la nas suas atuais variedades dialetais, de regaleguizar, ao mais, a partir delas, a castelhanização geral, com os chamados integracionistas, que reivindicam a vinculação Portuguesa e que pensam que o Galego normalizado não pode ser outra coisa do que o Português escrito e que, além do mais, deve identificar-se com essa língua, da que o Galego é simples variedade, o que equivale a converterem-se em utentes da sétima língua do mundo por número de falantes, o que na sua natural situação de bilinguismo com o espanhol outorga aos galegos o privilégio de um universalismo linguístico dificilmente comparável.”*

Em todo o caso, esta identidade linguística entre Português e Galego, indiscutível para qualquer romanista, eximiu-se de conceder-lhes identidade própria nesta análise aos núcleos fronteiriços de fala Portuguesa, que se localizam na província de Salamanca (La Almedilla), na de Cáceres (Valverde del Fresno, Eljas e S. Martin de Trevejo; e mais ao sul, nas margens do Tejo, Cedillo y Herrera de Alcantara) e na de Badajoz (a zona de Olivença).

Vamos ficar por aqui, embora existam mais linguistas e estudiosos que defendem a unidade da língua Portuguesa da Galiza, Portugal, Brasil, PALOP, Timor, etc., e aceitem a doutrina clássica da Romanística de que a língua Portuguesa mantém uma unidade estrutural profunda, malgrado ser falada em alargados espaços nos cinco continentes do planeta, com uma envolvente sólida que a faz a língua mais homogênea das românicas, 2ª a nível mundial e 3ª europeia de cultura.

4. Contra a desagregação da língua Portuguesa: B/ortografia comum, ortofonia, dicionarística, terminologia

Vimos como os falares ou variedades da língua Portuguesa no mundo se integram na língua histórica que nasceu na velha Gallaecia romana que chegava até ao Mondego; e que a ortografia, morfologia, sintaxe, fonética, fonologia, léxico mantinham uma grande unidade, uma enorme homogeneidade, mas que existiam intentos de desagregação da nossa língua através do portunhol 1 do ILG-RAG e do portunhol 2 da AGAL, já num beco sem saída, na era das NTI, IU, terminótica, etc., quando decorre uma luta glotopolítica entre as línguas europeias de cultura e não só, não só na Europa mas também no espaço mundial, por efeito da globalização (FONTENLA)¹²⁴.

Para travar as derivas da língua (drifts) e manter uma política comum de toda a lusofonia em prol da língua Portuguesa devem ter-se em consideração alguns aspetos importantes de planeamento linguístico, que abranja todo o domínio da lusofonia europeia (Galiza-Portugal), americana (Brasil), africana (PALOP), asiática (Timor); temos à partida a ortografia comum fixada nos Acordos Ortográficos de 1986 e 1990, devendo pôr-se em vigor quanto antes este último a bem da língua Portuguesa, pois uniformiza tanto quanto possível a ortografia da nossa língua (FONTENLA)¹²⁵.

Ainda é precisa uma ortofonia, ortologia ou ortoépia comum mínima, ministradas nos SE e nos MCS, etc., de maneira a conseguir a maior unidade fonética e fonológica possível. Ainda bem que o DACL — Dicionário da Academia de Ciências de Lisboa — de 2001 veio cobrir esse vazio para o Português Europeu que seguem a Galiza, Portugal, PALOP, Timor, etc., além de organismos internacionais. Tudo deve fazer-se para ultrapassar o diferendo luso-brasileiro que supõe alto preço para a nossa língua ao

¹²² ELIA, S. “O Brasil e a língua Portuguesa”, Atas do Congresso sobre a situação atual da língua Portuguesa no mundo, ICALP, Lisboa, 1983, pp. 253-263; CUNHA, C., op. Cit.

¹²³ SALVADOR, G., “Lengua Española y lenguas de España”, Barcelona, 1987

¹²⁴ FONTENLA, J.L. “Globalização e língua Portuguesa”, Atas do IV Congresso Língua, Cultura, Literaturas Lusófonas (no prelo)

¹²⁵ FONTENLA, J.L., op. Cit.

manter duas escritas e duas maneiras diferentes de falar o Português, e que devem ser recolhidas adequadamente em dicionários de carácter informático e em suporte de papel.

Por isso a dicionarística é hoje fundamental e com as NTI permitem até considerar a língua Portuguesa como um recurso económico, e preparar programas de terminótica, terminologia, etc., além de introduzir a língua nas IU com força (FONTENLA)¹²⁶. Um Grande Dicionário da Lusofonia é de fácil realização na atualidade com base nos já existentes, o DACL, Aurélio, Houaiss, etc., de maneira a juntar os esforços de todos os países lusófonos nessa matéria.

Ainda a terminologia é importantíssima (FONTENLA, HERCULANO DE CARVALHO)¹²⁷ para fixarem os terminólogos as devidas correspondências, evitando diferenças terminológicas, que atentariam contra a unidade estrutural da língua Portuguesa.

Somos otimistas e achamos que já no séc. XXI e no III milénio, todos os países lusófonos (Galiza, Portugal, Brasil, PALOP, Timor, etc.) e os organismos internacionais que têm a nossa língua como oficial ou de trabalho estão disponíveis para uma política de língua nesse sentido, da mesma maneira que acontece com outras línguas de dimensão internacional-intercontinental como a nossa. Não é coisa de somenos importância, quando a nossa língua serve 4% da população mundial nos 5 continentes e tem à sua frente um futuro esplendoroso.

Da Pátria da Língua fazemos votos para que todas as Pátrias da Língua Portuguesa possam neste século e neste milénio avançar por caminhos de progresso e de humanismo, a partir do uso da 2ª língua românica do mundo, na velha Gallaecia romana nascida. Que assim seja.

Cabedelo, Viana do Castelo, Portugal, 2002

11. FRIAS, MARIA JOSÉ MATOS FRIAS

Maria José Matos Frias, Licenciada em Filologia Românica pela FLUL e Mestre em Ensino da Língua Portuguesa pela FLUP. Dissertação de Mestrado: *Elementos para uma Nova Relação entre os Ensinos da Língua Materna e da Língua Estrangeira*. Publicada com o título *Língua Materna – Língua Estrangeira, uma Relação Multidimensional* (Porto, Porto Editora, 1992). Professora Adjunta da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto. Disciplinas lecionadas na Formação Inicial de Professores: Metodologia do Ensino do Português, Linguística Aplicada ao Ensino do Português, História da Língua, Prática Pedagógica de Português, Gramática da Comunicação, Práticas do Discurso Pedagógico. Experiência significativa na Formação Contínua de Professores: Transversalidade da Língua Materna, Construção de Quadros Metodológicos – Língua Portuguesa, 2º Ciclo, Produção de Texto Escrito, Didática da Ortografia, Desenvolvimento e Interação – Perspetivas Linguísticas, Educação Linguística e Educação Sexual. Participação em Projetos Internacionais, nomeadamente no quadro do Programa Sócrates, Língua. Consultora do Banco Mundial / República de Angola – Estudo «Necessidades de Formação de Professores e Preparação de um Programa de Reorganização dos INE». Participação em diversos eventos científicos de âmbito nacional e internacional, com comunicações em grande parte publicadas, no quadro de duas vias privilegiadas: a relação Língua Materna – Língua Estrangeira, a Educação Linguística / Transversalidade da Língua Materna, numa perspetiva concetual ou objetivadas em diversas formações.

MARIA JOSÉ CERQUEIRA DA COSTA MATOS FRIAS, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

SINOPSE: LÍNGUA PORTUGUESA, MATRIZ DE IDENTIDADE / ALTERIDADE CULTURAL: PARADIGMAS SUBJACENTES AO DISCURSO PEDAGÓGICO OFICIAL

O conceito de Língua Materna como fator de identidade nacional encontra-se consignado na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) português e justificado teoricamente pela função primária modelizante do mundo da língua, tal como a definiu Lotman. A partir desta fundamentação, procedo a uma leitura de Textos Oficiais que recontextualizaram o enunciado da LBSE, no sentido de explicitar os paradigmas subjacentes ao Discurso da Reforma Educativa dos anos 90. Analisarei, a seguir, o Programa de Língua Portuguesa do 2º ciclo do Ensino Básico, com o propósito de verificar como se encontra aí objetivado cada um dos paradigmas. Subsidiariamente, nesta análise, serão consideradas as articulações com os programas do 1º e do 3º ciclos para constatação de continuidades e/ou de rupturas ao longo do Ensino Básico. Numa perspetiva evolutiva, enquadrarei ainda o Programa do ciclo em apreço no conjunto de Programas que se sucederam desde a sua criação como Ciclo Preparatório do Ensino Secundário (CPES), no quadro da Reforma de Veiga Simão em 1968, até à atualidade, selecionando três grandes datas em que houve alterações programáticas de fundo ? 1968, 1975, 1978. Ao proceder a uma análise de conteúdo, a partir da coordenada de leitura que seleccionei, pretendo dar a ver, de forma estruturada, não só o que se encontra de facto expresso nos Programas, mas também a produtividade de conceitos ou de tópicos programáticos que o desenvolvimento curricular pode vir a objetivar, ultrapassando uma leitura muitas vezes parcial e passadista da função da língua materna apenas como expressão da cultura enquanto legado, para incorporar outras dimensões estruturantes da identidade e da alteridade linguística e cultural. Referir-me-ei aqui à escola como lugar de produção/construção cultural e de educação intercultural, que se efetive no desenho e implementação de

¹²⁶ FONTENLA, J.L., op. Cit.

¹²⁷ FONTENLA, J.L., op. Cit., Herculano de Carvalho, op. Cit.

projetos no âmbito dos quais sejam contempladas intenções e ações de abertura a outras culturas, no contexto da comunidade linguística portuguesa, no quadro nacional e internacional.

LÍNGUA PORTUGUESA, MATRIZ DE IDENTIDADE / ALTERIDADE CULTURAL: PARADIGMAS SUBJACENTES AO DISCURSO PEDAGÓGICO OFICIAL

A linguagem verbal, objetivada nas diferentes línguas, constitui um sistema primário modelizante do mundo, ou seja, é através dela que primeiro se organizam as experiências reais e simbólicas dos falantes que nela se exprimem, a sua relação com o mundo, consigo e com o outro; *do real à palavra vai uma distância infinita*, nas palavras de Vergílio Ferreira; deste modo se constrói o mundo, se constroem paradigmas vivenciais e culturais. Se as línguas naturais constituem sistemas primários modelizantes do mundo, construindo os falantes através delas uma visão específica do mundo, as literaturas constituem sistemas modelizantes secundários em que a vivência real e poética interagem, num vaivém por vezes dificilmente separável. Nas palavras de João de Melo, *se a literatura é ponto de encontro e de chegada de alguma coisa é porque faz o acervo de todas as percepções, de tudo o que é consciente e inconsciente, real e irreal*. Por isso Lotman, a propósito da linguagem do texto artístico, afirma o seu papel modelizador dos aspetos mais gerais da imagem do mundo, constituindo-se assim a literatura como um sistema modelizante secundário, porque, se por um lado utiliza os sistemas de signos da linguagem verbal, por outro diferencia-se deles, constituindo-se como uma linguagem particular. «Não é a literatura um largo complexo de discursos que, até pela sua especificidade e sobretudo pela sua exemplaridade, obtém um alcance fundamental na projeção e recriação da 'forma de vida' contida na língua? Não é o discurso literário o lugar privilegiado da revelação das potencialidades da língua?», pergunta-se Joaquim Fonseca (1992: 246).

Da consciência que a língua materna e a literatura se instituem assim como matrizes de identidade nacional decorrem afirmações como a conhecida e frequentemente citada frase, já lapidar, *A minha pátria é a língua portuguesa*, de Fernando Pessoa ou, embora menos divulgada, *A pátria é a língua em que me digo*, de Rui Knofli. No entanto, de entre todas os autores que poderíamos citar, foi talvez Vergílio Ferreira que melhor traduziu esta função quando em 1991 disse em Bruxelas, na Europália: *Uma língua é o lugar de onde se vê o mundo e em que se traçam os limites do nosso pensar e sentir. Da minha língua vê-se o mar. Da minha língua ouve-se o rumor das ondas, como de outras se ouvirá o da floresta ou o silêncio do deserto*. Dele aliás se aproxima Roberto Carneiro no seu último discurso público como Ministro da Educação, ao dizer que a língua portuguesa «cheira a maresia, tinge-se de azul intenso e lega-se-nos salgada» (1992: 18).

O ensino da língua portuguesa configura-se assim como um trabalho no sentido de «desvendar uma herança cultural, (é) caminhar no sentido da identidade dos que a falam», devendo a atitude do professor consistir em «*Salientar a importância e o papel da língua materna para nos reconhecermos como povo que se define pelas suas raízes culturais (Reis e Adragão, 1990: 85)*».

A Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) portuguesa, publicada em 1986, consagra esta função ao relevar – no quadro de três temas que dão um estatuto específico à disciplina de língua portuguesa, relativamente a todas as outras que integram o currículo – o seu papel como matriz de identidade nacional. Aliás os dois outros temas, sua importância e reforço e seu papel trans – e interdisciplinar, decorrem deste e com ele interagem, por que nele encontram a justificação primeira e nele se ancoram. Assim, no artigo 3º, a LBSE considera entre os princípios organizativos do sistema educativo o de *contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da fidelidade à matriz histórica de Portugal* através da consciencialização do património cultural do povo português. Documentos posteriores, como folhetos de divulgação da Reforma Educativa e o Decreto-lei nº 286/89 que promulga a reforma curricular e declara: *valoriza-se o ensino da língua portuguesa como matriz de identidade*, recontextualizam o enunciado da LBSE.

Fazem-no de forma mais desenvolvida, retomando e reposicionando este tema, os Documentos Preparatórios da Comissão de Reforma do Sistema Educativo (CRSE), que preparou a Reforma dos anos 90, e discursos de responsáveis pela política educativa, de entre os quais se deve destacar, pelo grande espaço dedicado a este tema, o último discurso público do Ministro da Educação, Engenheiro Roberto Carneiro, a que já me referi.

Nos Documentos Preparatórios I (1988:176) pode ler-se que a integração na então designada Comunidade Económica Europeia (CEE), entre outros fatores determina que «questões antes apenas referidas como valores a preservar ganham agora maior relevo político-económico e conseqüente acuidade: é o caso da 'identidade nacional' intimamente ligada ao papel da língua, fator de diferenciação no espaço europeu e de união no contexto atlântico, abrangendo o Brasil e os países africanos de língua oficial portuguesa». Segundo a Comissão de Reforma do Sistema Educativo, autora deste Documento, «a educação é o mecanismo privilegiado para a preservação e afirmação da identidade nacional...».

É também aqui que são enunciados os três grandes objetivos gerais da educação básica (1988: 204-205); o primeiro refere-se à dimensão pessoal da formação e desagrega-se em objetivos específicos, sendo o

primeiro deles «promover a existência de situações que favoreçam o conhecimento de si próprio e um relacionamento positivo com os outros no apreço pelos valores da justiça, da verdade, da solidariedade». O 2º objetivo geral, que considera «a dimensão das aquisições básicas e intelectuais fundamentais» como «suporte de um saber estruturado em domínios diversificados», implica um 1º objetivo específico assim enunciado: «Promover: - o conhecimento dos valores caraterísticos da língua, história e cultura portuguesa; - a consciencialização de que a cultura portuguesa é instrumento vivo que se oferece à realização de cada um; - o reconhecimento de que a língua portuguesa é instrumento de transmissão e criação da cultura nacional».

«A língua é um dom gratuito», título com que o discurso do Eng.º Roberto Carneiro foi publicado no *Jornal de Letras* (7.1.92: 18), centra-se sobre o papel da língua portuguesa no mundo e no processo de aproximação dos povos. Saliendo a dimensão da identidade nacional ao considerar a língua como «a síntese histórica do povo que a fala (...) produto de uma cultura, veículo dessa cultura, expressão da alma coletiva e intemporal», ideia retomada várias vezes ao longo do texto, valoriza também o facto de ela ser «reflexo da estrutura e da dinâmica da sociedade que a usa» e de forma muito significativa o ser «o grande mediador entre pessoas, instrumento do diálogo que surge da busca irremediável e misteriosa do outro». A afirmação das línguas nacionais no espaço europeu é assim sublinhada: «perenes na defesa da identidade dos povos que as falam». Para se referir especificamente à identidade dos portugueses, invoca três grandes nomes da literatura portuguesa, «falantes de uma língua que nos une, nos define, nos identifica com Gil Vicente ou Camões ou Pessoa». Roberto Carneiro acentua esta dimensão com metáforas como «a língua é a vertebração da unidade nacional», «a língua está para um povo como o sangue está para um organismo vivo», «tesouro moral da nação», cometendo à língua a função de exprimir «o mistério da dimensão profética do povo».

Já a afirmação da sua presença no mundo, considerados o número de falantes espalhados por vários continentes, assume uma faceta dialógica, na interação com outras línguas e nas influências recíprocas daí decorrentes: «língua sempre jovem e aventureira, encontrou no ardor da mestiçagem a resposta apaixonada à irresistível atração pela humanidade dos trópicos, característica do seu temperamento 'adúltero', periférico e meridional», e leva-o a parafrasear Pessoa para dizer «a língua que se torna pátria espalhada pelo mundo exige o nosso empenho» e defender claramente o plurilinguismo e o multiculturalismo, considerando um enriquecimento a partilha de valores culturais diferentes e a língua «um leme na viagem comum da autenticidade cultural».

Se atentarmos nos paradigmas subjacentes aos textos aqui em análise podemos explicitá-los assim: a língua, fator de identidade nacional enquanto parte e expressão de cultura (1) é um legado, um património a preservar, (2) é abertura a outros povos e culturas (3) é constante construção e criação cultural. Uma leitura de programas relativos a períodos anteriores mostra que estes paradigmas se têm vindo a recontextualizar com continuidades e rupturas em grande parte decorrentes dos períodos sociopolíticos em que se inscrevem.

Para melhor objetivação desta temática aproximo-me agora de um contexto específico, o 2º ciclo do Ensino Básico. A escolha deste ciclo não é aleatória; considerada a extensão deste texto, apenas esse ciclo permite uma visão integral numa perspetiva evolutiva, dado que surgiu apenas em 1968, no quadro da Reforma de Veiga Simão, coincidindo também com o primeiro alargamento da escolaridade obrigatória, após o ensino primário (atual 1º ciclo).

Além disso, manteve uma ambiguidade — último ciclo da escolaridade obrigatória por um lado, mas Ciclo Preparatório do Ensino Secundário (CPES), por outro — até ao momento em que a escolaridade básica passou a ser de nove anos, incluindo assim um 3º ciclo que antes se constituía como o primeiro do ensino secundário; estas características recomendam também a sua análise numa perspetiva sincrónica, para que possam ser examinadas as articulações que estabelece com o ciclo precedente e com o seguinte.

Começando por traçar um breve historial dos programas anteriores, passo em revista rapidamente o primeiro programa de língua portuguesa do CPES, o de 1968 e dois outros em que se verificaram alterações significativas: o de 1975 e o de 1978.

No Capítulo I do programa de 1968, intitulado «Valor e finalidades», a língua pátria é considerada o principal vínculo de cultura, o mais forte elo de convivência social, um dos mais importantes vínculos da unidade nacional; em consequência de este princípio institui-se como um dos objetivos do seu ensino a consciência do valor da pessoa como português. Princípio e objetivo encontram-se depois contemplados na sua articulação com os Princípios fundamentais de atuação didática, sobretudo no respeitante à seleção de textos que devem ser adequados à formação portuguesa; assim, os critérios temáticos presidem à escolha que deve contemplar o solo português, belezas dos sítios, lugares pitorescos, textos sobre aspetos de Portugal, monumentos, empreendimentos e, num espaço mais alargado, o ultramar, as comunidades no estrangeiro, a comunidade luso-brasileira; os excertos a escolher também deverão referir-se à história das regiões e do país, aos heróis nacionais, a exemplos de virtude e de dedicação. A literatura estará presente, considerando textos dos nossos melhores escritores e, também, lendas, contos e poesias do tesouro

popular português. Nesta identificação nacional a língua é concebida como uma, modelar, preconizando-se o combate aos desvios regionais, nos planos fonético e prosódico, para os atenuar, já que se encontram evadidos de defeitos e erros articulatórios e de ritmos e entoações desagradáveis.

O programa de 1975, na introdução geral, assume como função responsabilizar o aluno perante a sociedade e a cultura em que se inscreve, para que ele seja um agente dinâmico de transformações. Este propósito inicial não encontra, no entanto, qualquer eco nas opções ao nível dos conteúdos de natureza linguística ou literária.

Finalmente, o programa de 1978, nos seus objetivos gerais, reconhece a importância da língua como *legado cultural* e, por isso, a exigência da sua *preservação e valorização*. A exemplo do programa anterior, o enunciado dos conteúdos também não explicita qualquer concretização deste objetivo.

O breve historial que tracei permite-nos verificar que o paradigma que valoriza a língua materna como um legado está presente de forma significativa no programa de 1968 e é retomado esquematicamente, mas não desenvolvido no de 1978; obviamente não o encontramos em 75, por se encontrar o país em período de radicalização política, em que se procura um distanciamento relativamente ao passado. É apenas neste programa, aliás, que se encontra presente o conceito de que a identidade nacional passa pela transformação operada pelos cidadãos; este paradigma não ultrapassa porém o estatuto de uma declaração de princípio que não encontra qualquer relação explícita com os conteúdos do programa. A ótica de abertura a outras culturas está apenas contemplada com fragilidade pelo programa de 68 e não é objeto de qualquer referência nos posteriores.

Vemos assim que todos os paradigmas atrás enunciados se encontram presentes em diferentes momentos da história do CPES/EP/2º ciclo. No entanto, apenas o programa de 1968 explicita nos conteúdos as opções neste âmbito, o que nos permite olhá-lo com mais pormenor. Consta-se aqui a presença de conceitos subjacentes que se enquadram numa perspetiva oitocentista de Estado, a que não é alheia a ideologia política vigente assente na trilogia Deus, pátria, família. O Estado é a Nação a que se associa o convencimento de que se possui a essência do passado, de que não há diferenças entre o presente e o passado, de que pertencemos todos a uma grande família e a uma terra; a apropriação afetiva do espaço nacional exige a conquista pessoal do solo, regado pelo suor dos avós humildes ou pelo sangue dos heróis que se encontram perpetuados na língua e na literatura; assim os textos são pretextos para a veiculação dos valores do Estado Novo.

A menção à comunidade luso-brasileira e ao ultramar enquadra-se na mesma perspetiva, a *missão histórica* de Portugal, a que se junta de algum modo uma tendência humanista de aproximação dos povos de inspiração cristã, o que lhe confere, apesar de tudo, e considerado o contexto político, alguma abertura. Esta abertura é fortemente condicionada do ponto de vista linguístico pelo conceito de que a língua é apenas uma, sendo consideradas incorretas as variantes fonéticas, as diferenças na forma como pronunciamos a língua, que, entretanto, a linguística nos ensinou a respeitar «como manifestações genuínas de autenticidades locais, em muitos casos bem mais próximas das origens do que a própria norma», como constata José Vítor Adragão numa coluna do *Público* de 19 de setembro de 1993. No entanto, este programa, que constituiu 'uma lufada de ar fresco', porque fundamenta as suas opções também na Escola Moderna e em pedagogos como Freinet, proporciona um corredor de liberdade que diversos professores com certeza não alienaram e que deu lugar a práticas mais abertas.

A grande alteração política decorrente do 25 de abril de 1974 valoriza ao nível das intenções o papel de criação e construção que a língua pode ter na sociedade dado que o grande enfoque é colocado nos cidadãos como agentes de transformação, mas o enunciado programático não desenvolve minimamente este tema; o mesmo se pode dizer do programa de 1978, por outras razões; dado que entra em rutura com os anteriores coloca a ênfase numa perspetiva cientificizante: a perspetiva cultural, ainda que enunciada, não é objetivada.

É nos atuais programas que vamos encontrar uma presença mais informada da questão da identidade cultural.

Os programas do Ensino Básico, em vigor desde o início dos anos 90, incluem nos seus objetivos gerais os seguintes: Promover o reconhecimento de que a língua portuguesa é um instrumento vivo de transmissão e criação da cultura nacional, de abertura a outras culturas e Fomentar a existência de uma consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspetiva de humanismo universalista. Mais especificamente, os programas de Língua Portuguesa, no início da Introdução, entre as suas opções fundamentais, reconhecem a língua materna como elemento mediador que permite a nossa identificação e, a fechar, asseguram que a perspetiva pedagógica adotada contribuirá para que o aluno na língua em que pensa, fala, lê e escreve construa a sua identidade. Em consonância com estas declarações iniciais enunciam-se duas finalidades que importa destacar: contribuir para a identificação crítica do aluno com a literatura e outras manifestações de cultura nacional e universal e propiciar a valorização da língua portuguesa como património nacional e fator de ligação entre povos distintos.

Nos planos de organização curricular dos diferentes ciclos, cujos conteúdos se encontram organizados em quatro áreas de aprendizagem — comunicação oral, leitura, escrita e funcionamento da língua — análise e reflexão — encontramos a objetivação das finalidades atrás referidas que têm subjacentes os paradigmas de legado e de abertura a outras culturas.

No âmbito da comunicação oral são dois os tópicos que remetem para essas finalidades, a recolha de produções do património literário oral e o confronto de variações linguísticas sociais e regionais como formas padronizadas da língua.

No primeiro caso, uma diversidade textual de géneros da literatura oral é elencada e preconizada ao longo dos três ciclos; neste elenco incluem-se textos do património oral infantil (trava-línguas, lengalengas, rimas) no 1º e 2º ciclos, mas também adivinhas, cantares, contos, excertos do romanceiro, lendas, provérbios e quadras populares, figurando os de maior extensão ou dificuldade de descodificação (caso dos provérbios, por exemplo) apenas a partir do 2º ciclo.

Quanto ao estudo da variação linguística, só recentemente introduzido no currículo nacional para o primeiro ciclo, não se encontra no Programa desse ciclo, mas apenas nos do 2º e 3º ciclos; na relação normativa que o programa estabelece com os seus utilizadores, apenas se prescreve como processo de operacionalização *refletir oportunamente sobre variações ou inadequações linguísticas de ocorrência frequente*, o que limita a entrada inicial a uma perspetiva mais normativa que descritiva, em que não são claramente contempladas as variantes como objeto de estudo.

No domínio da leitura, o programa do 1º ciclo, completamente omissos neste âmbito, não faz qualquer referência à literatura nacional ou à de outros países de língua oficial portuguesa. Neste campo, os programas do 2º e 3º ciclos propõem uma lista de obras de leitura orientada que contempla a literatura portuguesa ou em língua portuguesa e traduções de clássicos de outras literaturas, abrindo no entanto a hipótese de serem selecionadas uma ou duas narrativas que não constem da lista proposta.

No 2º ciclo a literatura portuguesa é representada por autores modernos e contemporâneos, o mesmo acontecendo nos 7º e 8º anos do ciclo seguinte — embora aqui surjam progressivamente autores do século XIX. Já a perspetiva do 9º ano entra de algum modo em rutura com a anterior, visto que, sem qualquer critério explícito, a par de autores dos séculos XIX e XX, inclui uma peça de Gil Vicente e *Os Lusíadas*, de que deve ser feita uma leitura selecionada (próxima, aliás, do programa do antigo 5º ano do liceu), bem como a *Mensagem* de Fernando Pessoa.

No que respeita às literaturas de outros países que se exprimem em língua portuguesa, a lista contempla a leitura de um conto africano e de poemas de Cecília Meireles da obra *Ou Isto ou Aquilo* no 2º ciclo; ao longo do 3º ciclo prevê-se a leitura de *O Gato Malhado e a Andorinha Sinhá — Uma História de Amor*, no 8º ano, poemas selecionados de Cecília Meireles e Manuel Bandeira no 7º ano e de Carlos Drummond de Andrade no 8º.

Encontra-se assim recontextualizado o paradigma do legado do 1º ao 3º ciclo, não negligenciando uma inscrição no passado, através da presença do património oral e de textos dos grandes autores. Esta perspetiva, bastante acentuada, e verificável noutros contextos, parece decorrer em parte no contexto internacional de um receio da condição moderna, o de que acabem as coisas com sabor, o património e, no contexto nacional, a integração europeia e o receio de diluição na Europa; um certo conservadorismo e passadismo pode também estar acentuado por nos encontrarmos num período de normalização política.

O paradigma que encara a língua como parte de cultura em constante criação e construção não se encontra devidamente objetivado; no entanto, o facto da organização dos conteúdos se centrar na compreensão e expressão oral e escrita mais do que na transmissão de saberes, numa perspetiva mais produtiva do que analítica, e a recém-criada área de projeto podem contribuir para que a escola se assuma como lugar de produção cultural e de educação intercultural que se efetive no desenho e implementação dos projetos curriculares de escola e de turma.

A perspetiva da abertura pode constituir-se como muito produtiva se for explorada a vertente da variação sincrónica no quadro da comunidade linguística portuguesa, considerada a língua na sua unidade, mas também na sua diversidade, decorrendo esta dos diferentes espaços em que é falada e dos contactos que aí estabelece com outras línguas — a *gramática suja* a que se refere uma personagem de Mia Couto em *A Varanda do Frangipani*: «Desculpe-me este meu português, já nem sei que língua falo, tenho a gramática toda suja, da cor desta terra» (1996: 48). É este *roçar a língua de Camões*, como canta Caetano Veloso, que enriquece e fortalece a língua.

Um processo de operacionalização preconizado no domínio da Escrita, *escrever cartas e outros textos motivados por projetos de correspondência escolar*, pode vir a constituir uma via fecunda na comunicação entre

crianças e adolescentes dos diversos países lusófonos, na perspetiva de uma educação interlinguística e intercultural. A palavra circulará, manifestando a força de uma materialidade nova que a fará emergir com vida própria e dando largas ao seu poder evocador de outros espaços, outras vivências.

Dado que na literatura se encontra a função expressiva da língua no seu mais elevado grau e que aí também são explorados os limites da linguagem, o atual programa de língua portuguesa permite dar os primeiros passos para o progressivo alargamento a outras literaturas em língua portuguesa que não a nacional.

No entanto, o currículo e o desenvolvimento curricular precisam de fundamentar-se em investigação rigorosa; como defende Óscar Lopes em intervenção na mesa redonda *Existe uma Cultura Portuguesa?* «um dos mais urgentes campos de trabalho quanto à cultura portuguesa tem a ver com o mundo linguístico» (Silva, 1993: 43-45). Neste sentido sugere duas direções de trabalho cujas implicações no ensino da língua seriam muito produtivas. Propõe que seja feito um esforço conjunto de Portugal com os países lusófonos que têm problemas muito semelhantes, no sentido de dotar o exercício pedagógico de uma nomenclatura que unifique o trabalho neste âmbito; de facto, um tal trabalho, que só agora se está a desenvolver em Portugal, impediria os «simplismos idólatras» perante novos quadros teóricos que se têm aplicado de forma apressada e desarticulada ao ensino da língua e dos textos e da(s) sua(s) gramática(s) explícita(s).

Um outro aspeto a aprofundar diz respeito ao trabalho de descrição sobre as variantes, já que «o Português, como todas as línguas, é um conjunto extremamente hábil de variantes ou registos sociais, regionais ou outros e ainda por cima este diassistema (...) tem variantes brasileiras e está a adquirir nítidos contornos diferenciais nos países luso-africanos». Considerada a investigação recente neste campo, a meu ver, é fundamental selecionar os elementos a carrear para os programas do ensino básico, enriquecendo a perspetivação do ensino da variação durante a escolaridade obrigatória; começando por um confronto ao nível lexical e fonético a alargar depois ao estudo da sintaxe, este trabalho contribuirá para que se aprofunde a competência metalinguística de professores e alunos numa perspetiva interlinguística.

Como já defendi relativamente a um contexto mais amplo (Frias, 1992: 141-142), o estudo da língua «de um modo linguisticamente preciso e culturalmente revelador, sobretudo através das áreas da linguagem que refletem mais provavelmente a cultura viva» constituirá uma perspetiva fecunda no sentido de se «desenvolver uma compreensão das semelhanças e das diferenças que nos aproximam ou afastam dos falantes» de outros países lusófonos.

Também no estudo do texto literário poderá com vantagem ser enriquecida a lista de obras de leitura orientada, não só em termos quantitativos, mas também na proposta de um elenco que se articule de forma coerente e continuada do 1º ao 9º anos, proporcionado aos alunos uma experiência estética que contribua para a sua descentração pelo contacto com literaturas que manifestam diferentes níveis concetuais e de expressão em que se inscrevem outros lugares.

Nas palavras de Fernando Guimarães, na mesa redonda já mencionada (Silva, 1993: 101-102), «uma linguagem pode criar um espaço simbólico tal que pode produzir uma cultura ou o próprio sujeito dessa cultura. No caso da poesia portuguesa, nós beneficiamos de uma linguagem que se foi constituindo ao longo do tempo, emergindo de uma comunidade linguística que permite todo um espaço de comunicação, o qual se abre para um diálogo efetivo com as literaturas dos outros países».

A construção de um novo paradigma que integre de forma interativa e dinâmica os anteriores passa pela coragem de enfrentar desaparecimentos e trabalhar de novo a ideia de identidade nacional/cultural, afirmando a identidade/alteridade linguística que já existe, através do estudo e da produção de uma ampla e diversificada expressão cultural já que, nas palavras de Mia Couto poeta, precisamente nos dois primeiros versos de um poema intitulado *Identidade* (1999: 13):

Preciso ser um outro
para ser eu mesmo

BIBLIOGRAFIA

- Carneiro, Roberto (1992) «A língua é um dom gratuito» in *Jornal de Letras* 7.1.92, 18.
Couto, Mia (1999) *Raiz de Orvalho e Outros Poemas*, Lisboa: Caminho
Couto, Mia (1996) *A Varanda do Frangipani*, Lisboa: Caminho
CRSE (1988) *Documentos Preparatórios I*, Lisboa: Ministério da Educação
Fonseca, Joaquim (1992) *Linguística e Texto/Discursos*, Lisboa: ICALP
Frias, Maria José (1992) *Língua Materna — Língua Estrangeira, Uma Relação Multidimensional*, Porto: Porto Editora
Lotman, Iouri (1973) *La Structure du Texte Artistique*, Paris: Gallimard
Reis, Carlos e Adragão J. V. (1990) *Didática do Português*, Lisboa: Universidade Aberta
Silva, A. S. e outro (orgs.) (1993) *Existe uma Cultura Portuguesa?* Porto: Afrontamento
-

12. MACHADO, CARLOS

Carlos Machado é licenciado em Ensino de Português/Francês e mestre em Teoria da Literatura e Literatura Portuguesa pela Universidade do Minho. O docente lecionou na Escola Secundária de Caldas de Vizela e na Escola Secundária da Veiga, em Guimarães, entre outras. Aí exerceu os cargos de orientador de estágios pedagógicos, delegado de grupo disciplinar, coordenador pedagógico do ensino recorrente noturno e presidente da Assembleia de Escola. Para além disso, é formador do Centro de Formação (de Professores) Francisco de Holanda. Foi também assistente convidado do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, lecionando a disciplina de *Literatura Portuguesa I* e docente da Escola Superior Artística do Porto, extensão de Guimarães, onde lecionou a disciplina de *Teoria da Comunicação*. Os seus centros de interesse incidem sobre as produções artísticas e literárias modernas e contemporâneas, com especial destaque para as concretizadas em território nacional, procurando, contudo, a sua articulação com uma cultura mundial, cada vez mais globalizada. Assim, é frequente o recurso a áreas do conhecimento usualmente afastadas do discurso artístico e literário, como são as áreas das ciências humanas, sociais, económicas e políticas, para a construção de análises da produção cultural. Neste momento, encontra-se em situação de equiparado a bolseiro para realização do curso de doutoramento em Tradução, na Universidade de Vigo.

CARLOS MACHADO, ESAP, GUIMARÃES

SINOPSE: FORMAÇÃO DE REPERTÓRIOS DE TRADUÇÃO: A FIGURA DO TRADUTOR-POETA E A MANIPULAÇÃO DO CÂNONE LITERÁRIO,

Na comunicação a apresentar, pretende-se perspetivar o processo de tradução no quadro mais amplo das modalidades de re-escrita. Nessa medida, defender-se-á, na linha postulada por André Lefevere e Susan Bassnet, que nenhuma tradução é inocente, camuflando sempre modificações relativamente ao texto de partida. Estas alterações dirão respeito quer a fatores linguísticos (inscritos no próprio corpo do texto), quer a fatores extralinguísticos (contextuais ou civilizacionais e outros). No tocante à tarefa de tradução de textos literários (e sobretudo poéticos), o que se pretenderá defender é que, quando os tradutores são simultaneamente poetas envolvidos no «campo literário» (tal como é concebido por Pierre Bourdieu) de chegada, para além de a circulação de textos traduzidos acarretar transformações substanciais aos códigos literários hegemónicos (da ordem das postuladas por Itamar Even-Zohar), esses mesmos textos poderão estar ao serviço da legitimação das poéticas individuais dos sujeitos tradutores. Assim sendo, a tradução – e o estabelecimento de laços de influência intercultural e intertextual que este exercício promove – contribuirá para a manipulação do cânone literário vigente, pelo favorecer de processos de influência intersistémica, neste caso, alicerçadas nos cânones pessoais definidos pelos tradutores-poetas. Esta ideia será exemplificada com a obra traduzida de alguns poetas nacionais e brasileiros, tais como Mário Cesariny, Gabriela Llansol e os irmãos Augusto e Haroldo de Campos.

FORMAÇÃO DE REPERTÓRIOS DE TRADUÇÃO: A FIGURA DO TRADUTOR-POETA E A MANIPULAÇÃO DO CÂNONE LITERÁRIO.

1. A TRADUÇÃO COMO RE-ESCRITA E MANIPULAÇÃO

Não se podendo ainda falar de um “campo literário planetário unificado” (Santerres-Sarkany, 1990: 69-72), dadas as diferenças culturais entre os vários povos que ainda se fazem sentir nestas eras de globalização, deve reconhecer-se, contudo, que as condições de implementação deste processo estão constituídas, tornando-se “extensivo a todo o planeta, onde a multiplicação das trocas multilaterais e a rapidez das comunicações tendem a inverter as relações culturais” (*id.*, *op. cit.*: 70). Para este estado de coisas, assume uma importância fundamental e inultrapassável a circulação de textos por várias nações, culturas e povos, como resultado de um constante labor de tradução. Este trabalho é, portanto, reconfigurado contemporaneamente, entendendo-se de forma legítima que “translation”, then, is one of the many forms in which works of literature are “rewritten”, one of many “rewritings”. In our day and age, these “rewritings are at least as influential in ensuring the survival of a work of literature as the originals, the “writings” themselves” (Lefevere e Bassnet, 1990: 10).

A consideração, hoje, da história das literaturas nacionais, no estreito âmbito das suas fronteiras geográficas, tornou-se um processo anacrónico, desajustado e incorreto. Como diria Édouard Glissant, “nous n’écrivons plus aujourd’hui de manière monolingue, mais au contraire en présence de toutes les langues du monde” (Glissant, 1995: 25). A ideia monádica de histórias literárias encerradas sobre si mesmas perde, portanto, sentido face à constante interação estabelecida entre obras, autores, cânones e modelos literários num mundo em que o desenvolvimento dos meios de comunicação nos faz crer vivermos numa aldeia à escala global, em que os produtos culturais veem as suas diferenças esbatidas. Este esbatimento resulta da mútua influência e constante interpenetração dos sistemas e subsistemas culturais. No que diz respeito ao âmbito estrito da literatura, conclui-se que “las reescrituras, sobre todo las traducciones, influyen profundamente en la interpenetración de los sistemas literarios, no sólo al proyectar la imagen de un escritor o de una obra en otra literatura, o al no hacerlo [...], sino también introduciendo nuevos recursos en el inventario de una poética y preparando el terreno para los cambios en su componente funcional” (Lefevere, 1997: 55).

As traduções (e a ausência de traduções também) contribuem para a mudança do sistema literário, permitindo o seu rejuvenescimento (ou a sua estabilidade). Com efeito, “pode dizer-se que o objetivo das traduções não é tanto a reprodução de uma obra em língua estrangeira como a transformação e apropriação através da língua literária recetora” (Krauss, 1989: 139). Assim sendo, verifica-se que “*any adequately translated literary text becomes a material fact not only in the target language, but in the target literature as well: it exists in both. The fact of its existence and acceptability in the target language, however, does not necessarily imply that it is, or will be, immediately accepted in the target literature and culture. This is a different matter altogether*” (Zlateva, 1990: 29; itálicos do autor).

A tradução de uma obra estrangeira num determinado contexto nacional pode, portanto, proceder a uma renovação do cânone estabelecido e da poética dominante, pois, “si algunas reescrituras se inspiran en motivos ideológicos o se producen bajo coacciones ideológicas (dependiendo si los reescritores están o no de acuerdo con la ideología dominante de su tiempo), otras se inspiran en motivaciones poetológicas o se producen bajo presiones de índole poetológica” (Lefevere, 1997: 20). Quando tal sucede, é legítimo afirmar-se que “la reescritura manipula, y lo hace de un modo eficaz” (Lefevere, 1997: 22), na medida em que é observável o processo revolucionário e subversivo que se empreende. Considerando que “tanto si escriben traducciones, historias literarias o versiones reducidas de éstas, obras de consulta, antologías, críticas o ediciones, los reescritores adaptan, manipulan, en cierta medida, los originales con los que trabajan, para hacer que se ajusten a la o las corrientes ideológicas y poetológicas de su época” (Lefevere, 1997: 21), a realização e a divulgação de traduções nunca são processos neutros, isentos de consequências de foro ideológico, político ou literário. Nessa medida, deve considerar-se que “translation, like all (re)writings is never innocent” (Lefevere e Bassnett, 1990: 11).

Nessa medida, quer a ideologia e a intenção do tradutor, quer a poética dominante num determinado período são extremamente importantes na hora de se avaliar a recepção de uma obra, o seu relativo sucesso ou o seu inegável fracasso. A obra traduzida entra num diálogo com o seu contexto de origem, procurando o estabelecimento de um lugar próprio, que tanto poderá ser hegemónico, como marginal ou secundário. Nessa medida, a obra traduzida é recebida como uma outra obra qualquer dentro do *campo literário* (Bourdieu, 1989), cingindo-se às normas, constrangimentos, condicionalismos e opções impostos pela estrutura desse mesmo campo. Daí não ser de admirar que um paralelismo pode ser estabelecido entre a figura de um tradutor e a de um escritor, pois, “obviamente, lo que se ha dicho de los reescritores se aplica también a los escritores. Ambos pueden decidir adaptarse al sistema, quedarse dentro de los parámetros trazados por sus limitaciones – y mucho de lo que se percibe como gran literatura he precisamente eso – o pueden preferir aponerse al sistema, intentar operar fuera de sus límites; por ejemplo, leyendo obras literarias en modos que atentan contra lo establecido o que no son los modos considerados aceptables en un momento concreto en un cierto lugar, o reescribiendo obras de la literatura de tal forma que no se ajusten a la poética o la ideología dominantes en un determinado tiempo y lugar” (Lefevere, 1997: 27-28). A re-escrita de obras, resultante de leituras diferentes das que tradicionalmente se efectuavam, pode, portanto, ser um factor de renovação do cânone.

2. A renovação do cânone, pela redefinição de hierarquias.

Antes de procurar dilucidar os mecanismos intervenientes na renovação do cânone literário, convirá definir este mesmo conceito. Com efeito, tal termo presta-se a confusões e a equívocos, não tendo cortado ainda muitas vezes as suas ligações umbilicais com o domínio do sagrado. A primeira ressalva a fazer é a de que “ao pensarmos na canonicidade ao nível da história das artes e da literatura, temos imediatamente de reflectir que os nossos cânones nunca foram impermeáveis; que os defendemos sempre com um carácter muito mais provisório do que se fosse uma Igreja a fazê-lo; que temos, por conseguinte, a vantagem de sermos capazes de preservar a modernidade das nossas opções sem perdermos o direito de contribuir para elas e até de excluir delas os outros, não por meio de processos administrativos complicados, mas apenas continuando a dialogar” (Kermode, 1991: 80). Este diálogo, no caso de Frank Kermode (em oposição a Harold Bloom), é o diálogo crítico, que incide sobre a interpretação dos textos, sempre em contínua reelaboração e revisão, o que permite o constante questionamento da posição relativa de cada autor e de cada obra no interior do cânone. Já Harold Bloom considera, por seu lado, que “los grandes críticos, especie rara, no amplían, modifican o revisan los cánones, aunque ciertamente intentan hacerlo. Pero, lo sepan o no, lo único que hacen es ratificar el verdadero trabajo de canonización, y quien lo lleva a cabo es el perpetuo ágon entre el pasado y el presente” (Bloom, 1995: 528). A crítica e o diálogo com o passado, na sua perspectiva, inscreve-se no acto de criação textual. Em todo o caso, apesar desta aparente oposição, ambos convergem na definição daquilo que é um texto canónico: aquele que exige releitura e esforço crítico. Por outras palavras, desta feita de Frank Kermode, os textos canónicos são aqueles “que partilham com os textos sagrados pelo menos esta qualidade: que, apesar de uma determinada época ou uma determinada comunidade poderem definir um modo específico de atenção ou uma área de interesse lícita, haverá sempre algo mais e algo de diferente a dizer” (Kermode, 1991: 66).

Esta atenção prestada à releitura do texto, que o mesmo – sendo canónico – força, é prova da importância do crítico na (re)valorização das obras e na garantia da sua perpétua modernidade. Assim,

“visto não possuímos experiência de um texto venerável que garanta a sua própria perpetuidade, podemos afirmar racionalmente que o meio em que sobrevive é o comentário. Todo o comentário sobre estes textos varia de uma geração para a seguinte porque dá resposta a necessidades diferentes; é primordial a necessidade de continuar a falar, é igualmente urgente a necessidade de o fazer de modo diferente, e não um dever que se desenvolveu numa determinada profissão, uma profissão que, pelo menos até há bem pouco tempo, tem tendência para julgar as acções dos seus membros pela sua capacidade de afirmar algo de novo a respeito dos textos canónicos, sem os desfigurar” (Kermode, 1991: 44-45).

Portanto, como se vê, quando se fala do papel e da importância do crítico literário, não nos referimos unicamente aos críticos profissionais que Kermode indirectamente critica. Com efeito, estes aparentemente têm por função garantir a preservação do estado de coisas, isto é, no que à literatura se refere, a manutenção do cânone (mudando um pouco as coisas, para que tudo fique na mesma). O comentário de texto produzido pelo tradutor (quer no corpo da obra traduzida, quer nas notas de tradução ou nas interpretações facultadas pelos preâmbulos e prefácios) é também uma maneira de descrever novas formas de atenção concedidas aos textos, com consequências canónicas inequívocas.

A definição de cânone que empregamos é, portanto, aquela que corresponde à de “una palabra religiosa en su origen, [que] se ha convertido en una elección entre textos que compiten para sobrevivir, ya se interprete esa elección como realizada por grupos sociales dominantes, instituciones educativas, tradiciones críticas” (Bloom, 1995: 30). **Nessa medida, “el canon, una vez lo consideremos como la relación de un lector y escritor individual con lo que se ha conservado de entre todo lo que se ha escrito, y nos olvidemos de él como lista de libros exigidos para un estudio determinado, será idéntico a un Arte de la Memoria literario, sin nada que ver con un sentido religioso del canon” (Bloom, 1995: 27). A inserção de uma obra no cânone corresponde, então, à garantia da sua sobrevivência e à preservação da sua importância. Assim, “estar dentro do cânone é estar protegido do desgaste normal, ser merecedor de um número infinitamente grande de possíveis relações internas e segredos, ser tratado como um heterocosmos, uma Tora em miniatura. É adquirir propriedades mágicas e ocultas que são de facto muito antigas” (Kermode, 1991: 89). Esta garantia de qualidade literária (e/ou de validade estética ou social, dependendo dos valores considerados pelo juízo crítico da entidade reguladora das admissões ou expulsões do cânone de autores ou obras a destacar) desempenha uma função primordial: “recordar y ordenar las lecturas de toda una vida” (Bloom, 1995: 49). O princípio de funcionamento do cânone é, então, indubitavelmente, o princípio de hierarquização, na medida em que se procura a definição de posições relativas de todos os elementos integrados, desde o seu centro, até às margens de exclusão. Qualquer tentativa de manipulação do cânone literário corresponde, nessa medida, a um esforço de redefinição do que é o literário e a uma revolução crítica de formas e de pressupostos estéticos, que, nalguns casos, vêm pôr em causa toda a homeostase do sistema literário. Como se referiu, tudo isso se desenvolve com os esforços conjugados de críticos e demais agentes literários envolvidos, desde os escritores aos editores. O ponto fulcral da transformação canónica reside na mudança de pontos de vista hermenêuticos ou na transformação das “formas de atenção” (Kermode, 1991) dos objectos literários.**

3. A re-leitura das obras: os limites da interpretação.

Como referimos anteriormente, o cânone, não sendo impermeável nem estático, permite a sua renovação constante, pela integração de novos elementos e pela expulsão de outros, muitas vezes com posições longa e duradouramente consolidadas. Tal sucede fruto da nova atenção concedida a aspectos considerados, até ali, pouco importantes ou mesmo insignificantes, que vão revalorizar obras até então julgadas menores. O fulcro da questão reside, portanto, nos mecanismos hermenêuticos accionados e nos limites a impor ao trabalho da interpretação.

A curiosidade da situação reside no facto de que, sendo a obra imutável ao longo dos tempos, a nova incidência interpretativa vem renovar também a sua significação e importância. Isto ocorre porque “na arte, *verum ipsum factum*: não só o objecto está materialmente presente na sua materialidade ainda assemiótica, como diz justamente Nanni, antes que o nosso olhar o faça falar, mas também estão presentes, embora a um nível de materialidade diferente (o terceiro mundo das bibliotecas de que fala Popper, ou seja, a cadeia dos interpretantes e a enciclopédia), as convenções culturais à luz das quais se faz falar o objecto” (Eco, 1992: 155). Na medida em que as convenções culturais, que regem o comportamento (social, ético e valorativo) dos sujeitos individuais, se modificam, também a sua mundividência, o seu quadro de valores e o seu conjunto de conhecimentos prévios (a que Umberto Eco dá o nome sugestivo de *enciclopédia*) sofrerão alterações. O objecto artístico passará a ganhar, em resultado da cooperação interpretativa do leitor (Eco, 1993), retomando a metáfora empregada por Eco, uma nova voz e falará de forma diferente.

A nova voz resulta do facto de a obra literária não ser depositária de um significado imutável, eterno, mas estar sujeito à pluralidade das interpretações, que são, no entender de Eco e de Kermode, do

domínio da opinião. Com efeito, “se o fenómeno da pluralidade das interpretações é um facto, o conteúdo de uma, duas ou mais interpretações não é um facto: é uma opinião, um comportamento proposicional, uma crença, uma esperança, um auspício, um desejo. E os conteúdos dos comportamentos proposicionais referidos a um objecto (o objecto artístico) devem ser discutidos precisamente a partir de uma conjectura acerca da natureza desse objecto. Não falsificam mais a conjectura do que a conjectura os falsifica a eles mesmos, porque se trata não de um conflito entre uma conjectura e um facto, mas sim entre duas conjecturas” (Eco, 1992: 148). Apesar de parecer navegarmos nas águas pantanosas de um relativismo gnosológico absoluto, não devemos esquecer, contudo, que “face a esta riqueza de aspectos implícitos, de promessas argumentativas, de pressupostos remotos, o trabalho de interpretação impõe a escolha de limites, a delimitação de orientações interpretativas e, portanto, a projecção de universos do discurso” (Eco, 1993: 50). Assim se evitarão posições nihilistas e se balizarão limites para a interpretação. Por outras palavras, “se a cadeia das interpretações pode ser infinita como nos mostrou Peirce, o universo do discurso intervém para limitar o formato da enciclopédia. E um texto não é mais do que a estratégia que constitui o universo das suas interpretações – se não «legítimas», pelo menos legitimáveis. Qualquer outra decisão de usar livremente um texto corresponde à decisão de alargar o universo do discurso” (Eco, 1993: 63)

A consequência mais visível deste tipo de pressuposto hermenêutico é a conclusão de que “o que devemos ter presente como condição desta liberdade de interpretação é que não desfrutamos de uma posição privilegiada, que avançamos as nossas interpretações sem qualquer certeza de estarmos a ver de modo definitivo as questões nas suas proporções e relações adequadas” (Kermode, 1991: 80). Esta ideia, em vez de ser encarada negativamente como a impossibilidade saudosa de definição de ontologias fortes (que tanta atenção tem merecido de um filósofo com Gianni Vattimo), deve ser perspectivada, à maneira desconstrucionista, como revalorização do papel da hermenêutica e do hermeneuta na sua acção de apreensão e compreensão do mundo e dos seus objectos (dentro dos quais se incluem os estéticos). No caso do texto literário, isto conduz a concluir que o crítico se reveste de uma importância acrescida e, nessa medida, leva a pensar que, “a respeito da acção da [sua] opinião sobre os destinos dos artistas e das obras de arte, pode dizer-se que tem tanto de conservação como de destruição” (Kermode, 1991: 72).

A revalorização do papel do crítico (estatuto do qual o tradutor também participa) na redefinição dos limites do cânone pode conduzir à afirmação de que, “por detrás de Goethe e de Frederick Schlegel e Coleridge, podemos distinguir o vulto das meditações filosóficas próprias deles próprios e da sua época, em vez das de Shakespeare e da sua época e o facto de ser possível fazê-lo, constituiu a marca de um grande crítico. Um tal crítico alterará pela força a corrente do comentário tradicional, e essa força é o produto de uma mente em si alienada do lugar comum por operações a uma escala mais vasta do que a crítica normal pode ou precisa de tentar. O efeito de semelhante trabalho é sempre dar um aspecto diferente à obra sujeita a apreciação, alterar o seu equilíbrio interno, tratar do que foi considerado marginal como se devesse ser aproximado do centro, mesmo que tenha por implicação perder o que até ali se manifestou manifestamente central” (Kermode, 1991: 44).

Esta revalorização do papel do crítico não pode, no entanto, servir de alibi para a tentativa (que Harold Bloom tanto condena, sobretudo naqueles elementos que ele integra na por si denominada Escola do Ressentimento) de secundarização das qualidades intrínsecas do texto canónico (ou a canonizar), visto que um equilíbrio entre os dois pólos – o texto e o seu leitor – é o mais desejável. A obra canónica, como se salientou, é aquela que possibilita o exercício da releitura e que, pela sua riqueza semântica, permite a pluralidade legitimada e consistente de interpretações. Nessa medida, “o processo de selecção do cânone pode ser muito longo mas, uma vez concluído, as obras nele incluídas serão normalmente dotadas dos tipos de leitura que necessitam se pretendem manter a sua proximidade de qualquer momento; ou seja, manter a sua modernidade” (Kermode, 1991: 76). Conclui-se, “em suma, [que] a única regra comum a todos os jogos de interpretação, a única semelhança familiar entre eles, é que a obra canónica, discutida até à exaustão, deve ser assumida como de valor permanente e, o que vem a dar no mesmo, modernidade eterna” (Kermode, 1991: 67).

Esta modernidade eterna resulta da flexibilidade do texto e da sua capacidade de adaptação a pressupostos de análise e de leitura diferentes, bem como a sua capacidade de adequação a leitores integrados em universos de discurso distintos. Na medida em que, quando isto sucede, as opiniões e conjecturas interpretativas, para além de díspares, são inclusivamente antagónicas, pode ficar-se com a impressão de que, quando tal conjunto de leituras está ao serviço da legitimação da obra de um autor ou conjunto de autores, tais exercícios hermenêuticos não se integram já no domínio da interpretação, mas sim no do uso de textos (Eco, 1993: 62-63). Nesse tipo de situação, tratando-se de escritores com uma obra de valor e importância incontestáveis, somos levados a repetir Harold Bloom quando afirma que “cualquier gran obra literaria lee de una manera errónea – y creativa -, y por tanto malinterpreta, un texto o textos precursores” (Bloom, 1995: 18).

4. O tradutor-poeta e a reapropriação da tradição.

A apropriação crítico-textual de uma tradição anterior, que constitui um cânone pessoal, será o nosso foco de atenção. Como vimos anteriormente, o texto – ou o conjunto de textos constitutivos de uma tradição –, antes da cooperação interpretativa do leitor, existe como matéria *assemíótica*, sendo investido de sentido quando se estabelecer a relação com o hermeneuta, que, equipado com a sua competência comunicativa (cujos limites advêm do formato e dimensão da sua enciclopédia), procurará a sua interpretação particular. Nessa medida, tendo em conta a variabilidade dos universos de discurso ao longo dos tempos e em função dos vários contextos sócio-culturais, é natural que o sentido dos textos vá sofrendo alteração.

Por outro lado, convém não esquecer que os textos também se alteram uns aos outros ou, melhor dizendo, a variabilidade da significação de um texto particular é indissociável do conhecimento que o seu leitor tem de outros textos, pois “nenhum texto é lido independentemente da experiência que o leitor tem de outros textos. A *competência intertextual* representa um caso especial de hipercodificação e estabelece os seus próprios quadros” (Eco, 1993: 86) e, acrescentamos nós, determina o rumo a definir para as nossas inferências textuais. Assim, a importância dos tradutores literários é redimensionada e revalorizada. Com efeito, estes participam do estatuto dual de hermeneutas (tanto com o estatuto de vulgares leitores como com o de críticos profissionais) de uma tradição consubstanciada nos textos a traduzir e, simultaneamente, de criadores (pela re-escrita que é a tradução, que, por sua vez, reinscreve os textos na tradição).

Assim, por outras palavras, somos levados a crer que os poetas-tradutores possam socorrer-se do seu labor de tradução como estratégia de manipulação do cânone literário, fazendo com que a sua competência intertextual passe a ser também a do grande público, pela divulgação de obras cujas características legitimem o seu estatuto de herdeiros de uma tradição literária consagrada, que, por sua vez, implicitamente, corrobora o seu desígnio de autores consagráveis. Assim, as suas concepções sobre o que é e deve ser a literatura contemporânea são mais facilmente explicáveis e compreensíveis. Considerando-se que “os quadros intertextuais [...] são esquemas retóricos ou narrativos que fazem parte de um repertório seleccionado e restrito de conhecimentos que nem todos os membros de uma dada cultura possuem” (Eco, 1993: 88), o que os poetas-tradutores tentarão encetar é uma renovação do cânone literário, na medida em que as suas traduções, como toda e qualquer reescrita, podem ser subliminarmente manipuladas ao serviço de propósitos ocultos, neste caso concreto, de foro eminentemente literário. Nesta medida, as suas traduções vão tentar a subversão das posições dos elementos em disputa pelos lugares centrais e hegemónicos dentro do campo literário. Assim, os poetas-tradutores veicularão a sua interpretação de uma tradição anterior que, no entender de Kermode, é sempre do domínio da opinião com uma intenção declaradamente canónica, não se esquecendo, portanto que “a opinião é a grande criadora de cânones, e não pode haver no seu interior privilegiados sem se criarem marginais, apócrifos” (Kermode, 1991: 76).

Este tipo de estratégia é extremamente funcional, neste período pós-moderno (e pós-vanguardista) em que se assume a situação de crise da tradição, tal como o refere Frank Kermode, pois, também ele está “de acordo com aqueles que afirmam que a noção de tradição nunca esteve tão debilitada como agora, o sentido de um passado literário menos forte.[...] Se parece uma resignação demasiado fácil, acrescentarei que a canonicidade se me afigura ainda uma importante forma de preservação, e apesar dos sucessivos ataques, ainda poderosa. A opinião continua a manter os cânones” (Kermode, 1991: 88). As traduções desempenham, portanto, uma função primordial na criação de novos horizontes de expectativa junto do público leitor, bem como no seu apetrechamento de conhecimentos essenciais, capazes de lhes fornecer instrumentos essenciais para o exercício hermenêutico sobre os textos que os tradutores, como poetas, produzem. Nessa medida, a ampliação do repertório de textos disponíveis e, em consequência disso, a re-hierarquização dos elementos integrados no cânone, é a função essencial das traduções.

Tal como o assume um poeta-tradutor de origem brasileira, integrado *de jure* na galeria dos notáveis da literatura mundial, esta “ampliação do repertório” significa também saber recuperar o que há de vivo e ativo no passado, saber discernir, na mole abafante de estereótipos que é um acervo artístico visto de um enfoque simplesmente cumulativo, os veios de criação, patentes ou ocultos, sobretudo estes, marginalizados por uma incompreensão historicizada. Todo presente de criação propõe uma leitura sincrónica do passado de cultura. A apreensão do novo representa a continuidade e a extensão da nossa experiência do que já foi feito, e nesse sentido “*quanto mais nós compreendemos o passado, melhor nós entendemos o presente*”. Uma fórmula do teórico da comunicação Collin Cherry que casa com o lema poundiano: “*Make it New*” (Campos, 1977: 154).

A selecção de obras e autores traduzidos por alguns dos nossos poetas contemporâneos não deve ser vista como aleatória e irrelevante, mas deve, portanto, ser perspectivada como uma estratégia (mesmo que inconsciente) em que as indisfarçáveis afinidades electivas entre as obras traduzidas (isto é, re-escritas) e as obras inicialmente produzidas por esses mesmos poetas camuflam também diálogos intertextuais cujas funções são aquelas que descrevemos: tentativas de manipulação literária e reformulação da competência intertextual do grande público, de forma a legitimar uma produção poética

autoral. Assim, a título de exemplo, não será de estranhar que Vasco Graça Moura traduza autores clássicos da “literatura mundial” - entendendo-se esta como “o grande tesouro dos clássicos, tais como Homero, Dante, Cervantes, Shakespeare e Goethe, cuja fama se espalhou por todo o mundo e tem durado um tempo considerável” (Wellek e Warren, 1976³: 57) -, inquestionavelmente consagrados e que partilham de algumas das características canónicas dos elementos integrados na galeria de notáveis que surge explicitamente na sua poesia. Por outro lado, não causará espanto que a escritora Maria Gabriela Llansol, cuja escrita, fulgorosa e hermética, como se sabe, é de um vanguardismo sem precedentes na literatura portuguesa, seja a responsável pela tradução de autores como Paul Verlaine, Arthur Rimbaud, Rainer Maria Rilke e Paul Éluard. Finalmente, a selecção das obras traduzidas por Mário Cesariny poderia ser explicada com base nos pressupostos aqui explanados. Com efeito, as obras de Arthur Rimbaud, Antonin Artaud, Breyten Breytenbach, J. F. Aranda, Luis Buñuel são constantemente interpretadas à luz daquilo que é suposto ser um programa artístico e vivencial surrealista. Afinal, há sempre algumas coincidências que se conseguem explicar.

5. Bibliografia

- BLOOM, Harold (1995) *El Canon Occidental – La Escuela y los Libros de Todas las Épocas*, tradução espanhola de Damián Alou, Barcelona, Editorial Anagrama.
- BOURDIEU, Pierre (1989) «Le Champ Littéraire», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 15 [?], Paris.
- CAMPOS, Augusto de (1977) *A Arte no Horizonte do Provável*, 4.ª ed., São Paulo, Editora Perspectiva.
- ECO, Umberto (1992) *Os Limites da Interpretação*, tradução de José Colaço Barreiros, Lisboa, Difel.
- (1993) *Leitura do Texto Literário (Lector in Fabula) – A Cooperação Interpretativa nos Textos Literários*, tradução de Mário Brito, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Presença.
- GLISSANT, Édouard (1995) «Traduire: relier, relire», in *Onzièmes Assises de la Traduction Littéraire – Arles 1994*, Arles, ATLAS – Actes Sud.
- KERMODE, Frank (1991) *Formas de Atenção*, tradução de Maria Georgina Segurado, Lisboa, Coleção Signos 51, Edições 70.
- KRAUSS, Werner (1989) *Problemas Fundamentais da Teoria da Literatura*, tradução de Manuela Ribeiro Sanches, Lisboa, Editorial Caminho.
- LEFEVERE, André (1997) *Traducción, Reescritura e Manipulación del Canon Literario*, tradução de M.ª Carmen Africa Vidal e Román Álvarez, Salamanca, Biblioteca de Traducción, Ediciones Colégio de España.
- LEFEVERE, André e BASNETT, Susan (1990) «Introduction: Proust's Grandmother and the Thousand and One Nights: The “Cultural Turn” in Translation Studies», in BASNETT, Susan e LEFEVERE, André (org.), *Translation, History & Culture*, London – New York, Cassel.
- SANTERRES-SARKANY, Stéphane (1990) *Teoria da Literatura*, tradução de Maria do Anjo Figueiredo, Mem Martins, Coleção Saber, Edições Europa-América.
- ZLATEVA, Palma (1990) «Translation: Text and Pre-Text, “Adequacy” and “Acceptability” in Crosscultural communication», in BASNETT, Susan e LEFEVERE, André (org.), *Translation, History & Culture*, London – New York, Cassell.
- WELLEK, René e WARREN, Austin (1976³) *Teoria da Literatura*, tradução de José Palla e Carmo, Coleção Universitária, s/l, Publicações Europa-América.

13. MACHADO, FILIPE ALVES, ES, ARCOS DE VALDEVEZ

Filipe Alves Machado é professor do Quadro de Nomeação Definitiva da Escola Secundária de Arcos de Valdevez. É licenciado em Português-Francês (ensino de) e Mestre em Literaturas Românicas Modernas e Contemporâneas pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Foi também professor colaborador na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro em 1996/97 e 1997/98, lecionando Cultura Francesa e Literatura Portuguesa III respetivamente. Atualmente, encontra-se a fazer o Doutoramento em Tradução na Universidade de Vigo."

FILIPE ALVES MACHADO, ES, ARCOS DE VALDEVEZ SINOPSE: A IDEOLOGIA E O TRADUCIONAL: UM PERCURSO

Numa das suas obras mais conhecidas, “Translation, Rewriting, and the Manipulation of Literary Frame”, cuja edição espanhola citamos, André Lefevere definiu ideologia como sendo “ese entrelazado de forma, convención y creencias que ordena nuestras acciones”. Este conceito, fundamental nesta obra e nas teorias de tradução contemporâneas, surge assim, na nossa opinião, descrito de forma tão abrangente como superficial. Deste modo, será nosso objetivo precisar o termo e elaborar um pequeno percurso, enquadrando “ideologia” em postulados teóricos pós-estruturalistas, que põem em causa o conceito tradicional de tradução, como os pós-coloniais (com especial ênfase no caso brasileiro) ou feministas.

A IDEOLOGIA E O TRADUCIONAL – UM PERCURSO

Os estudos de tradução protagonizaram uma mudança de rumo a partir dos anos oitenta. A preocupação exclusiva com os aspetos linguísticos deu lugar a um grande destaque aos problemas de ordem (inter)cultural que se põem sobre o ato tradutor. Procurar-se-á elaborar um pequeno percurso

relativamente a esta evolução, utilizando posteriormente como exemplo o labor dos irmãos Campos e de Décio Pignatari, nas suas traduções de Mallarmé.

1. A teoria dos polissistemas

Ao longo dos anos 70 do século passado, Itamar Even-Zohar desenvolveu a sua teoria dos polissistemas. Nesta teoria, a obra literária não é estudada isoladamente, pois é parte integrante da organização social, cultural, literária e histórica de determinado grupo de indivíduos.

Visto como uma entidade dinâmica, onde todo o produto cultural se afirma ou desaparece em função de outros, num todo onde existem hierarquias, e onde se estabelecem posições centrais ou periféricas, o polissistema, um sistema de vários sistemas (1979: 290), é dominado por “processos de transferência”, que se concretizam em “conversões”. Aqui, Even-Zohar distancia-se da abordagem estética tradicional, sempre debruçada sobre “grande literatura”, menosprezando a literatura infantil, *best-sellers* (*thrillers*, novelas sentimentais, etc.), ou a literatura traduzida, que influem na centralidade ou na periferia da obra literária.

Acerca da tradução, Even-Zohar considera que tem uma função primária (a criação de novos géneros e estilos) e outra secundária (a reafirmação de géneros e estilos já existentes). A primeira função verifica-se em sistemas literários “jovens” com sistemas literários “débeis”. A tradução situa-se assim no centro literário do sistema, e neste sentido a teoria dos polissistemas torna-se fundamental no estudo das literaturas de nações que estão em pleno desenvolvimento e afirmação dos seus sistemas literários. Com a segunda função passa-se precisamente o inverso: a tradução torna-se marginal nas sociedades já desenvolvidas e com uma forte tradição artística (1990: 47).

Se a literatura traduzida ocupa uma posição secundária, assume-se então como um sistema periférico dentro do polissistema. Não tem influência de maior sobre o sistema central e assume-se na sua função secundária. Aliás, Even-Zohar afirma que esta é a sua função e posição mais comum. No entanto, a literatura traduzida está hierarquizada (1990: 49).

Algumas obras traduzidas estão numa posição secundária, enquanto outras, traduzidas de literaturas mais “fortes”, são primárias. O autor dá como exemplo o sistema literário hebreu em que, entre as duas grandes guerras, as traduções do Russo eram primárias e as traduções do Inglês, Alemão e Polaco secundárias.

Assim, o polissistema é um conglomerado de sistemas diferenciado e dinâmico caracterizado por oposições internas e mudanças contínuas, capaz de aceitar tanto textos canónicos como não canónicos: é heterogéneo e tem mais de um centro. Nas oposições destacam-se as que se dão entre modelos e tipos “primários” (ou inovadores, os que introduzem no polissistema literário novas ideias, novos métodos, novos métodos de ver a literatura e o mundo) e “secundários” (ou conservadores, que confirmam e mantêm o sistema já existente).

A pertinência desta teoria no âmbito dos estudos de tradução assume-se como primordial, na medida em que um novo impulso e uma mudança de rumo se começaram a delinear. Edwin Gentzler (1993: 120-121 e 124-125) é um dos que ilustra o avanço que a teoria dos polissistemas representa:

A literatura é estudada numa perspetiva conjunta face às forças sociais, históricas e culturais;

Even-Zohar afasta-se do estudo isolado de textos individuais, dirigindo-se para o estudo da tradução dentro dos sistemas literários e culturais em que funciona;

A definição não prescritiva de equivalência e adequação permite uma variação de acordo com a situação histórica e cultural do texto.

Este último aspeto também foi constatado por Susan Bassnett-McGuire, ao verificar a existência de um novo rumo nos estudos de tradução:

We no longer talk about translation in terms of a translator “should” or “should not” do. That kind of evaluative terminology has its place only in the language-learning classroom, where translation has a very precise, narrowly defined pedagogic role. Discuss of literary translation within the terms now being outlined by Translation Studies may well assist to improve the quality of translations, but if this happens, it will not be because of any prescriptive formulae. Rather it will be due to an increased awareness of the complexity of translation and a rising of the status of the translator and the translated text (1991: XVIII).

2. A questão da ideologia

Posteriormente, com a denominada “escola” de manipulação foram dados alguns passos para uma continuidade do trabalho desenvolvido na Teoria dos Polissistemas, sobretudo no que diz respeito à questão das ideologias, que se adivinhava como fundamental. Já durante os anos oitenta e inícios dos noventa, este grupo parece afastar-se em certa medida dos polissistemas de Tel Aviv “*which they find too formalistic and restrictive. Adopting more of a cultural studies model, they focus both on institutions*

of prestige and power within any given culture and patterns in literary translation" (Gentzler 1993: 139). Aliás Gentzler, como vimos anteriormente, embora tenha reconhecido a importância dos polissistemas para a evolução dos estudos de tradução, não deixa de se mostrar muito crítico em relação a alguns aspectos (1993:121-123): a excessiva preocupação com leis universais; a filiação teórica no modelo formalista russo, historicamente baseado nos anos 20, que poderá ser inapropriado para os anos 70; a tendência para os modelos abstratos em vez dos constrangimentos reais com que se deparam os tradutores nos textos; e as dúvidas sobre a objetividade deste trabalho supostamente científico são alguns dos aspectos apontados por este autor. Assim, a tendência será agora mais política: o objeto de trabalho é a manipulação, verificar em que medida a tradução obedece a outros critérios e condicionantes, que não os tradicionalmente aceites, como a equivalência e a fidelidade.

Neste sentido André Lefevere e Susan Bassnett desvalorizam as teorias linguísticas da tradução, pois "[they] have moved from word to text as a unit, but not beyond" (1998: 4), o que também fazem com "painstaking comparisons between originals and translation's which do not consider the text in its cultural environment".

Em vez disso, Bassnett e Lefevere vão para além da linguagem e concentram-se sobre a interação entre tradução e cultura, no modo como a cultura tem impacto e condiciona a tradução e aspectos mais vastos como o contexto, a história e as convenções. Eles examinam a imagem da literatura que é criada através de antologias, comentários, adaptações para filme e traduções, assim como as instituições envolvidas nesse processo.

Numa obra posterior, *Translation, Rewriting and the Manipulation of Literary Frame* (cuja tradução espanhola se intitula *Traducción, Reescritura y la Manipulación del Canon Literario*) André Lefevere virá desenvolver o conceito de re-escrita, fundamental na medida em que:

El lector no profesional lee cada vez menos literatura escrita por los propios escritores y cada vez más re-escrita por sus reescritores. Siempre ha sido así, pero nunca ha resultado tan obvio como en la actualidad (1997: 17).

Assim, Lefevere chama a atenção para o grupo dos "reescritores", que oferecem ao grande público a obra literária mas depois de um processo de leitura e interpretação pessoal: "[...] los reescritores adaptan, manipulan, en cierta medida, los originales con los que trabajan, para hacer que se ajusten a las corrientes ideológicas e poetológicas de su época" (*ibid.*: 21). Ou seja, o leitor do grande público tem acesso à obra em segunda mão. Por isso, "La reescritura manipula, y lo hace de un modo eficaz. Mayor razón, por tanto, para estudiarla" (*ibid.*: 22).

Apesar de serem muitas as formas de re-escrita (histórias literárias ou as suas versões reduzidas, obras de consulta, antologias, críticas ou edições), Lefevere irá, nos quatro primeiros capítulos do seu livro, preocupar-se sobretudo com a tradução, pois [...] la traducción es la reescritura más influyente porque es capaz de proyectar la imagen de un autor y/o (una serie de) obra(s) a otra cultura, elevando a ese autor y/o esas obras más allá de los límites de su cultura de origen [...] (*ibid.*: 22)

Adotando a noção de sistema, Lefevere descreve o sistema literário como sendo controlado por três fatores principais, que são os profissionais dentro do sistema literário, o mecenato fora do sistema literário, e a poética dominante. Estes três, nas suas múltiplas variantes, isolada ou conjuntamente serão aqueles que condicionam a re-escrita do texto na tradução, adaptando-a aos circunstancialismos próprios da língua e da cultura de chegada.

3. O caso dos irmãos Campos

A obra *Mallarmé*, da autoria dos irmãos Campos e Décio Pignatari, concilia tradução e crítica literária e, logo no seu início, dá grande destaque a um texto ensaístico fundamental: *Mallarmé: o Poeta em Greve* (Campos, A., Campos, H. e Pignatari, D., 1981: 23-29), de Augusto de Campos. Nesse texto, que teria apenas por objetivo introduzir traduções de poemas dispersos de Mallarmé, mas que preenche os requisitos de um prefácio, Augusto de Campos apresenta algumas das razões que levaram à "re-visão" de Mallarmé, sendo a principal o surgimento, na segunda metade do século XX, de bibliografia sobre Mallarmé, sobretudo respeitante a *Un Coup de Dés*.

A partir deste momento, este texto incide sobre a apologia de Mallarmé como poeta-sustentáculo da literatura do século XX. A esse propósito, o autor verifica que, no Brasil, "Mallarmé [...] continua a ser mal conhecido e mal consumido", diagnosticando para a produção literária um estado anacrónico, para não dizer ucrónico, "simultaneamente "pós-modernista" e "pré-mallarmaico"" (Campos, A., Campos, H. e Pignatari, D., 1981: 25).

Para demonstrar como esta postura é errônea, são citados vários exemplos de poetas modernos de língua portuguesa de referência obrigatória (Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro, Pedro Kilkerry, Carlos Drummond de Andrade ou João Cabral), que não seriam compreensíveis sem Mallarmé.

Citando Mário Justino, Augusto de Campos divide a obra mallarmaica em quatro fases. Uma primeira será a parnasiano-simbolista, onde as influências de Baudelaire, Gautier e Verlaine ainda se fazem sentir. A segunda corresponderá ao “Mallarmé que reconcilia a língua francesa com Racine e antecipa Valéry, onde se inclui *L’après-midi d’un faune*”. No entanto, segundo Campos, a penúltima e última fases de Mallarmé é que serão fundamentais para o leitor atual. Na penúltima, onde se poderão referir algumas obras como *Plusieurs Sonnets*, *Hommages*, *Tombeaux*, *Autres Poèmes* ou *Sonnets*, e na última, da obra inacabada e de *Un Coup de Dés*, Mallarmé revela-se, segundo Faustino e Campos, “como o maior poeta para poetas da língua francesa, um dos maiores de todos os tempos e sem dúvida alguma o maior destes cem – ou duzentos – anos” (Campos, A., Campos, H. e Pignatari, D., 1981: 26).

Sobre estas duas fases, ditas de maturidade, Campos mostra que são aquelas que “apontam para o futuro”, pela introdução de “novo construtivismo”, de um novo campo de relações e possibilidades no uso da linguagem, sobretudo em *Un Coup de Dés*. O próprio título do texto vai nesse sentido: “o poeta em greve” e a referência constante a Marx incidem numa militância poético-cultural de Mallarmé cultivada através de uma atitude marginal. Mas esta atitude não se realiza da “torre de marfim” decadentista, aristocrática e elitista, mas sim como o afirmou Mallarmé, na marginalidade “do poeta para uma época como esta, onde ele está em greve perante a sociedade”, utilizando a linguagem como forma de luta. Esta ideia é rematada com uma citação de Jean Tardieu: *Le langage l’engage*.

Através deste texto, utilizado como introdução à tradução de poemas dispersos, poderemos constatar que pode ser entendido como um prefácio para Mallarmé, mostrando que esta obra se vai orientar por quatro ideias fundamentais:

A obra de Mallarmé é fundamental para uma explicação/abordagem da poesia moderna e pós-moderna, quer brasileira quer mundial. Esta é a razão pela qual urge re-ver a sua obra, dado que a penetração no sistema cultural brasileiro era, à data de publicação destas traduções, ainda reduzida.

Interessa abordar a obra de Mallarmé não como produto artístico (“poesia pura”, “arte pela arte”), mas sim como um projeto com uma poética definida, alicerçada numa atitude marginal, tendo em vista um “engajamento” do poeta na procura de novos rumos para a poesia e para a linguagem.

Nesse sentido, é defendida uma evolução do poeta em quatro fases, numa divisão que não é consensual, para não dizer discutível, no seio da crítica especializada¹²⁸. Aliás, Augusto Campos refere que “os poemas por mim traduzidos cobrem o percurso do primeiro ao penúltimo Mallarmé”, e que “notará o leitor como o poeta, libertando-se progressivamente dos ornatos discursivos, caminha para uma extrema elipse e concisão” (Campos, A., Campos, H. e Pignatari, D., 1981:28). No entanto, nem existe a preocupação de ilustrar e confirmar essa libertação, nem, por outro lado, os poemas estão dispostos cronologicamente, o que poderia contribuir para se verificar esse percurso. Nessa medida, fica-se com a impressão de que se assiste a um fenómeno de sobreinterpretação, com vista à legitimação de uma perspetiva hermenêutica cuja legitimidade não pode deixar de ser posta em causa.

O objetivo último deste livro é destacar *Un Coup de Dés* como poema-chave da poética mallarmeana. A evolução artística defendida culmina precisamente no poema em causa, visto como “porta para o futuro” da poesia. Será interessante também observar como a estrutura de Mallarmé se define em função deste objetivo. Às traduções dos poemas, ilustrativas das três fases de Mallarmé, sucede-se a tridução de *L’après-midi d’un faune*. Décio Pignatari, no texto intitulado *Mallarmé – a conquista do impreciso na linguagem poética: uma tradução de “L’après-midi d’un faune”*, procura, fazendo referência às várias versões de que o poema foi alvo, demonstrar como, ao longo de dez anos, o autor procurou “partir da determinação para a indeterminação, sendo esta a determinação final de sua luta pela conquista do impreciso: a determinação da indeterminação” (Campos, A., Campos, H. e Pignatari, D., 1981: 107). Deste modo, este poema é visto apenas como um passo para *Un Coup de Dés*. Assim sendo, poderão ser entrevistados dois objetivos para a tridução nesta disposição gráfica: homenagear o autor, e mostrar as potencialidades expressivas da obra na língua de partida, onde a “determinação da indeterminação” será visível, como Pignatari o reconhece:

A tradução pretende ser um prolongamento do mesmo objeto, melhor dizendo, uma sua projeção deformada naquela sutil abertura entre o preciso e o impreciso – um momento de uma série estocástica de uma tradução de *L’après-midi d’un faune*. (Campos, A., Campos, H. e Pignatari, D., 1981: 112)

128 Embora não tenha sido possível acedermos ao texto integral de Mário Faustino, existem indícios que, apesar de tudo nos poderão fazer duvidar da profundidade da análise. O primeiro prende-se com o fato de ser publicado num jornal de grande tiragem e ser, como o próprio Campos reconheceu, dirigido «ao leitor comum». Além do mais, Mário Justino considera o texto em causa uma «simples conversa em torno de alguns aspectos de Mallarmé», classificado por Augusto de Campos como uma «introdução didática», um tipo de texto que, regra geral, peca por ser demasiado simplista.

Deste modo, o exercício da tridução é prova cabal da matriz aberta do texto mallarmaico, na medida em que cada uma das traduções realizadas corresponde a uma leitura possível, em função da competência descodificadora e recodificadora de cada um dos poetas-tradutores envolvidos. Por outro lado, esta tridução é uma forma de mostrar que a tradução deste poema terá de ser, forçosamente, um processo de transcrição, pela multiplicidade de possibilidades presentes. Este processo é descrito noutros textos, com uma influência de Benjamin assumida:

Liberar a “língua pura”, que está “desterrada” (gebannt) na língua estrangeira, resgatá-la na própria língua (língua de chegada), através de uma “transpoetização” (Umdichtung) do original no qual ela está “cativa” (gefangene), eis a missão benjaminiana do tradutor. Isto se faz através de “remissão” (Erloesung), no sentido “salvífico” do termo, do modo de intencionar (Art der intentio), do “modo de significar” (Art des Meinens), expressões que equivalem a um “modo de representar” ou de “encenar” (Darstellungsmodus) do original, liberando-o, assim, na língua do tradutor (*Campos H., 1996: 32*).

Posto isto, visível que será a confluência das obras (a de Mallarmé e a dos tridutores) para Un Coup de Dés, interessar-nos-á verificar qual o objetivo deste destaque. Com efeito, qualquer história da literatura francesa, ao abordar a poesia de Mallarmé referir-se-á a Un Coup de Dés como uma das suas obras-primas. Para os irmãos Campos e Pignatari é a obra-prima. Deste modo, este reforço de canonização do texto literário não é inocente, pois vai ao encontro da leitura de Mallarmé à luz da poética concreta. Com efeito, não se tratará de uma coincidência, pois estes tradutores, no campo da produção literária, todos desenvolveram a sua atividade nesta poesia: Haroldo de Campos é um dos pioneiros no Brasil, tal como o seu irmão Augusto e Décio Pignatari, que fundaram o grupo Noigandres.

Em Mallarmé: o Poeta em Greve, é Augusto de Campos que assume uma relação de proximidade e complementaridade:

Dessa re-visão de Mallarmé participou a poesia concreta desde os primeiros momentos, e não apenas com reflexões críticas, mas com a própria criação poética, pois que se propôs, inclusive, o desafio de tornar efetiva a hipótese lançada com os dados mallarmaicos: “sem presumir do futuro o que sairá daqui, NADA, ou quase uma arte” (Campos, A., Campos, H. e Pignatari, D., 1981: 24).

No texto seguinte, é ainda Augusto de Campos que procede a uma enumeração das experiências tipográficas funcionais que se seguiram a Un Coup de Dés. Num percurso que começa com o Futurismo italiano e Apollinaire, The Cantos, de Pound, são alvo de particular atenção, nomeadamente no que diz respeito à sua estrutura: são citadas várias abordagens, e conclui-se uma ligação com a música, mediante uma analogia com a fuga e o contraponto. Isto leva Campos a referir que “ainda que a configuração de Un Coup de Dés e de The Cantos seja especificamente diversa, pertencem os dois poemas estruturalmente a um mesmo gênero” (Campos, A., Campos, H. e Pignatari, D., 1981: 184).

Para além deste, é citado o exemplo de Cummings, com o poema No Thanks, mas o grande destaque é dado a Finnegans Wake de Joyce, que “realiza, também, e de maneira especial, a proeza da estrutura”. Para tal, Augusto Campos baseia-se em Robert Greer-Cohn, para quem este romance-poema “teria mais em comum com Finnegans Wake do que qualquer outra criação literária[...]: unidade, dualidade, multiplicidade e novamente unidade” (Campos, A., Campos, H. e Pignatari, D., 1981: 185). Este ponto de vista é depois reforçado por Haroldo Campos que defende haver “um parentesco de cosmovisão entre os dois textos”. Nesse mesmo texto (Lance de olhos sobre Um lance de dados), assistimos à preocupação de Haroldo de Campos em estabelecer uma rede de relações intertextuais, entre Un Coup de Dés, Pound, Joyce e Cummings, o que o leva a afirmar que esta proximidade textual é “o indício de que, passado mais de meio século, um Lance de Dados continua a ser o vetor para o futuro” (Campos, A., Campos, H. e Pignatari, D., 1981: 192). Note-se aqui a utilização do artigo definido (“o vetor”), que indica um absoluto corporizado na obra-prima de Mallarmé.

Posto isto, será indiscutível afirmar que Un Coup de Dés é, para os autores de Mallarmé, muito mais do que um texto que importa fazer conhecer ao público brasileiro. Trata-se de um pretexto, ou mesmo um pré-texto, necessário e fundamental para a afirmação de uma nova forma de fazer poesia. Com efeito, através de toda a linha de pensamento subjacente a Mallarmé, os autores pretendem fixar bases teóricas credíveis para o desenvolvimento e implementação da poesia concreta. Obviamente, não se trata de uma estratégia desenvolvida de modo subversivo, para “apanhar” um leitor desprevenido, mas, embora assumida, condiciona determinados factos a uma leitura muito individualizada, ou até demasiado personalizada dos textos. Com efeito, toda a linha de raciocínio desenvolvida leva Haroldo de Campos a reclamar uma “tradição viva” num quadrante onde constam Mallarmé, Pound, Joyce e Cummings, da qual os poetas concretos brasileiros procuram assumir as consequências, o que não deixa de ser duplamente parcial: é apenas uma parte da obra de cada um dos autores que está em causa, por sua vez abordada numa perspetiva que de modo algum é neutra.

A tradução de Un Coup de Dés é, assim, um caso de antropofagia cultural, retomando a expressão criada por Oswald de Andrade no seu Manifesto Antropófago, que comemorava os 374 anos decorridos sobre a morte e devoração do bispo Sardinha pelos índios Tupinambá.

Este ritual assinala metaforicamente a síntese da cultura europeia com o elemento autóctone, afirmando a emergência brasileira. Assim, esta obra de Mallarmé irá ser devorada, tal como aconteceu ao clérigo português, de modo a que possam incarnar as suas qualidades nos seus predadores:

A antropofagia oswaldiana [...] é o pensamento da devoração crítica do legado cultural universal. [...] Ela não envolve uma submissão (uma catequese), mas uma transculturação: melhor ainda, uma «transvaloração»: uma visão crítica da história como função negativa (no sentido de Nietzsche), capaz tanto de apropriação como de expropriação, desierarquização, desconstrução. Todo passado que nos é «outro» merece ser negado. Vale dizer: merece ser comido, devorado. Com esta especificação elucidativa: o canibal era um «polemista (do gr. Pólemos = luta, combate), mas também um «antologista»: só devorava os inimigos que considerava bravos, para deles tirar proteína e tutano para o robustecimento e a renovação de suas próprias forças naturais (1981:11-12)

Isto implica, evidentemente, uma leitura pessoal assumida do texto, sendo a tradução o espelho dessa interpretação:

Como ato crítico, a tradução poética não é uma atividade indiferente, neutra, mas – pelo menos segundo a conceção – supõe uma escolha, orienta-se por uma perspetivação de leitura, a partir do presente de criação, do passado de cultura. [...] Assim é que só me proponho traduzir aquilo que para mim releva em termos de um projeto de militância cultural (Campos, H.: 1996:34-35).

Trata-se de facto de uma manipulação estética e poética feita não apenas através da tradução, mas através da outra atividade de re-escrita: a crítica literária, que ilustra a linha interpretativa seguida pelos autores. Assim, não se trata apenas de uma questão de legitimação. Trata-se também de reclamar para o concretismo e, por extensão, para a literatura brasileira um estatuto emancipado e emancipador, na medida em que o sistema literário brasileiro deixa de ser subserviente, e passa a afirmar-se com um caráter e uma personalidade próprias:

A poesia concreta, brasileiroamente, pensou uma nova poética, nacional e universal. Um planetário de «signos em rotação», cujos pontos-eventos chamavam-se (quais índices topográficos) Mallarmé, Joyce, Apollinaire, Pound, Cummings, ou Oswald de Andrade, João Cabral de Melo Neto e, mais para trás, retrospectivamente, Sousândrade [...] (Campos, 1981: 19).

É a este propósito que apresentação de Uma Profecia de Walter Benjamin praticamente no final do livro Mallarmé faz sentido: os concretistas já estão a trabalhar para o fim do livro e contribuem ativamente para “a fundação de uma escrita de âmbito universal”, perto já da “língua pura”, ou seja, o ponto culminante da escrita poética, já a ser concretizada no Brasil. Assim, “os poetas renovarão sua autoridade na vida dos povos e assumirão um papel em comparação com o qual todas as aspirações de rejuvenescimento da retórica parecerão dessuetos devaneios góticos” (apud Campos, A., Campos, H. e Pignatari, D., 1981:194).

4. Conclusão: uma questão de visibilidade

Em função do exposto, será mais ou menos evidente concluir que:

Translation does not happen in a vacuum, but in a continuum; it is not an isolated act, it is part of an ongoing process of intercultural transfer. Moreover, translation is a highly manipulative activity that involves all kinds of stages in that process of transfer across linguistic and cultural boundaries. Translation is not an innocent, transparent activity but is highly charged with significance at every stage; it rarely, if ever, involves a relationship of equality between texts, authors or systems (Bassnett e Trivedi 1999: 2)

Com efeito, a relação de desigualdade existente entre os textos e os sistemas culturais a que pertencem, conforme já Even-Zohar o tinha verificado, é um dos pontos que condiciona à partida a prática da tradução. No caso dos irmãos Campos e Pignatari, verifica-se uma tentativa de nivelção de dois sistemas. No entanto, tudo isto não é feito de forma subversiva ou dissimulada, trata-se de um processo realizado às claras, onde os tradutores assumem o seu papel de forma visível.

Durante muitos séculos, a figura do tradutor foi relegada para segundo plano em virtude de ser uma atividade técnica, secundária, na medida em que se limita a transpor para outra língua as palavras do autor. No entanto, o tradutor é um intermediário, um mediador cultural, e a diminuição da sua importância no processo literário, que implica a sua elisão, é fonte de equívoco e de redobrada manipulação na medida em que

“A translated text, whether prose or poetry, fiction or non-fiction, is judged acceptable by most publishers, reviewers and readers when it reads fluently, when the absence of any linguistic or stylistic peculiarities makes it seem transparent, giving the appearance that it reflects the foreign’s writer personality or intention or the essential meaning of the foreign text – the appearance, in other words, that the translation is not in fact a translation, but the “original”. (Venuti 1995:1)

Neste sentido, convém ver que a transparência (ou fluência segundo Venuti) é uma estratégia, pois visa adormecer o leitor, não o prevenindo do caráter de re-escrita do texto traduzido:

The transparency idealized by tradition is not exactly a neutral, ethical stance which any conscientious translator will have to adopt; it is, rather, a strategy that necessarily serves certain interests (Arrojo 1992: 30)

Assim, através da transcrição, à qual está assumidamente subjacente uma interpretação e um projeto de leitura, o tradutor re-escreve o texto, *antropofagizando-o* de modo a que a cultura de chegada absorva as suas melhores qualidades. Tal atividade é realizada reclamando uma identidade, e manifestando a individualidade e a presença dos tradutores, que manifestam a sua presença através de textos teóricos e muitas notas explicativas, onde justificam as suas opções e interpretações, indo ao encontro das palavras de Rosemary Arrojo:

Furthermore, the validation of the translator's voice as a legitimate interference in the translated text will only be truly able to start making a difference when visibility begins to be marked by the signature of his or her own authorial name. (1992: 31).

É cortando com a tradição, abordando noutra perspetiva a fidelidade e a equivalência, que os irmãos Campos e Pignatari assumem o papel cultural do tradutor, vendo o texto traduzido como um veículo de diálogo e emancipação cultural, reclamando uma identidade e confirmando a originalidade de uma literatura extremamente rica e com um caráter muito próprio.

5. Bibliografia

Arrojo, Rosemary. (1992) "The «death» of the author and the limits of the translator's visibility." In Lawrence Venuti (ed.). *Rethinking Translation: Discourse, Subjectivity, Ideology*. London and New York: Routledge.

Bassnett, Susan e Trivedi, Harish. (1999) "Introduction: Of colonies, cannibals and vernaculars". In Bassnett, S. e Trivedi, H. (eds.), *Post Colonial Translation – Theory and Practice*. London and New York: Routledge.

Bassnett, Susan. & Lefevere, André. (1998) *Translation, History and Culture*. London and New York: Pinter.

Bassnett-McGuire, Susan. (1991) *Translation Studies* (revised edition). London and New York: Routledge.

Campos, Haroldo (1981) "Da razão antropofágica: a Europa sob o signo da devoração" in *Colóquio-Letras*, 62, 10-25.

Campos, Haroldo, Campos, Augusto & Pignatari, Décio. (1991). *Mallarmé*, 3ª ed. São Paulo: Ed. Perspetiva.

Campos, Haroldo. (1996) "Das «estruturas dissipatórias» à constelação: a transcrição do lance de dados de Mallarmé". In Luiz Angélico da Costa (org.). *Limites da Traduzibilidade*. Salvador: Universidade Federal da Bahia.

Even-Zohar, Itamar (1990). "Polysystem Theory" in *Poetics Today*, vol. 11, n.º 1-2, autumn 1979, 287-310.

Even-Zohar, Itamar. (1990) "The Position of Translated Literature within the Literary System" in *Poetics Today*, vol. 11, n.º 1, spring 1990, 45-51.

Gentzler, Edwin. (1993) *Contemporary Translation Theories*. London and New York: Routledge.

Lefevere, A. (1997) *Traducción, Reescritura y la Manipulación del Canon Literario*. Salamanca: Ediciones del Colegio de España.

Venuti, Lawrence. (1995) *The Translator's Invisibility: A History of Translation*. London and New York: Routledge.

14. LÚCIA VIDAL SOARES & MÁRIO MAIA, Escola Superior de Educação de Lisboa

14.1. SOARES, LÚCIA VIDAL

Lúcia Maria Vidal Soares, professora adjunta da Escola Superior de Educação de Lisboa, mestre em Relações Interculturais pela Universidade Aberta e licenciada em Linguística - Românicas pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa. Professora de português e francês, em diferentes níveis de ensino, com Estágio Pedagógico do Ensino Preparatório (2º grupo). Desde 1979 tem estado diretamente ligada à formação contínua de professores e, a partir de 1988 até ao momento, tem sido responsável também pela sua formação inicial. Participou em vários Programas Europeus e nacionais, no âmbito dos quais produziu alguns documentos.

Na sequência da investigação realizada para a obtenção do grau de mestre em relações interculturais, na área da sociolinguística, e no âmbito específico do ensino de línguas, tem continuado a apostar num trabalho de investigação direcionado para a relação língua, cultura e sociedade, envolvendo abordagens não só interculturais, mas também interdisciplinares, sobretudo ligado a práticas de sala de aula. O ensino do português como língua não materna tem sido uma outra objetividade da sua vida profissional.

E

14.2 MAIA, Mário José Batista

Professor adjunto na Escola Superior de Educação de Lisboa, onde leciona as disciplinas de Matemática e Tecnologias de Informação e Comunicação. Licenciado em Matemática - Ramo Educacional pela Faculdade de Ciências de Lisboa, 1984. Mestre em Ciências de Educação, especialização em Tecnologia Educativa, pelas Universidades de Aveiro, Mons e Vallencienes, 1996. Paralelamente à docência desenvolve atividades no âmbito da Telemática Educativa e formação de professores. No Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação (GEP), de 1986 a 1989, desempenhou as funções: Chefe de Projeto - projeto DC3 - Novas Tecnologias de Informação no Ensino Básico, de 1985 a 1988; Coordenador do Polo do GEP do Projeto MINERVA, em 1988/89; Coordenador da Equipa de TECNOLOGIA do GEP - em 1988/89. Como membro da APTE – Educom, Associação Portuguesa de Telemática Educativa, colaborou em de projeto educativos nomeadamente o Projeto RECTA (Programa Ciência Viva), do projeto "Casa Comum" (Programa Nónio – Século XXI) do qual foi responsável, é ainda

corresponsável pela formação do Centro de Competência Nónio da Educom. Participa em projetos nacionais e internacionais no âmbito da utilização educativa das Tecnologias de Informação e Comunicação e formação de professores, nomeadamente no projeto Fetiche e nos projetos Lalita e Tutti que envolvem vários países europeus.

LALITA – LABORATÓRIO LINGUÍSTICO TELEMÁTICO

1. Apresentação do projeto

Situando o Projeto Lalita em contexto nacional, podemos defini-lo como um Laboratório Linguístico Telemático (LaLiTa), especialmente destinados a adultos com conhecimento inicial da língua portuguesa. A nível europeu, estão envolvidas outras línguas: o italiano e o castelhano

Pretende-se, assim, atingir um público diverso que tanto pode ser o migrante que necessita de se apropriar da língua do país de acolhimento, como o cidadão europeu que procura um espaço para se exercitar numa das três línguas em questão. Além dos aspetos linguísticos e culturais, este projeto permite uma certa familiarização com as novas tecnologias de informação.

O projeto é coordenado pelo CIID de Roma e nele participam além da Escola Superior de Educação de Lisboa, a Fundação Tomillo de Madrid. Em Portugal, o grupo duro é constituído por Lúcia Soares e Mário Maia, tendo contado, numa fase inicial, com a participação de Paulo Feytor Pinto da APP. Em Itália, o projeto é apoiado pela Universidade de Roma IV

2. Fundamentação teórica.

O LaLiTa procura implementar o seguinte aspeto, consignado na Nota para os utilizadores do Quadro Europeu Comum de Referência, produzido pelo Conselho da Europa “ (...) métodos de ensino e de aprendizagem que ajudem os jovens e também os aprendentes mais velhos a construir as atitudes, os saberes e as capacidades necessárias para se tornarem mais independentes na reflexão e na ação e mais responsáveis e cooperantes nas suas relações com os outros” (2002:12)

Daí ter sido concebido como um instrumento que complementa o processo de ensino aprendizagem dos cursos para adultos.

No âmbito das competências linguísticas definidas pelo nível A2, proposto pelo Quadro Comum de Referências, pretende desenvolver a:

Compreensão de frases e expressões de uso frequente relativa a âmbitos de importância imediata (informações pessoais e familiares básicas, fazer compras, conhecer a geografia local, etc...)

Comunicação em situações simples ou rotineiras que exigem uma simples troca de informações sobre assuntos familiares e comuns

Descrição em termos simples aspetos do seu meio e sabe exprimir necessidades imediatas.

A língua é encarada como uma imagem e um reflexo da nossa mundividência, da nossa ação e da nossa percepção (Martinet, 1970). A visão do mundo e da realidade está condicionada e é determinada pela língua que cada um fala. Daí que seja através do processo de aquisição linguístico que o aprendente vá interiorizando as normas socioculturais que são diferentes de sociedade para sociedade. Por outro lado, a língua representa um fator de equilíbrio, não só a nível cultural, mas também psicológico. Alcançar uma boa *performance* linguística é um fator decisivo para o desenvolvimento psicológico, cultural e social de qualquer ser humano e para uma melhor integração numa qualquer sociedade.

3. Vantagens

A combinação entre a formação presencial e a formação à distância

A familiarização com as novas tecnologias de informação

A interação aluno/professor corretor e aluno /aluno

A verificação constante dos resultados alcançados

A aquisição de dados culturais que permitam uma melhor integração social

O LaLiTa oferece uma gama de utilizações que vai do uso autónomo (formação à distância) por parte do aprendente (para atividades de recuperação, de reforço, de enriquecimento, etc...), à inserção no plano de trabalho do professor. Neste caso, o professor poderá sugerir determinados percursos que acompanhem as atividades didáticas programadas. Responde igualmente à exigência de flexibilidade na formação de adultos.

No decorrer do processo de aprendizagem, o formando adquire conhecimentos sobre a utilização deste instrumento telemático, o que representa uma mais-valia em termos de motivação e competência. A sua utilização possibilita aos alunos comunicarem entre si e com o professor corretor e permite-lhes a verificação constante dos resultados e a sua progressão individual. Relativamente aos professores, estes poderão obter uma visão global dos resultados obtidos pelo(s) aluno(s) num tipo de exercício ou nos diferentes tipos de exercícios.

No aspeto gramatical, houve especial atenção às formas verbais, à utilização de preposições com determinados verbos, ao plural dos nomes, aos determinantes e aos pronomes.

No que respeita ao aspeto cultural, tem havido preocupação com a introdução da diversidade geográfica do país (Évora, Aveiro, Coimbra, Porto, etc. ...); de aspetos relativos à Educação Cívica (“circular é viver”/ “No mundo do trabalho”) que remete igualmente para as instituições e as normas laborais; à Educação para a Saúde (“Comer bem”/“Cuidar da Saúde”, etc.), assim como para aspetos mais pragmáticos da vida quotidiana como fazer um curriculum, pedir um empréstimo, utilizar o metropolitano, conhecer algumas abreviaturas utilizadas na comunicação social e no mundo do trabalho, da saúde e dos transportes, conhecer aspetos relativos à legislação da imigração, à Loja do Cidadão, etc. ...

A utilização de fotografias foi um recurso encontrado para introduzir a realidade em contexto escolar (p. ex., a máquina Multibanco, a máquina distribuidora de bilhetes...)

Na Biblioteca houve também a preocupação de apresentar textos dos diferentes espaços lusófonos, como meio de enriquecimento e de valorização das diferentes normas.

Constrangimentos

Exercícios repetitivos

Dificuldade em adequar os exercícios a conteúdos culturais e ao nível de competência que se pretende atingir

Dificuldades técnicas

4. Estruturação

A entrada no Laboratório é feita a partir da identificação dos utentes.

Insira o seu LOGIN

envio

Nova inscrição



LOGIN esquecido



Visitante



E' a primeira vez que entra no laboratorio?

Estas instruções permitem-lhe adequar o computador para uma melhor utilização!

[INSTRUÇÕES](#)

O Laboratório é constituído por quatro ambientes:



4.1. Exercícios linguístico-comunicativos

Comunicação Oral (4 tipos de exercícios)
 Comunicação escrita (8 tipos de exercícios)
 Aula recreativa (espaço de lazer)

4.2. Resultados e tratamento estatístico

4.3. Biblioteca (consulta)

- 1 - Ligações: jornais, revistas, TV...
 - Materiais produzidos: estante dos professores e estante dos alunos.

4.4. Painel (informativo/comunicação)

- entre alunos
- entre alunos e professores

5. Temas

1. Casa	6. Tempos Livres
2. Serviços Públicos	7. Transportes
3. Saúde	8. Espaço Urbano
4. Trabalho	9. Transportes
5. Compras	10. Família

Tipos de exercícios

Competência	Oral/Escrito	SIGLA	Atividade	Enunciado
C.O.	O	CAS	Audição	Ouçã e seleccione.
E.O.	O	DEO	Descrição	Descreva/ Diga o que vê.
C.O./E.O.	O	QUO	Questionário	Ouçã e responda.
E.O.	O	SEG	Interação com um atendedor automático	Deixe uma mensagem.
C.E.	E	CLT	Compreensão da leitura	Leia e responda
E.E.	E	DES	Descrição de uma imagem	Descreva o que vê.
C.E.	E	QUS	Questionário escrito	Leia e seleccione a resposta adequada
C.E.	E	DET	Ditado	Ouçã e escreva
E.E.	E	CPL	Completamento de texto	Complete o seguinte texto:
Funcionamento	E	TRS	Exercícios de	Transforme.

da língua			transformação	
	E	SIG	Exercícios lexicais	O que significa.
	E	DEN	Exercícios lexicais	Como se chama.

1

Para cada exercício é indicado o nível de dificuldade numa escala de 1 a 5, através da utilização do símbolo

2

3

4

5

6

7

8



Casa



[No beliche](#)



[Uma casa alegre](#)



[Comprar uma casa](#)

dos exercícios que será confirmado, ou não, pelas sucessivas

O utente pode escolher o exercício desejado, permitindo percursos e exercício ou desenvolver diferentes tipos de exercícios relativos a

as como seja a rutura dos exercícios de acordo com o seu nível de

9

10

11



Espaço urbanos



[A estrada ontem e hoje.](#)



[Évora](#)

as já apresentadas

- Biblioteca
- Escreva a
- Panel
- Ajuda

- [Ouça e seleccione](#)
- [Diga o que vê](#)
- [Ouça e responda](#)
- [Grave uma mensagem](#)



Testes escritos

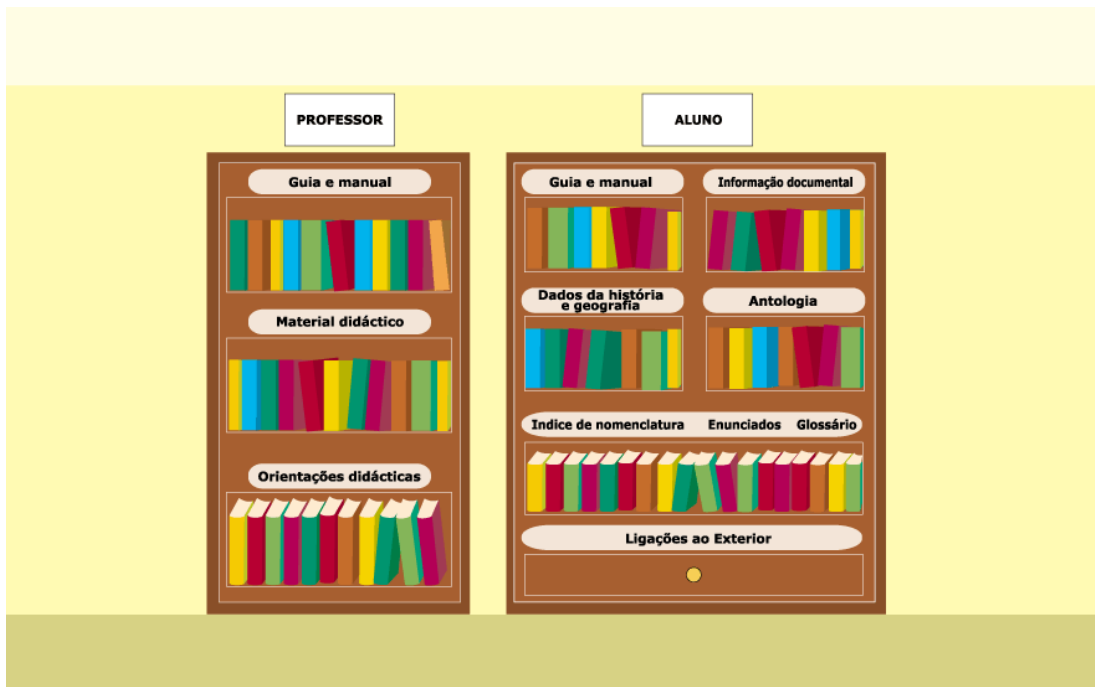
- [Leia e seleccione](#)
- [Complete](#)
- [Como se chama?](#)
- [O que vê? Descreva-o](#)
- [Ouça e escreva](#)
- [Leia e responda](#)
- [Qual o significado?](#)
- [Transforme](#)

12

13

introduzidos alguns textos na Biblioteca

página precedente



1 Selecionados e apresentados exemplos de textos longos, médios e curtos

Biblioteca / Estante antologia: texto curto

Redação

Carnaval da vitória é o porco mais bonito do mundo. Meu pai que lhe trouxe no sétimo andar onde a comissão de moradores* é reacionária porque não quer porcos no prédio* e o camarada* Faustino tem kandong* de dendém* e faz kaparoto* a cem kwanzas* cada búlgaro*. Primeiro o nome dele era só carnaval. Depois que a gente ganhou a vitória contra o inimigo ficou carnaval da vitória. O inimigo é um fiscal fantoche* ladrão de porcos que lhe denunciámos no prédio onde ele ficou na vergonha. Carnaval da vitória é o porco mais bom do mundo porque quando veio na nossa escola a camarada professora deu borla. O meu pai é um reacionário porque não gosta de peixe frito do povo e ralha* com a minha mãe. Ele é que é um burguês pequeno mas diz que carnaval da vitória é um burguês. Por isso lhe quer matar só por causa de lhe comer a carne. Carnaval da vitória é revolucionário* porque quando meu pai bateu em mim e no meu irmão Zeca ele lhe quis morder. Nós não vamos deixar matar carnaval da vitória porque a luta continua e o responsável da comissão de moradores não sabe as palavras de ordem que os pioneiros* é que lhe ensinam. E a camarada professora é muito boa porque deixa fazer redações que a gente quer e até trouxe na escola o primo dela Filipe que veio tocar viola dentro da nossa sala.

RUCA DIOGO

Manuel Rui, (autor angolano), *Quem me dera ser onda*, Edições Cotovia, Lisboa, 1991

Nota: Os asteriscos vermelhos remetem para sinónimos das palavras assinaladas.

Para ver ILUSTRAÇÕES carregue em [LUCIASOARESMARIOMAIA.pps](#) (se não abrir imediatamente carregue em CTRL + botão esquerdo do rato)

7. Bibliografia:

Trim, J. .L., Coste, D. et ali, (2001) *Quadro europeu comum de referência para as línguas – aprendizagem, ensino, avaliação*, Conselho da Europa, trad. port. de Joana do Rosário e Nuno Soares, Edições ASA, Porto 2001
Souta, Luís, (1997) *Multiculturalidade e Educação, profedições*, Porto

15. MATIAS, JOSÉ MANUEL

VICE-PRESIDENTE DA SLP, INSTITUTO CAMÕES, PORTUGAL

Licenciado em História (Faculdade de Letras de Lisboa) e Mestre em Estudos Africanos (ISCTE). Professor de História no Ensino Secundário. Leitor de Português na Universidade do Zimbabué (Harare) e na Universidade Agostinho Neto (Luanda). Atualmente exerce funções no Instituto Camões. Vice-Presidente da Sociedade da Língua Portuguesa e Coordenador do Sítio sobre Língua Portuguesa WWW.Ciberduvidas.com.

SINOPSE: LÍNGUA PORTUGUESA NO LIMAR DO SÉCULO XXI

A conferência fará uma reflexão sobre o que em nosso entender é essencial para que uma Língua seja **Global**. Em seguida abordaremos a situação da Língua Portuguesa hoje no mundo e suas perspetivar para o século XXI.
(TRABALHO FINAL NÃO ENTREGUE)

Compilação de Chrys Chrystello/SLP Norte © 2002-2003